

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIV

FLORIANÓPOLIS, 24 DE SETEMBRO DE 2015

NÚMERO 6.893

## MESA

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Aldo Schneider  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Leonel Pavan  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Valmir Comin  
**1º SECRETÁRIO**

Pe. Pedro Baldissera  
**2º SECRETÁRIO**

Dirce Heiderscheidt  
**3º SECRETÁRIO**

Mário Marcondes  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Silvio Dreveck

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Antônio Aguiar

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
Líder: Jean Kuhlmann

**BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA  
(PSDB E PP)**  
Líder: José Milton Scheffer

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Luciane Carminatti

**BLOCO FRENTE RENOVAÇÃO  
(PR, PSB E PPS)**  
Líder: Cleiton Salvaro

**PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**  
Líder: César Valduga

**DEMOCRATAS**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Rodrigo Minotto

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
José Nei Alberton Ascari  
Ricardo Guidi  
Narcizo Parisotto  
João Amin  
Marcos Vieira  
Valdir Cobalchini  
Luciane Carminatti

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente  
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente  
Darci de Matos  
Cleiton Salvaro  
Manoel Mota  
Luciane Carminatti  
Jean Carlo Leutprecht

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Neodi Saretta - Presidente  
Patrício Destro - Vice-Presidente  
Maurício Eskudlark  
José Milton Scheffer  
Dalmo Claro  
Luiz Fernando Vampiro  
Rodrigo Minotto

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente  
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Natalino Lázare  
Manoel Mota  
Fernando Coruja  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente  
Gean Loureiro - Vice-Presidente  
Cleiton Salvaro  
Narcizo Parisotto  
Serafim Venzon  
Luiz Fernando Vampiro  
Luciane Carminatti

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente  
Neodi Saretta - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Ricardo Guidi  
Silvio Dreveck  
Antonio Aguiar  
Valdir Cobalchini

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Patrício Destro  
Rodrigo Minotto  
José Milton Scheffer  
Antonio Aguiar  
Gean Loureiro  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Gabriel Ribeiro  
Jean Carlo Leutprecht  
Mauro de Nadal  
Manoel Mota  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente  
Cleiton Salvaro - Vice-Presidente  
Darci de Matos  
Rodrigo Minotto  
Luiz Fernando Vampiro  
Gean Loureiro  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gean Loureiro - Presidente  
Ricardo Guidi - Vice-Presidente  
Gabriel Ribeiro  
Jean Carlo Leutprecht  
João Amin  
Maurício Eskudlark  
Neodi Saretta

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Dirceu Dresch - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Ismael dos Santos  
Natalino Lázare  
Marcos Vieira  
Dalmo Claro  
Luiz Fernando Vampiro

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Kennedy Nunes - Presidente  
Marcos Vieira - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Ricardo Guidi  
João Amin  
Antonio Aguiar  
Fernando Coruja  
Ana Paula Lima  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente  
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente  
Ricardo Guidi  
João Amin  
Antonio Aguiar  
Ana Paula Lima  
Rodrigo Minotto

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Valdir Cobalchini - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Gabriel Ribeiro  
Natalino Lázare  
Rodrigo Minotto  
Serafim Venzon  
Gean Loureiro

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Patrício Destro - Presidente  
Jean Carlo Leutprecht  
José Milton Scheffer  
José Nei Alberton Ascari  
Patrício Destro  
José Milton Scheffer  
Romildo Titon  
Manoel Mota  
Neodi Saretta

### COMISSÃO DE SAÚDE

Ana Paula Lima - Presidente  
Doutor Vicente - Vice-Presidente  
Cleiton Salvaro  
Jean Carlo Leutprecht  
José Milton Scheffer  
Fernando Coruja  
Dalmo Claro

### COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patrício Destro - Presidente  
Ana Paula Lima - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Doutor Vicente  
Fernando Coruja  
Romildo Titon  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Doutor Vicente - Presidente  
Ricardo Guidi - Vice-Presidente  
Ismael dos Santos  
Luiz Fernando Vampiro  
Romildo Titon  
Neodi Saretta  
Jean Carlo Leutprecht

### COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Natalino Lázare  
Doutor Vicente  
Dalmo Claro  
Fernando Coruja  
Ana Paula Lima

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roger Luiz Siewerdt</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Carla Silvanira Bohn</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIV</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 36 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Atos da Mesa</b> Atos da Mesa ..... 2</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Aviso de Resultado ..... 4 Decretos Legislativos ..... 4 Extratos ..... 5 Medida Provisória ..... 5 Projetos de Decreto Legislativo ..... 6 Redações Finais ..... 7</p>
--	--	---

## A T O S   D A   M E S A

### A T O S   D A   M E S A

**ATO DA MESA Nº 589, de 24 de setembro de 2015**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, e observada a Res. nº 002/2004,*

**DESIGNAR** o servidor **RICARDO CASCAES SABINO**, matrícula nº 935, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria técnica-orçamento estadual, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 8 de setembro de 2015 (DL - Coordenadoria do Orçamento Estadual).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Mário Marcondes - Secretário  
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 590, de 24 de setembro de 2015**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 3148/2015,

**RESOLVE:** *com fundamento no § 6º do art.26, caput, da Resolução nº 002, de 2006, c/c o art. 6º, caput e inciso I, da Resolução nº 012, de 22 de dezembro de 2009, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

**ADICIONAR** aos vencimentos do servidor **PEDRO IDERALDO SAMPAIO**, matrícula nº 980, lotado na DL - CD - Gerência do Centro de Memória, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-70, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **Gratificação de insalubridade** na proporção de **40%** (quarenta por cento), pela execução de atividade insalubre de grau mínimo,

correspondente a 20% do valor do vencimento do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Mário Marcondes - Secretário  
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 591, de 24 de setembro de 2015**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 3158/2015,

**RESOLVE:** *com fundamento no § 6º do art.26, caput, da Resolução nº 002, de 2006, c/c o art. 6º, caput e inciso I, da Resolução nº 012, de 22 de dezembro de 2009, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

**ADICIONAR** aos vencimentos do servidor **AMILTON GONCALVES**, matrícula nº 1448, lotado na DL - CD - Gerência do Centro de Memória, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-48, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **Gratificação de insalubridade** na proporção de **100%** (cem por cento), pela execução de atividade insalubre de grau mínimo, correspondente a 20% do valor do vencimento do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Mário Marcondes - Secretário  
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 592, de 24 de setembro de 2015**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 3381/2015,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c parecer da Procuradoria Jurídica no Processo nº 1739/2013,*

**ATRIBUIR** à servidora **BARBARA BOZA GASPERIN**, matrícula nº 7230, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, habilitação Nível Médio/Técnico Legislativo, Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 31 de julho de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Mário Marcondes - Secretário  
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 593, de 24 de setembro de 2015**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 3093/2015,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO** ao servidor **ARMANDO JOSE MULLER**, matrícula nº 638, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-70, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 8,67% (oito vírgula sessenta e sete por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-5 mediante substituição do mesmo percentual do valor da função de confiança, código PL/FC-3, concedido pelo Ato da Mesa nº 734/2012, de 10/12/2012 remanescendo 11,33% (onze vírgula trinta e três por cento) do código PL/FC-3, que adicionado aos 80% (oitenta por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-5, concedido através dos Atos da Mesa nº 734, de 10/12/2012, nº 750, de 3/12/2013 e 364, de 14 de maio de 2015, totalizam 100%(cem por cento);

**Art. 2º** Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da função de confiança, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Mário Marcondes - Secretário  
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 594, de 24 de setembro de 2015**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 3132/2015,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO** ao servidor **ANDERSON AILTON BARBOSA**, matrícula nº 6329, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-30 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 10% (dez por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-5 e 10% (dez por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-2, totalizando 20% (vinte por cento).

**Art. 2º** Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da função de confiança, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Mário Marcondes - Secretário  
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 595, de 24 de setembro de 2015**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 3004/2015,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO** à servidora **MYLLENE VIEIRA CAMILLI**, matrícula nº 1902, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-67 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 35,83% (trinta e cinco vírgula oitenta e três por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-5 e 64,17% (sessenta e quatro vírgula dezessete por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-3, totalizando 100% (cem por cento).

**Art. 2º** Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da função de confiança, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Mário Marcondes - Secretário  
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 596, de 24 de setembro de 2015**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 3002/2015,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO** à servidora **FABIOLA FERREIRA DE MACEDO**, matrícula nº 6325, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-55, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 0,83%(zero vírgula oitenta e três por cento) da diferença do valor do vencimento do seu cargo efetivo e seu cargo em comissão, código PL/DAS-7; 2,50% (dois vírgula cinquenta por cento) da diferença do valor do vencimento do seu cargo efetivo e seu cargo em comissão, código PL/DAS-6; e 36,67% (trinta e seis vírgula sessenta e sete por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, totalizando 40% (quarenta por cento).

b) 0,83% (zero vírgula oitenta e três por cento) da gratificação de exercício inerente ao cargo de Diretor, equivalente ao valor da PL/FC-7; 2,50% (dois vírgula cinquenta por cento) da gratificação de exercício inerente ao cargo de Coordenador, equivalente ao valor da PL/FC-6 e 6,67% (seis vírgula sessenta e sete por cento) do valor da gratificação de exercício em Comissão Legal, equivalente ao valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, totalizando 10% (dez por cento).

**Art. 2º** Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da função de confiança e da comissão legal.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Mário Marcondes - Secretário  
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 597, de 24 de setembro de 2015**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 3014/2015,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO** à servidora **PATRICIA SOARES DOS SANTOS**, matrícula nº 7522, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 2,50% (dois vírgula cinquenta por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-3 e 7,50% (sete vírgula cinquenta por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-2, totalizando 10% (dez por cento).

**Art. 2º** Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da função de confiança, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Mário Marcondes - Secretário  
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 598, de 24 de setembro de 2015**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 3145/2015,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO** ao servidor **AUGUSTO CESAR FERREIRA**, matrícula nº 6330, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-30, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

1,67% (um vírgula sessenta e sete por cento) da gratificação de exercício inerente ao cargo de Coordenador, equivalente ao valor da PL/FC-6; e 28,33% (vinte e oito vírgula trinta e três por cento) do valor da gratificação de exercício em Comissão Legal, equivalente ao valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, totalizando 30% (trinta por cento).

**Art. 2º** Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da comissão legal.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Mário Marcondes - Secretário  
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 599, de 24 de setembro de 2015**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 3123/2015,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO** ao servidor **HUMBERTO MACHADO FILHO**, matrícula nº 6331, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-55 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 15% (quinze por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-5; 12,50% (doze vírgula cinquenta por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-3; e 2,50% (dois vírgula cinquenta por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-2, totalizando 30% (trinta por cento).

**Art. 2º** Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da função de confiança, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Mário Marcondes - Secretário  
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 600, de 24 de setembro de 2015**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 3030/2015,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO** ao servidor **CARLOS ALBERTO DE LIMA SOUZA**, matrícula nº 2186, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-62, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

9,17% (nove vírgula dezessete por cento) da diferença do valor do vencimento do seu cargo efetivo e seu cargo em comissão, código PL/DAS-8; e 0,83% (zero vírgula oitenta e três por cento) da função de Adjunto de Gabinete de Liderança, código PL/CAS-2, atualmente correlacionado com o de nível PL/FC-3, que adicionado aos 30,83%(trinta vírgula oitenta e três por cento) da diferença do valor do vencimento do seu cargo efetivo e seu cargo em comissão, código PL/DAS-8; 40,83% (quarenta vírgula oitenta e três por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-6; 12,50%(doze vírgula cinquenta por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-5; e 5,84%(cinco vírgula oitenta e quatro por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-3, concedidos pelo Ato da Mesa nº 421, de 7 de agosto de 2014, totalizam 100%(cem por cento),

**Art. 2º** Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de exoneração do cargo em comissão.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Mário Marcondes - Secretário  
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### AVISO DE RESULTADO

**AVISO DE RESULTADO**

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 2335/2015, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 023/2015, obteve o seguinte resultado:

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE PROJETORES MULTIMÍDIA.**

**Item Único**

Restou fracassado

Florianópolis, 24 de setembro de 2015

VICTOR INÁCIO KIST

PREGOEIRO

\*\*\* X X X \*\*\*

### DECRETOS LEGISLATIVOS

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.318, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015**

Aprova nomes para a composição da Diretoria Colegiada da Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC).

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, nos termos do art. 321 do Regimento Interno,  
**DECRETA:**

**Art. 1º** Ficam aprovados os nomes dos Senhores Reno Luiz Caramori, Içuriti Pereira da Silva, Sérgio José Grando e Ari João Martendal, para ocuparem, respectivamente, os cargos de Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro, Diretor Técnico e Diretor de Relações Institucionais da Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC).

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 23 de setembro de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO**

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.319, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015**

Aprova nome para o cargo de Procurador Jurídico da Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC).

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, nos termos do art. 321 do Regimento Interno,  
**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica aprovado o nome do Senhor Marco Antônio Koerich de Azambuja, para o cargo de Procurador Jurídico da Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC).

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 23 de setembro de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO**

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**EXTRATOS****EXTRATO Nº 159/2015**

REFERENTE: 08º Termo Aditivo de 09/09/2015, referente ao Contrato CL nº 039/2010-00, celebrado em 13/07/2010, com efeitos financeiros a contar de 01/08/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
CONTRATADA: Mege Serviços de Limpeza Ltda.

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade:

- 1) Reajustar o contrato original em 11,8892% correspondente à variação do Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (FGGV) apurado no período de agosto/2013 a junho/2015, com eficácia a partir da competência agosto/2013.
- 2) O valor do aluguel mensal passa de R\$ 4.011,81 para R\$ 4.225,50 no período de agosto de 2013 a julho de 2014 e, posteriormente, para R\$ 4.488,79 no período de agosto de 2014 a junho de 2015, redundando num aumento mensal de R\$ 476,98.
- 3) Por conta de tal aumento haverá um pagamento referente aos ajustes retroativos, cujo montante soma a importância de R\$ 5.460,47, sendo R\$ 2.564,28 referentes ao período de agosto de 2013 a julho de 2014 e R\$ 2.896,19 referentes ao período de agosto de 2014 a junho de 2015.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93; Cláusula Quarta, item 3.4 do Contrato original e item 15.3 do Edital de Pregão nº 026/2010; Ato de Mesa 128, de 27/02/2015 e; Autorização Administrativa.

Florianópolis/SC, 24 de setembro de 2015  
Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral  
Ronaldo Brito Freire- Diretor- Administrativo  
Zulmar João Elias- Sócio

\*\*\* X X X \*\*\*

**EXTRATO Nº 160/2015**

REFERENTE: Convênio nº 001/2015 celebrado em 16/09/2015.

1ª CONVENIENTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

2ª CONVENIENTE: Fundação Escola de Governo- ENA BRASIL

OBJETO: Viabilizar ações de aperfeiçoamento e capacitação de servidores do ALESC nas áreas de sua atuação e interesse. A cooperação institucional de capacitação aqui estabelecida e regulamentada será tão ampla quanto for necessária ou desejável, incluindo aplicação de cursos e programas de treinamento em cursos de curta ou longa duração, realizados no âmbito da programação da ENA BRASIL ou em local acordado com a ALESC, realização de estudos e pesquisas, consultorias, conferências, publicações e quaisquer outras atividades julgadas de interesse ou de conveniência pelos partícipes.

VIGÊNCIA: 16/09/2015 a 16/09/2020

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 116 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores; Ato da Mesa 128, de 27/02/2015; Autorização Administrativa.

Florianópolis/SC, 24 de setembro de 2015  
Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral  
Deputado Romildo Titon- Presidente da Escola do Legislativo  
Junia Rosa Soares- Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**MEDIDA PROVISÓRIA****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 204, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**MENSAGEM Nº 243**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 51 da Constituição do Estado, comunico a esse egrégio Poder Legislativo que adotei a Medida Provisória inclusa, ora submetida ao exame e deliberação de Vossas Excelências, acompanhada de exposição de motivos conjunta da Secretaria de Estado da Fazenda e da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, que "Autoriza o repasse de recursos financeiros pelo Poder Executivo à Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC), para atendimento emergencial de atividades empresariais em Municípios catarinenses atingidos pelas catástrofes climáticas ocorridas em julho de 2015, e estabelece outras providências".

Florianópolis, 22 de setembro de 2015.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

Lido no Expediente  
Sessão de 24/09/15

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

EM Conjunta nº 3/2015 Florianópolis, 21 de setembro de 2015.

Excelentíssimo Senhor

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado de Santa Catarina  
NESTA

Senhor Governador,

Submetemos à apreciação de Vossa Excelência proposta de Medida Provisória que autoriza o repasse de recursos financeiros, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC), para atendimento emergencial de atividades empresariais em Municípios catarinenses atingidos pelas catástrofes climáticas ocorridas em julho de 2015.

A proposta objetiva viabilizar o pagamento dos juros incidentes em contratos de financiamento a serem firmados com o objetivo de atender emergencialmente os empreendimentos localizados nos Municípios catarinenses diretamente atingidos pelas catástrofes climáticas ocorridas em julho de 2015 e que tenham decretado estado de calamidade pública, com homologação estadual.

Nesse sentido, a proposta é de extrema relevância e urgência para minimizar os impactos econômicos causados pelas catástrofes e acelerar o processo de recuperação do desenvolvimento nos Municípios atingidos e, por conseguinte, manter a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, observando os princípios constitucionais de cidadania, do valor social do trabalho e da dignidade da pessoa humana. Respeitosamente,

CARLOS CHIODINI

Secretário de Estado (SDS)

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI

Secretário de Estado (SEF)

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 204, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015**

Autoriza o repasse de recursos financeiros pelo Poder Executivo à Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC), para atendimento emergencial de atividades empresariais em Municípios catarinenses atingidos pelas catástrofes climáticas ocorridas em julho de 2015, e estabelece outras providências.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição do Estado, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica autorizado o repasse de recursos financeiros pelo Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), em favor da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC), no valor de até R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), a ser efetivado em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e consecutivas, destinado ao pagamento dos juros incidentes em contratos de financiamento a serem firmados com o objetivo de atender emergencialmente os empreendimentos localizados nos Municípios catarinenses diretamente atingidos pelas catástrofes climáticas ocorridas em julho de 2015 e que tenham decretado estado de calamidade pública, com homologação estadual.

Parágrafo único. O repasse de recursos financeiros de que trata o *caput* deste artigo será utilizado nas seguintes modalidades de crédito praticadas pelo BADESC, por meio do Programa BADESC Emergencial Juro Zero III, observados os valores e limites abaixo estipulados:

I - modalidade de crédito Capital de Giro Associado Empresarial, com taxa de juros de 9% (nove por cento) ao ano acrescida de Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), tendo prazo de carência de até 12 (doze) meses e de amortização do capital principal de até 36 (trinta e seis) meses, cujo valor máximo financiado, por empresa, será de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais); e

II - modalidade de crédito Reposição de Máquinas e Equipamentos, Construção e Reforma, com taxa de juros de 9% (nove por cento) ao ano acrescida de TJLP, tendo prazo de carência de até 12 (doze) meses e de amortização do capital principal de até 36 (trinta e seis) meses, cujo valor máximo financiado, por empresa, será de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Art. 2º As empresas que contratarem os financiamentos de que trata o parágrafo único do art. 1º desta Medida Provisória somente pagarão os valores correspondentes à amortização da dívida, ficando os juros e a TJLP sob a responsabilidade do Estado, por intermédio dos recursos repassados na forma do *caput* do art. 1º desta Medida Provisória.



Art. 3º Para acompanhamento e fiscalização do valor correspondente aos juros subsidiados pelo Estado, o BADESC encaminhará à SDS e à Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), semestralmente, relatório pormenorizado dos financiamentos concedidos com base nesta Medida Provisória.

Art. 4º O prazo para acesso aos créditos de que trata o parágrafo único do art. 1º desta Medida Provisória é de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 5º O art. 1º da Lei nº 16.675, de 13 de agosto de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica autorizado o repasse de recursos financeiros pelo Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), em favor da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC), no valor de até R\$ 3.684.629,33 (três milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e vinte e nove reais e trinta e três centavos), a ser efetivado conforme o cronograma estabelecido no Anexo Único desta Lei, destinado ao pagamento dos juros incidentes em contratos de financiamento a serem firmados com o objetivo de atender emergencialmente os empreendimentos localizados nos Municípios catarinenses diretamente atingidos pelas catástrofes climáticas ocorridas em abril de 2015 e que tenham decretado estado de calamidade pública ou situação de emergência, com homologação estadual.

....." (NR)

Art. 6º A Lei nº 16.675, de 2015, passa a vigorar acrescida do Anexo Único, conforme redação constante do Anexo Único desta Medida Provisória.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Medida Provisória correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover as adequações no Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015 e a remanejar as dotações orçamentárias necessárias à implementação desta Medida Provisória.

Art. 9º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 22 de setembro de 2015.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

**ANEXO ÚNICO**

"ANEXO ÚNICO

CRONOGRAMA FINANCEIRO

PROGRAMA BADESC EMERGENCIAL JURO ZERO II

Em R\$ 1,00

Mês	Parcela/Juros
1	120.807,52
2	120.807,52
3	120.807,52
4	120.807,52
5	120.807,52
6	120.807,52
7	120.807,52
8	120.807,52
9	120.807,52
10	120.807,52
11	120.807,52
12	120.807,52
13	120.807,52
14	117.451,75
15	114.095,99
16	110.740,23
17	107.384,46
18	104.028,70
19	100.672,93
20	97.317,17
21	93.961,40
22	90.605,64
23	87.249,87
24	83.894,11
25	80.538,35
26	77.182,58
27	73.826,82
28	70.471,05
29	67.115,29
30	63.759,52
31	60.403,76
32	57.047,99
33	53.692,23

34	50.336,47
35	46.980,70
36	43.624,94
37	40.269,17
38	36.913,41
39	33.557,64
40	30.201,88
41	26.846,12
42	23.490,35
43	20.134,59
44	16.778,82
45	13.423,06
46	10.067,29
47	6.711,53
48	3.355,76
TOTAL	3.684.629,33

" (NR)

\*\*\* X X X \*\*\*

## PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 0004.7/2015 PARECER AO OFÍCIO Nº 0675.1/2015

**"Indica nomes para a composição da  
Diretoria da Agência de Regulação de  
Serviços Públicos de Santa Catarina  
(ARESC)."**

Autor: Governador do Estado

Relator: Deputado Neodi Saretta

#### I - RELATÓRIO

O Senhor Governador do Estado, por meio do Ofício GABGOV nº 149/2015, de 26 de agosto do corrente ano, submete à apreciação deste Parlamento os seguintes nomes para composição da Diretoria da Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC): Senhor Reno Luiz Caramori (Presidente); Senhor Içuriti Pereira da Silva (Diretor Administrativo e Financeiro); Sérgio José Grando (Diretor Técnico); e Francisco Cardoso de Camargo Filho (Diretor de Relações Institucionais).

Lida no Expediente da Sessão Plenária do dia 1º de setembro de 2015, a referida Mensagem foi autuada nesta Casa sob o Ofício nº 675.1/2015.

Em 10 de setembro de 2015, nos termos do art. 319 do Regimento Interno da Alesc, foi constituída a Comissão Especial integrada pelos Senhores Deputados Antonio Aguiar, Gean Loureiro, Neodi Saretta, José Milton Scheffer, Natalino Lázare e Rodrigo Minotto, com a finalidade de apreciarem as indicações, em apreço.

De acordo com o art. 40, inciso XXIII, alínea "b", da Constituição Estadual, e §1º do art. 10 da Lei nº 16.673, de 11 de agosto de 2015, a Comissão Especial realizou a eleição do Presidente e do Relator da Comissão, sendo eleitos, respectivamente, os Deputados Antonio Aguiar e Neodi Saretta, em seguida, ficou definido, a necessidade de os indicados à Diretoria da ARESA apresentarem documentos comprobatórios relativos aos atributos intelectuais, morais e de cidadania, bem como a realização de oitiva dos candidatos.

- Vara de Execução Fiscal do Município. Processo: 0914898-90.2014.8.24.0023. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data 19/09/2014. Exequente: Município de Florianópolis; e,

- 1ª Vara da Fazenda Pública. Processo: 0116727-86.2007.8.24.0023 (023.07.116727-0) Situação: Em grau de recurso. Ação: Civil Pública. Assunto: Improbidade Administrativa. Data 04/12/2010: Autor Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Em resposta, o Senhor Içuriti Pereira da Silva informou que nunca houve condenação de segundo grau envolvendo o seu nome. E, para comprovação desse fato, foram acostados aos autos Certidão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, datada de 18 de setembro de 2015, que declara nada constar em desfavor do candidato, na área criminal e na área cível. Ainda, na referida Certidão, consta informação sobre a tramitação do processo nº 2015.008214-9, no Tribunal de Justiça do Estado. Também, apresentou cópia do demonstrativo processual do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, referente ao processo 2015.008214-9, bem como cópia da decisão jurisprudencial da Apelação Cível n. 2012.087926-8, da Capital, Relator designado Des. Cesar Abreu.

Por fim, no dia 23 de setembro de 2015, foi ouvido o Senhor Ari João Martendal, candidato para ocupar o cargo de Diretor de Relações Institucionais da ARESA, observando-se que os seguintes documentos estavam acostados aos autos: cópia da cédula de

identidade, certidões judiciais expedidas pela Justiça Estadual (civil e criminal), certidão de quitação eleitoral e o *curriculum vitae*.

Assim, os autos foram-me entregues conclusos, para a emissão do parecer final desta relatoria.

É o relatório.

## II - VOTO

Analisando os presentes autos, constato que todos os atos processuais estão em consonância com os dispositivos constitucionais e legais que regem a matéria, quais sejam: o art. 71, inciso I, c/c o art. 40, inciso XXIII, alínea "b", da Constituição Estadual, e o §1º do art. 10 da Lei nº 16.673, de 11 de agosto de 2015, que instituiu a ARES.

Ao examinar o processado, observo que todos os atos processuais restaram cumpridos, bem como foram satisfeitos, pelos candidatos Reno Luiz Caramori, Içuriti Pereira da Silva, Sérgio José Grando e Ari João Martendal todos os requisitos constitucionais, nos termos estabelecidos no §1º do art. 61 da Constituição Estadual, quais sejam: I - mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade; II - idoneidade moral e reputação ilibada; III - notório conhecimentos jurídico, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública; e, IV - mais de dez anos de exercício de função ou efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no item III, e, conforme dispõe o § 1º do art. 13 da Lei nº 16.673, de 11 de agosto de 2015.

Pelo exposto, não havendo óbice à tramitação da matéria, concluo no sentido de que sejam submetidos, ao soberano Plenário da Assembleia Legislativa, os nomes dos indicados para comporem a Diretoria Colegiada da ARES, o Senhor Reno Luiz Caramori — Presidente; Içuriti Pereira da Silva — Diretor Administrativo e Financeiro, Sérgio José Grando - Diretor Técnico, e Ari João Martendal - Diretor de Relações Institucionais, desde já apresentando em anexo, o competente Projeto de Decreto Legislativo.

Sala da Comissão,

Deputado Neodi Saretta

Relator

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 0004.7/2015

Aprova nomes para a composição da Diretoria Colegiada da Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARES).

Art. 1º Ficam aprovados os nomes dos Senhores Reno Luiz Caramori, Içuriti Pereira da Silva, Sérgio José Grando e Ari João Martendal, para ocuparem, respectivamente, os cargos de Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro, Diretor Técnico e Diretor de Relações Institucionais da Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARES).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

Deputado Neodi Saretta

\*\*\* X X X \*\*\*

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 0005.8/2015

#### PARECER AO OFÍCIO Nº 0676.2/2015

"Indica nome para compor a Procuradoria Jurídica da Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARES)."

**Autor:** Governador do Estado

**Relator:** Deputado Neodi Saretta

## I - RELATÓRIO

O Senhor Governador do Estado, por meio do Ofício GABGOV nº 150/2015, de 26 de agosto do corrente ano, submete à apreciação deste Parlamento, o nome para compor a Procuradoria Jurídica da Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARES).

Lida no Expediente da Sessão Plenária do dia 1º de setembro de 2015, a referida indicação foi autuada nesta Casa sob o Ofício nº 0676.2/2015.

Em 10 de setembro de 2015, nos termos do art. 319 do Regimento Interno da Alesc, foi constituída a Comissão Especial integrada pelos Senhores Deputados Antonio Aguiar, Gean Loureiro, Neodi Saretta, José Milton Scheffer, Natalino Lázare e Rodrigo Minotto, com a finalidade de apreciarem a indicação, em apreço.

De acordo com o art. 40, inciso XXIII, alínea "b", da Constituição Estadual, e ao §1º do art. 10 da Lei nº 16.673, de 11 de agosto de 2015, a Comissão Especial procedeu-se a eleição do Presidente e do Relator, sendo eleitos, respectivamente, os Deputados Antonio Aguiar e Neodi Saretta, depois estabeleceu a necessidade de o indicado à Procuradoria Jurídica da ARES, apresentar documentos comprobatórios relativos aos atributos intelectuais, morais e de cidadania.

Ao processo foram juntados, pelo candidato, os documentos para os fins da indicação almejada.

No dia 16 de setembro do corrente ano, reuniram-se os Deputados membros da Comissão Especial: Antonio Aguiar, Neodi Saretta, José Milton.

Assim, os autos foram-me entregues conclusos, para a emissão do parecer final desta relatoria.

É o relatório.

## II - VOTO

Analisando os presentes autos, constato que todos os atos processuais estão em consonância com os dispositivos constitucionais e legais que regem a matéria, quais sejam: o art. 71, inciso I, c/c o art. 40, inciso XXIII, alínea "b", da Constituição Estadual, e o §1º do art. 10 da Lei nº 16.673, de 11 de agosto de 2015, que instituiu a ARES.

Ao examinar o processado, observo que todos os atos processuais restaram cumpridos, bem como foram satisfeitos, pelo candidato, todos os requisitos constitucionais, nos termos estabelecidos no §1º do art. 61 da Constituição Estadual, quais sejam: I - mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade; II - idoneidade moral e reputação ilibada; III - notório conhecimentos jurídico, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública; e, IV - mais de dez anos de exercício de função ou efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no item III, e, conforme dispõe o § 1º do art. 13 da Lei nº 16.673, de 11 de agosto de 2015.

Pelo exposto, não havendo óbice à tramitação da matéria, concluo no sentido de que seja submetido, ao soberano Plenário da Assembleia Legislativa, o nome do senhor Marco Antônio Koerich de Azambuja para exercer o Cargo de Procurador Jurídico da ARES, apresentando, em anexo, o competente Projeto de Decreto Legislativo.

Sala da Comissão,

Deputado Neodi Saretta

Relator

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 0005.8/2015

Aprova nome para o cargo de Procurador Jurídico da Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARES).

Art. 1º Fica aprovado o nome do Senhor Marco Antônio Koerich de Azambuja, para o cargo de Procurador Jurídico da Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARES).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

Deputado Neodi Saretta

\*\*\* X X X \*\*\*

## REDAÇÕES FINAIS

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

#### Nº 0004.7/2015

Aprova nomes para a composição da Diretoria Colegiada da Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARES).

Art. 1º Ficam aprovados os nomes dos Senhores Reno Luiz Caramori, Içuriti Pereira da Silva, Sérgio José Grando e Ari João Martendal, para ocuparem, respectivamente, os cargos de Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro, Diretor Técnico e Diretor de Relações Institucionais da Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARES).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de setembro de 2015.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

#### Nº 0005.8/2015

Aprova nome para o cargo de Procurador Jurídico da Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARES).

Art. 1º Fica aprovado o nome do Senhor Marco Antônio Koerich de Azambuja, para o cargo de Procurador Jurídico da Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARES).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de setembro de 2015.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

## EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 336/2015

No Anexo I, do Projeto de Lei nº 336/2015, no item 6 do Município de Itajaí e no item 3 do Município de Turvo e onde se lê:

ITAJAÍ		LEI ORIGINAL Nº
1	.....	.....
6	Denomina Escola Básica Aníbal Cesar o estabelecimento de da localidade de São Vicente.	5.327, de 1977
TURVO		LEI ORIGINAL Nº
1	.....	.....
3	DCCXIV - Denomina Ginásio de Esportes Professora Virgínia Cechinel e Auditório Professora Lídia Medeiros Steckert o ginásio e o auditório da EEB Jorge Schütz.	13.309, de 2005

Leia-se:

ITAJAÍ		LEI ORIGINAL Nº
1	.....	.....
6	Denomina Escola Básica Aníbal Cesar o estabelecimento de ensino da localidade de São Vicente.	5.327, de 1977
TURVO		LEI ORIGINAL Nº
1	.....	.....
3	Denomina Ginásio de Esportes Professora Virgínia Cechinel e Auditório Professora Lídia Medeiros Steckert o ginásio e o auditório da EEB Jorge Schütz.	13.309, de 2005

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 3 de setembro de 2015.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

## JUSTIFICATIVA

A presente Emenda à Redação Final tem por objetivo adequar o o item 6 do Município de Itajaí e o item 3 do Município de Turvo, constantes do Anexo I, do Projeto de Lei nº 336/2015, ao que pretendia o autor.

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 336/2015**

Consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo consolidar as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Complementar nº 589, de 18 de janeiro de 2013.

Parágrafo único. Esta Lei consolidadora não gera qualquer novo direito, mas mantém integralmente todos os direitos plenamente adquiridos nos termos das Leis consolidadas referidas no art. 2º.

Art. 2º Ficam consolidadas, nos termos desta Lei e seus Anexos I e II, a Lei nº 308, de 24 de setembro de 1949; Lei Promulgada nº 34, de 12 de janeiro de 1952; Lei Promulgada nº 37, de 12 de janeiro de 1952; Lei Promulgada nº 43, de 16 de maio de 1952; Lei Promulgada nº 44, de 16 de maio de 1952; Lei Promulgada nº 71, de 10 de novembro de 1952; Lei Promulgada nº 150, de 10 de maio de 1954; Lei Promulgada nº 179, de 29 de novembro de 1954; Lei nº 1.337, de 12 de agosto de 1955; Lei nº 1.601, de 14 de dezembro de 1956; Lei Promulgada nº 324, de 12 de novembro de 1957; Lei Promulgada nº 325, de 12 de novembro de 1957; Lei nº 1.992, de 20 de abril de 1959; Lei nº 2.029, de 9 de junho de 1959; Lei Promulgada nº 437, de 27 de agosto de 1959; Lei Promulgada nº 580, de 21 de julho de 1960; Lei nº 2.855, de 30 de setembro de 1961; Lei nº 2.952, de 23 de dezembro de 1961; Lei Promulgada nº 812, de 3 de janeiro de 1962; Lei nº 3.016, de 06 de abril de 1962; Lei nº 3.213, de 7 de junho de 1963; Lei nº 3.253, de 5 de julho de 1963; Lei nº 3.299, de 31 de agosto de 1963; Lei nº 3.380, de 18 de dezembro de 1963; Lei nº 3.347, de 22 de dezembro de 1963; Lei nº 3.473, de 10 de julho de 1964; Lei nº 3.477, de 24 de julho de 1964; Lei nº 3.541, de 26 de outubro de 1964; Lei Promulgada nº 1.014, de 30 de dezembro de 1964; Lei Promulgada nº 1.015, de 25 de fevereiro de 1965; Lei nº 3.643, de 8 de junho de 1965; Lei nº 3.644, de 8 de junho de 1965; Lei nº 3.667, de 24 de junho de 1965; Lei nº 3.683, de 8 de julho de 1965; Lei nº 3.706, de 4 de agosto de 1965; Lei nº 3.724, de 18 de novembro de 1965; Lei nº 3.735, de 19 de novembro de 1965; Lei nº 3.756, de 17 de dezembro de 1965; Lei nº 3.761, de 17 de dezembro de 1965; Lei nº 3.794, de 2 de fevereiro de 1966; Lei nº 3.801, de 17

de fevereiro de 1966; Lei nº 3.823, de 4 de maio de 1966; Lei nº 3.873, de 1 de julho de 1966; Lei Promulgada nº 1.050, de 26 de agosto de 1966; Lei nº 3.880, de 30 de agosto de 1966; Lei nº 3.906, de 26 de setembro de 1966; Lei nº 3.915, de 29 de setembro de 1966; Lei nº 4.021, de 18 de agosto de 1967; Lei nº 4.066, de 24 de outubro de 1967; Lei Promulgada nº 1.075, de 08 de janeiro de 1968; Lei Promulgada nº 1.077, de 16 de janeiro de 1968; Lei Promulgada nº 1.078, de 23 de julho de 1968; Lei nº 4.218, de 18 de setembro de 1968; Lei nº 4.293, de 7 de abril de 1969; Lei nº 4.304, de 29 de abril de 1969; Lei nº 4.328, de 18 de junho de 1969; Lei Promulgada nº 1.080, de 15 de julho de 1969; Lei nº 4.389, de 7 de novembro de 1969; Lei nº 4.433, de 20 de maio de 1970; Lei nº 4.446, de 02 de junho de 1970; Lei Promulgada nº 1.083, de 5 de agosto de 1970; Lei Promulgada nº 1.085, de 2 de outubro de 1970; Lei nº 4.539, de 30 de novembro de 1970; Lei nº 4.573, de 22 de junho de 1971; Lei nº 4.595, de 5 de agosto de 1971; Lei nº 4.639, de 15 de outubro de 1971; Lei nº 4.642, de 21 de outubro de 1971; Lei nº 4.729, de 14 de junho de 1972; Lei nº 4.730, de 14 de junho de 1972; Lei nº 4.758, de 30 de junho de 1972; Lei Promulgada nº 1.089, de 7 de agosto de 1972; Lei nº 4.804, de 4 de dezembro de 1972; Lei nº 4.805, de 4 de dezembro de 1972; Lei nº 4.875, de 28 de junho de 1973; Lei nº 4.883, de 29 de junho de 1973; Lei nº 4.884, de 29 de junho de 1973; Lei nº 4.931, de 16 de outubro de 1973; Lei nº 4.934, de 22 de outubro de 1973; Lei Promulgada nº 1.093, de 7 de novembro de 1973; Lei nº 4.965, de 26 de novembro de 1973; Lei nº 5.011, de 10 de junho de 1974; Lei nº 5.044, de 28 de junho de 1974; Lei nº 5.046, de 2 de julho de 1974; Lei Promulgada nº 1.094, de 22 de julho de 1974; Lei Promulgada nº 1.095, de 22 de julho de 1974; Lei nº 5.158, de 4 de novembro de 1975; Lei nº 5.189, de 28 de novembro de 1975; Lei nº 5.273, de 22 de outubro de 1976; Lei nº 5.300, de 25 de maio de 1977; Lei nº 5.302, de 26 de maio de 1977; Lei nº 5.324, de 22 de junho de 1977; Lei nº 5.327, de 30 de junho de 1977; Lei nº 5.336, de 26 de agosto de 1977; Lei nº 5.340, de 30 de agosto de 1977; Lei nº 5.346, de 2 de setembro de 1977; Lei nº 5.398, de 30 de novembro de 1977; Lei nº 5.399, de 30 de novembro de 1977; Lei nº 5.370, de 21 de novembro de 1977; Lei nº 5.414, de 27 de abril de 1978; Lei nº 5.420, de 29 de maio de 1978; Lei nº 5.421, de 29 de maio de 1978; Lei nº 5.424, de 29 de maio de 1978; Lei nº 5.435, de 13 de junho de 1978; Lei nº 5.436, de 13 de junho de 1978; Lei nº 5.437, de 13 de junho de 1978; Lei nº 5.447, de 19 de junho de 1978; Lei nº 5.448, de 19 de junho de 1978; Lei nº 5.452, de 28 de junho de 1978; Lei nº 5.453, de 28 de junho de 1978; Lei nº 5.454, de 28 de junho de 1978; Lei nº 5.470, de 24 de agosto de 1978; Lei nº 5.491, de 12 de outubro de 1978; Lei nº 5.493, de 12 de outubro de 1978; Lei nº 5.500, de 12 de outubro de 1978; Lei nº 5.501, de 12 de outubro de



1978; Lei nº 5.512, de 20 de fevereiro de 1979; Lei nº 5.515, de 28 de fevereiro de 1979; Lei nº 5.523, de 28 de fevereiro de 1979; Lei nº 5.535, de 31 de maio de 1979; Lei nº 5.537, de 31 de maio de 1979; Lei nº 5.538, de 31 de maio de 1979; Lei nº 5.547, de 21 de junho de 1979; Lei nº 5.548, de 28 de junho de 1979; Lei nº 5.550, de 28 de junho de 1979; Lei nº 5.568, de 3 de setembro de 1979; Lei nº 5.569, de 11 de setembro de 1979; Lei nº 5.589, de 30 de setembro de 1979; Lei nº 5.590, de 30 de setembro de 1979; Lei nº 5.599, de 18 de outubro de 1979; Lei nº 5.600, de 18 de outubro de 1979; Lei nº 5.601, de 25 de outubro de 1979; Lei nº 5.602, de 25 de outubro de 1979; Lei nº 5.603, de 25 de outubro de 1979; Lei nº 5.634, de 30 de novembro de 1979; Lei nº 5.648, de 30 de novembro de 1979; Lei nº 5.651, de 30 de novembro de 1979; Lei nº 5.657, de 30 de novembro de 1979; Lei nº 5.680, de 8 de maio de 1980; Lei nº 5.686, de 14 de maio de 1980; Lei nº 5.691, de 14 de maio de 1980; Lei nº 5.693, de 21 de maio de 1980; Lei nº 5.694, de 27 de maio de 1980; Lei nº 5.706, de 3 de junho de 1980; Lei nº 5.707, de 3 de junho de 1980; Lei nº 5.721, de 25 de junho de 1980; Lei nº 5.722, de 25 de junho de 1980; Lei nº 5.723, de 25 de junho de 1980; Lei nº 5.724, de 25 de junho de 1980; Lei nº 5.729, de 25 de junho de 1980; Lei nº 5.733, de 30 de junho de 1980; Lei nº 5.736, de 30 de junho de 1980; Lei nº 5.738, de 30 de junho de 1980; Lei nº 5.740, de 30 de junho de 1980; Lei nº 5.748, de 20 de agosto de 1980; Lei nº 5.749, de 20 de agosto de 1980; Lei nº 5.752, de 1º de setembro de 1980; Lei nº 5.753, de 1º de setembro de 1980; Lei nº 5.754, de 1º de setembro de 1980; Lei nº 5.757, de 1º de setembro de 1980; Lei nº 5.758, de 1º de setembro de 1980; Lei nº 5.759, de 1º de setembro de 1980; Lei nº 5.765, de 23 de setembro de 1980; Lei nº 5.768, de 23 de setembro de 1980; Lei nº 5.785, de 8 de outubro de 1980; Lei nº 5.794, de 22 de outubro de 1980; Lei nº 5.824, de 27 de novembro de 1980; Lei nº 5.837, de 18 de dezembro de 1980; Lei nº 5.838, de 18 de dezembro de 1980; Lei nº 5.843, de 22 de dezembro de 1980; Lei nº 5.868, de 7 de maio de 1981; Lei nº 5.869, de 7 de maio de 1981; Lei nº 5.870, de 7 de maio de 1981; Lei nº 5.873, de 7 de maio de 1981; Lei nº 5.879, de 22 de maio de 1981; Lei nº 5.883, de 8 de junho de 1981; Lei nº 5.884, de 8 de junho de 1981; Lei nº 5.885, de 8 de junho de 1981; Lei nº 5.904, de 17 de junho de 1981; Lei nº 5.905, de 17 de junho de 1981; Lei nº 5.906, de 17 de junho de 1981; Lei nº 5.916, de 13 de julho de 1981; Lei nº 5.918, de 25 de agosto de 1981; Lei nº 5.919, de 25 de agosto de 1981; Lei nº 5.920, de 25 de agosto de 1981; Lei nº 5.934, de 14 de setembro de 1981; Lei nº 5.935, de 14 de setembro de 1981; Lei nº 5.936, de 14 de setembro de 1981; Lei nº 5.937, de 14 de setembro de 1981; Lei nº 5.950, de 30 de setembro de 1981; Lei nº 5.951, de 14 de outubro de 1981; Lei nº 5.953, de 23 de outubro de 1981; Lei nº 5.955, de 30 de outubro de 1981; Lei nº 5.956, de 30 de outubro de 1981; Lei nº 5.957, de 30 de outubro de 1981; Lei nº 5.958, de 30 de outubro de 1981; Lei nº 5.959, de 30 de outubro de 1981; Lei nº 5.962, de 5 de novembro de 1981; Lei nº 5.966, de 11 de novembro de 1981; Lei nº 5.967, de 11 de novembro de 1981; Lei nº 5.968, de 11 de novembro de 1981; Lei nº 5.969, de 11 de novembro de 1981; Lei nº 5.970, de 11 de novembro de 1981; Lei nº 5.971, de 11 de novembro de 1981; Lei nº 5.993, de 15 de dezembro de 1981; Lei nº 5.998, de 15 de dezembro de 1981; Lei nº 6.021, de 15 de dezembro de 1981; Lei nº 6.022, de 15 de dezembro de 1981; Lei nº 6.026, de 17 de fevereiro de 1982; Lei nº 6.028, de 17 de fevereiro de 1982; Lei nº 6.045, de 17 de fevereiro de 1982; Lei nº 6.051, de 5 de maio de 1982; Lei nº 6.076, de 31 de maio de 1982; Lei nº 6.083, de 30 de junho de 1982; Lei nº 6.086, de 8 de julho de 1982; Lei nº 6.096, de 8 de julho de 1982; Lei nº 6.097, de 15 de julho de 1982; Lei nº 6.098, de 15 de julho de 1982; Lei nº 6.099, de 15 de julho de 1982; Lei nº 6.113, de 25 de agosto de 1982; Lei nº 6.120, de 1º de setembro de 1982; Lei nº 6.257, de 7 de setembro de 1983; Lei nº 6.267, de 28 de setembro de 1983; Lei nº 6.291, de 14 de novembro de 1983; Lei nº 6.321, de 21 de dezembro de 1983; Lei nº 6.338, de 21 de maio de 1984; Lei nº 6.351, de 18 de junho de 1984; Lei nº 6.352, de 18 de junho de 1984; Lei nº 6.361, de 28 de junho de 1984; Lei nº 6.376, de 8 de julho de 1984; Lei nº 6.393, de 12 de julho de 1984; Lei nº 6.402, de 17 de agosto de 1984; Lei nº 6.420, de 9 de outubro de 1984; Lei nº 6.454, de 20 de novembro de 1984; Lei nº 6.460, de 20 de novembro de 1984; Lei nº 6.495, de 11 de dezembro de 1984; Lei nº 6.496, de 11 de dezembro de 1984; Lei nº 6.506, de 11 de dezembro de 1984; Lei nº 6.549, de 21 de junho de 1985; Lei nº 6.560, de 21 de junho de 1985; Lei nº 6.561, de 21 de junho de 1985; Lei nº 6.562, de 21 de junho de 1985; Lei nº 6.624, de 9 de setembro de 1985; Lei nº 6.631, de 17 de setembro de 1985; Lei nº 6.650, de 3 de outubro de 1985; Lei nº 6.676, de 31 de outubro de 1985; Lei nº 6.678, de 5 de novembro de 1985; Lei nº 6.690, de 19 de novembro de 1985; Lei nº 6.691, de 19 de novembro de 1985; Lei nº 6.692, de 19 de novembro de 1985; Lei nº 6.693, de 19 de novembro de 1985; Lei nº 6.758, de 14 de maio de 1986; Lei nº 6.761, de 20 de maio de 1986; Lei nº

6.797, de 17 de junho de 1986; Lei nº 6.853, de 5 de setembro de 1986; Lei nº 6.854, de 5 de setembro de 1986; Lei nº 6.870, de 25 de setembro de 1986; Lei nº 6.912, de 29 de dezembro de 1986; Lei nº 6.999, de 14 de julho de 1987; Lei nº 7.003, de 26 de agosto de 1987; Lei nº 7.073, de 10 de outubro de 1987; Lei nº 7.180, de 30 de março de 1988; Lei nº 7.182, de 30 de março de 1988; Lei nº 7.191, de 30 de março de 1988; Lei nº 7.311, de 6 de junho de 1988; Lei nº 7.312, de 06 de junho de 1988; Lei nº 7.406, de 5 de setembro de 1988; Lei nº 7.576, de 12 de abril de 1989; Lei nº 7.593, de 14 de junho de 1989; Lei nº 7.594, de 14 de junho de 1989; Lei nº 7.700, de 25 de julho de 1989; Lei nº 7.955, de 28 de maio de 1990; Lei nº 7.957, de 28 de maio de 1990; Lei nº 8.033, de 18 de julho de 1990; Lei nº 8.068, de 17 de setembro de 1990; Lei nº 8.069, de 17 de setembro de 1990; Lei nº 8.071, de 20 de setembro de 1990; Lei nº 8.077, de 27 de setembro de 1990; Lei nº 8.143, de 19 de novembro de 1990; Lei nº 8.214, de 03 de janeiro de 1991; Lei nº 8.215, de 3 de janeiro de 1991; Lei nº 8.217, de 3 de janeiro de 1991; Lei nº 8.219, de 03 de janeiro de 1991; Lei nº 8.229, de 14 de janeiro de 1991; Lei nº 8.270, de 18 de junho de 1991; Lei nº 8.292, de 8 de julho de 1991; Lei nº 8.293, de 8 de julho de 1991; Lei nº 8.294, de 8 de julho de 1991; Lei nº 8.419, de 4 de dezembro de 1991; Lei nº 8.420, de 4 de dezembro de 1991; Lei nº 8.421, de 4 de dezembro de 1991; Lei nº 8.422, de 4 de dezembro de 1991; Lei nº 8.490, de 18 de dezembro de 1991; Lei nº 8.491, de 18 de dezembro de 1991; Lei nº 8.492, de 18 de dezembro de 1991; Lei nº 8.615, de 21 de maio de 1992; Lei nº 8.619, de 22 de maio de 1992; Lei nº 8.690, de 30 de junho de 1992; Lei nº 8.763, de 30 de julho de 1992; Lei nº 8.764, de 14 de agosto de 1992; Lei nº 8.796, de 29 de setembro de 1992; Lei nº 8.900, de 16 de dezembro de 1992; Lei nº 8.908, de 22 de dezembro de 1992; Lei nº 8.955, de 7 de janeiro de 1993; Lei nº 8.956, de 7 de janeiro de 1993; Lei nº 8.957, de 7 de janeiro de 1993; Lei nº 9.005, de 13 de abril de 1993; Lei nº 9.006, de 13 de abril de 1993; Lei nº 9.114, de 7 de junho de 1993; Lei nº 9.115, de 7 de junho de 1993; Lei nº 9.175, de 23 de julho de 1993; Lei nº 9.235, de 21 de setembro de 1993; Lei nº 9.236, de 21 de setembro de 1993; Lei nº 9.347, de 14 de dezembro de 1993; Lei nº 9.348, de 14 de dezembro de 1993; Lei nº 9.386, de 17 de dezembro de 1993; Lei nº 9.387, de 17 de dezembro de 1993; Lei nº 9.421, de 7 de janeiro de 1994; Lei nº 9.422, de 7 de janeiro de 1994; Lei nº 9.639, de 4 de julho de 1994; Lei nº 9.591, de 17 de maio de 1994; Lei nº 9.610, de 10 de junho de 1994; Lei nº 9.611, de 10 de junho de 1994; Lei nº 9.635, de 4 de julho de 1994; Lei nº 9.636, de 4 de julho de 1994; Lei nº 9.637, de 4 de julho de 1994; Lei nº 9.638, de 4 de julho de 1994; Lei nº 9.663, de 26 de julho de 1994; Lei nº 9.664, de 26 de julho de 1994; Lei nº 9.665, de 26 de julho de 1994; Lei nº 9.666, de 26 de julho de 1994; Lei nº 9.667, de 26 de julho de 1994; Lei nº 9.702, de 30 de setembro de 1994; Lei nº 9.703, de 30 de setembro de 1994; Lei nº 9.745, de 24 de novembro de 1994; Lei nº 9.765, de 12 de dezembro de 1994; Lei nº 9.792, de 22 de dezembro de 1994; Lei nº 9.800, de 22 de dezembro de 1994; Lei nº 9.812, de 26 de dezembro de 1994; Lei nº 9.813, de 26 de dezembro de 1994; Lei nº 9.814, de 26 de dezembro de 1994; Lei nº 9.870, de 17 de julho de 1995; Lei nº 9.911, de 18 de setembro de 1995; Lei nº 9.912, de 18 de setembro de 1995; Lei nº 9.939, de 9 de outubro de 1995; Lei nº 9.957, de 20 de novembro de 1995; Lei nº 10.021, de 26 de dezembro de 1995; Lei nº 10.061, de 8 de janeiro de 1996; Lei Promulgada nº 10.075, de 2 de abril de 1996; Lei nº 10.099, de 15 de maio de 1996; Lei nº 10.108, de 30 de maio de 1996; Lei nº 10.109, de 30 de maio de 1996; Lei nº 10.110, de 30 de maio de 1996; Lei nº 10.139, de 2 de julho de 1996; Lei Promulgada nº 10.167, de 9 de julho de 1996; Lei nº 10.261, de 20 de novembro de 1996; Lei nº 10.359, de 10 de janeiro de 1997; Lei nº 10.360, de 10 de janeiro de 1997; Lei nº 10.435, de 10 de janeiro de 1997; Lei nº 10.386, de 17 de abril de 1997; Lei nº 10.460, de 15 de julho de 1997; Lei nº 10.461, de 15 de julho de 1997; Lei nº 10.529, de 30 de setembro de 1997; Lei nº 10.566, de 7 de novembro de 1997; Lei nº 10.588, de 11 de novembro de 1997; Lei nº 10.608, de 27 de novembro de 1997; Lei nº 10.620, de 16 de dezembro de 1997; Lei nº 10.670, de 7 de janeiro de 1998; Lei nº 10.671, de 7 de janeiro de 1998; Lei nº 10.672, de 7 de janeiro de 1998; Lei nº 10.673, de 7 de janeiro de 1998; Lei nº 10.674, de 7 de janeiro de 1998; Lei nº 10.675, de 7 de janeiro de 1998; Lei nº 10.714, de 13 de janeiro de 1998; Lei nº 10.715, de 13 de janeiro de 1998; Lei nº 10.716, de 13 de janeiro de 1998; Lei nº 10.717, de 13 de janeiro de 1998; Lei nº 10.718, de 13 de janeiro de 1998; Lei nº 10.742, de 15 de maio de 1998; Lei nº 10.743, de 15 de maio de 1998; Lei nº 10.837, de 27 de julho de 1998; Lei nº 10.838, de 28 de julho de 1998; Lei nº 10.839, de 28 de julho de 1998; Lei nº 10.906, de 24 de agosto de 1998; Lei nº 10.948, de 9 de novembro de 1998; Lei nº 10.970, de 7 de dezembro de 1998; Lei nº 10.983, de 15 de dezembro de 1998; Lei nº 11.001, de 17 de dezembro de 1998; Lei nº 11.064, de 28 de dezembro de 1998; Lei nº 11.065, de 28 de

dezembro de 1998; Lei nº 11.066, de 28 de dezembro de 1998; Lei nº 11.095, de 17 de maio de 1999; Lei nº 11.151, de 16 de julho de 1999; Lei nº 11.152, de 16 de julho de 1999; Lei nº 11.153, de 16 de julho de 1999; Lei nº 11.224, de 20 de novembro de 1999; Lei nº 11.323, de 28 de dezembro de 1999; Lei nº 11.334, de 4 de janeiro de 2000; Lei nº 11.335, de 4 de janeiro de 2000; Lei nº 11.338, de 8 de janeiro de 2000; Lei nº 11.341, de 12 de janeiro de 2000; Lei nº 11.352, de 17 de janeiro de 2000; Lei nº 11.353, de 17 de janeiro de 2000; Lei nº 11.354, de 17 de janeiro de 2000; Lei nº 11.448, de 12 de junho de 2000; Lei nº 11.449, de 12 de junho de 2000; Lei nº 11.521, de 12 de setembro de 2000; Lei nº 11.563, de 28 de setembro de 2000; Lei nº 11.590, de 18 de novembro de 2000; Lei nº 11.591, de 18 de novembro de 2000; Lei nº 11.604, de 30 de novembro de 2000; Lei nº 11.694, de 8 de janeiro de 2001; Lei nº 11.695, de 8 de janeiro de 2001; Lei nº 11.704, de 8 de janeiro de 2001; Lei nº 11.755, de 21 de junho de 2001; Lei nº 11.756, de 21 de junho de 2001; Lei nº 11.757, de 21 de junho de 2001; Lei nº 11.763, de 28 de junho de 2001; Lei nº 11.748, de 11 de junho de 2001; Lei nº 11.843, de 20 de julho de 2001; Lei nº 11.844, de 20 de julho de 2001; Lei nº 11.854, de 25 de julho de 2001; Lei nº 11.901, de 12 de setembro de 2001; Lei nº 11.918, de 26 de setembro de 2001; Lei nº 11.934, de 11 de outubro de 2001; Lei nº 11.935, de 11 de outubro de 2001; Lei nº 11.950, de 17 de outubro de 2001; Lei nº 12.006, de 28 de novembro de 2001; Lei nº 12.015, de 14 de dezembro de 2001; Lei nº 12.039, de 18 de dezembro de 2001; Lei nº 12.121, de 10 de janeiro de 2002; Lei nº 12.275, de 10 de junho de 2002; Lei nº 12.293, de 22 de junho de 2002; Lei nº 12.326, de 3 de julho de 2002; Lei nº 12.353, de 11 de julho de 2002; Lei nº 12.379, de 19 de julho de 2002; Lei nº 12.399, de 31 de outubro de 2002; Lei nº 12.440, de 4 de dezembro de 2002; Lei nº 12.539, de 19 de dezembro de 2002; Lei nº 12.540, de 19 de dezembro de 2002; Lei nº 12.543, de 20 de dezembro de 2002; Lei nº 12.544, de 20 de dezembro de 2002; Lei nº 12.545, de 20 de dezembro de 2002; Lei nº 12.546, de 20 de dezembro de 2002; Lei nº 12.547, de 20 de dezembro de 2002; Lei nº 12.557, de 30 de dezembro de 2002; Lei nº 12.558, de 30 de dezembro de 2002; Lei nº 12.559, de 30 de dezembro de 2002; Lei nº 12.575, de 20 de março de 2003; Lei nº 12.584, de 9 de junho de 2003; Lei nº 12.585, de 9 de junho de 2003; Lei nº 12.596, de 4 de julho de 2003; Lei nº 12.597, de 4 de julho de 2003; Lei nº 12.598, de 4 de julho de 2003; Lei nº 12.642, de 21 de julho de 2003; Lei nº 12.643, de 21 de julho de 2003; Lei nº 12.772, de 1º de dezembro de 2003; Lei nº 12.843, de 22 de dezembro de 2003; Lei nº 12.858, de 12 de janeiro de 2004; Lei nº 12.859, de 12 de janeiro de 2004; Lei nº 12.860, de 12 de janeiro de 2004; Lei nº 12.861, de 12 de janeiro de 2004; Lei nº 12.880, de 22 de janeiro de 2004; Lei nº 12.881, de 22 de janeiro de 2004; Lei nº 12.993, de 9 de junho de 2004; Lei nº 13.018, de 25 de junho de 2004; Lei nº 13.019, de 25 de junho de 2004; Lei nº 13.020, de 25 de junho de 2004; Lei nº 13.065, de 8 de julho de 2004; Lei nº 13.069, de 20 de julho de 2004; Lei nº 13.071, de 29 de julho de 2004; Lei nº 13.072, de 29 de julho de 2004; Lei nº 13.093, de 4 de agosto de 2004; Lei nº 13.107, de 18 de outubro de 2004; Lei nº 13.190, de 10 de dezembro de 2004; Lei nº 13.193, de 10 de dezembro de 2004; Lei nº 13.245, de 27 de dezembro de 2004; Lei nº 13.246, de 27 de dezembro de 2004; Lei nº 13.247, de 27 de dezembro de 2004; Lei nº 13.304, de 20 de janeiro de 2005; Lei nº 13.305, de 20 de janeiro de 2005; Lei nº 13.306, de 20 de janeiro de 2005; Lei nº 13.307, de 20 de janeiro de 2005; Lei nº 13.308, de 20 de janeiro de 2005; Lei nº 13.309, de 20 de janeiro de 2005; Lei nº 13.310, de 20 de janeiro de 2005; Lei nº 13.311, de 20 de janeiro de 2005; Lei nº 13.312, de 20 de janeiro de 2005; Lei nº 13.313, de 20 de janeiro de 2005; Lei nº 13.399, de 4 de julho de 2005; Lei nº 13.406, de 15 de julho de 2005; Lei nº 13.444, de 19 de julho de 2005; Lei nº 13.445, de 19 de julho de 2005; Lei nº 13.446, de 19 de julho de 2005; Lei nº 13.452, de 25 de julho de 2005; Lei nº 13.504, de 26 de setembro de 2005; Lei nº 13.511, de 28 de setembro de 2005; Lei nº 13.512, de 28 de setembro de 2005; Lei nº 13.513, de 28 de setembro de 2005; Lei nº 13.514, de 28 de setembro de 2005; Lei nº 13.519, de 4 de outubro de 2005; Lei nº 13.520, de 4 de outubro de 2005; Lei nº 13.521, de 4 de outubro de 2005; Lei nº 13.531, de 19 de outubro de 2005; Lei nº 13.551, de 11 de novembro de 2005; Lei nº 13.576, de 29 de novembro de 2005; Lei nº 13.577, de 29 de novembro de 2005; Lei nº 13.578, de 29 de novembro de 2005; Lei nº 13.579, de 29 de novembro de 2005; Lei nº 13.580, de 29 de novembro de 2005; Lei nº 13.581, de 29 de novembro de 2005; Lei nº 13.637, de 22 de dezembro de 2005; Lei nº 13.638, de 22 de dezembro de 2005; Lei nº 13.647, de 27 de dezembro de 2005; Lei nº 13.648, de 27 de dezembro de 2005; Lei nº 13.670, de 28 de dezembro de 2005; Lei nº 13.685, de 10 de janeiro de 2006; Lei nº 13.686, de 10 de janeiro de 2006; Lei nº 13.687, de 10 de janeiro de 2006; Lei nº 13.736, de 19 de abril de 2006; Lei nº 13.747, de 4 de maio de 2006; Lei nº 13.754,

de 18 de maio de 2006; Lei nº 13.755, de 18 de maio de 2006; Lei nº 13.766, de 29 de maio de 2006; Lei nº 13.767, de 29 de maio de 2006; Lei nº 13.768, de 29 de maio de 2006; Lei nº 13.775, de 28 de junho de 2006; Lei nº 13.776, de 28 de junho de 2006; Lei nº 13.803, de 25 de julho de 2006; Lei nº 13.804, de 25 de julho de 2006; Lei nº 13.805, de 25 de julho de 2006; Lei nº 13.836, de 21 de agosto de 2006; Lei nº 13.837, de 21 de agosto de 2006; Lei nº 13.838, de 21 de agosto de 2006; Lei nº 13.847, de 3 de outubro de 2006; Lei nº 13.879, de 1º de dezembro de 2006; Lei nº 13.891, de 11 de dezembro de 2006; Lei nº 13.909, de 20 de dezembro de 2006; Lei nº 13.910, de 20 de dezembro de 2006; Lei nº 13.982, de 26 de janeiro de 2007; Lei nº 13.983, de 26 de janeiro de 2007; Lei nº 13.984, de 26 de janeiro de 2007; Lei nº 13.985, de 26 de janeiro de 2007; Lei nº 13.986, de 26 de janeiro de 2007; Lei nº 13.987, de 26 de janeiro de 2007; Lei nº 13.988, de 26 de janeiro de 2007; Lei nº 13.989, de 26 de janeiro de 2007; Lei nº 13.990, de 26 de janeiro de 2007; Lei nº 13.991, de 26 de janeiro de 2007; Lei nº 13.998, de 16 de abril de 2007; Lei nº 14.004, de 10 de maio de 2007; Lei nº 14.015, de 17 de maio de 2007; Lei nº 14.033, de 4 de julho de 2007; Lei nº 14.059, de 23 de julho de 2007; Lei nº 14.079, de 6 de agosto de 2007; Lei nº 14.084, de 28 de agosto de 2007; Lei nº 14.097, de 17 de setembro de 2007; Lei nº 14.122, de 1º de outubro de 2007; Lei nº 14.123, de 1º de outubro de 2007; Lei nº 14.166, de 26 de outubro de 2007; Lei nº 14.167, de 26 de outubro de 2007; Lei nº 14.235, de 3 de dezembro de 2007; Lei nº 14.236, de 3 de dezembro de 2007; Lei nº 14.237, de 3 de dezembro de 2007; Lei nº 14.251, de 19 de dezembro de 2007; Lei nº 14.256, de 19 de dezembro de 2007; Lei nº 14.324, de 15 de janeiro de 2008; Lei nº 14.333, de 18 de janeiro de 2008; Lei nº 14.334, de 18 de janeiro de 2008; Lei nº 14.335, de 18 de janeiro de 2008; Lei nº 14.389, de 18 de março de 2008; Lei nº 14.407, de 10 de abril de 2008; Lei nº 14.429, de 14 de maio de 2008; Lei nº 14.430, de 14 de maio de 2008; Lei nº 14.462, de 17 de junho de 2008; Lei nº 14.495, de 7 de agosto de 2008; Lei nº 14.513, de 24 de setembro de 2008; Lei nº 14.567, de 8 de dezembro de 2008; Lei nº 14.626, de 7 de janeiro de 2009; Lei nº 14.627, de 7 de janeiro de 2009; Lei nº 14.659, de 16 de janeiro de 2009; Lei nº 14.676, de 17 de abril de 2009; Lei nº 14.707, de 22 de maio de 2009; Lei nº 14.732, de 17 de junho de 2009; Lei nº 14.733, de 17 de junho de 2009; Lei nº 14.758, de 13 de julho de 2009; Lei nº 14.783, de 14 de julho de 2009; Lei nº 14.826, de 11 de agosto de 2009; Lei nº 14.827, de 11 de agosto de 2009; Lei nº 14.838, de 8 de setembro de 2009; Lei nº 14.891, de 22 de outubro de 2009; Lei nº 14.928, de 27 de outubro de 2009; Lei nº 14.929, de 27 de outubro de 2009; Lei nº 14.955, de 25 de novembro de 2009; Lei nº 14.956, de 25 de novembro de 2009; Lei nº 14.966, de 7 de dezembro de 2009; Lei nº 14.974, de 9 de dezembro de 2009; Lei nº 15.028, de 22 de dezembro de 2009; Lei nº 15.030, de 22 de dezembro de 2009; Lei nº 15.121, de 19 de janeiro de 2010; Lei nº 15.130, de 19 de janeiro de 2010; Lei nº 15.131, de 19 de janeiro de 2010; Lei nº 15.141, de 15 de abril de 2010; Lei nº 15.180, de 18 de maio de 2010; Lei nº 15.181, de 18 de maio de 2010; Lei nº 15.187, de 1º de junho de 2010; Lei nº 15.188, de 1º de junho de 2010; Lei nº 15.191, de 11 de junho de 2010; Lei nº 15.213, de 15 de junho de 2010; Lei nº 15.225, de 2 de julho de 2010; Lei nº 15.226, de 2 de julho de 2010; Lei nº 15.259, de 18 de agosto de 2010; Lei nº 15.290, de 23 de agosto de 2010; Lei nº 15.291, de 23 de agosto de 2010; Lei nº 15.345, de 7 de dezembro de 2010; Lei nº 15.357, de 10 de dezembro de 2010; Lei nº 15.359, de 10 de dezembro de 2010; Lei nº 15.360, de 10 de dezembro de 2010; Lei nº 15.361, de 10 de dezembro de 2010; Lei nº 15.362, de 10 de dezembro de 2010; Lei nº 15.366, de 16 de dezembro de 2010; Lei nº 15.370, de 16 de dezembro de 2010; Lei nº 15.374, de 16 de dezembro de 2010; Lei nº 15.383, de 21 de dezembro de 2010; Lei nº 15.384, de 21 de dezembro de 2010; Lei nº 15.385, de 21 de dezembro de 2010; Lei nº 15.386, de 21 de dezembro de 2010; Lei nº 15.387, de 21 de dezembro de 2010; Lei nº 15.388, de 21 de dezembro de 2010; Lei nº 15.443, de 17 de janeiro de 2011; Lei nº 15.450, de 17 de janeiro de 2011; Lei nº 15.485, de 6 de junho de 2011; Lei nº 15.492, de 20 de junho de 2011; Lei nº 15.639, de 23 de novembro de 2011; Lei nº 15.640, de 28 de novembro de 2011; Lei nº 15.669, de 15 de dezembro de 2011; Lei nº 15.732, de 4 de janeiro de 2012; Lei nº 15.733, de 4 de janeiro de 2012; Lei nº 15.744, de 11 de janeiro de 2012; Lei nº 15.747, de 27 de fevereiro de 2012; Lei nº 15.782, de 19 de março de 2012; Lei nº 15.783, de 19 de março de 2012; Lei nº 15.784, de 19 de março de 2012; Lei nº 15.821, de 16 de maio de 2012; Lei nº 15.824, de 24 de maio de 2012; Lei nº 15.831, de 5 de junho de 2012; Lei nº 15.832, de 5 de junho de 2012; Lei nº 15.848, de 5 de julho de 2012; Lei nº 15.854, de 18 de julho de 2012; Lei nº 15.859, de 2 de agosto de 2012; Lei nº 15.898, de 5 de outubro de 2012; Lei nº 15.904, de 20 de novembro de 2012; Lei nº 15.905, de 20 de novembro de 2012; Lei nº 15.358, de 10 de dezembro de 2010; Lei nº 15.961, de 07 de janeiro de 2013; Lei nº

15.962, de 07 de janeiro de 2013; Lei nº 15.990, de 24 de abril de 2013; Lei nº 16.042, de 3 de julho de 2013; Lei nº 16.105, de 5 de setembro de 2013; Lei nº 16.115, de 11 de setembro de 2013; Lei nº 16.116, de 11 de setembro de 2013; Lei nº 16.117, de 11 de setembro de 2013; Lei nº 16.118, de 11 de setembro de 2013; Lei nº 16.119, de 11 de setembro de 2013; Lei nº 16.212, de 12 de dezembro de 2013; Lei nº 16.216, de 19 de dezembro de 2013; Lei nº 16.330, de 20 de janeiro de 2014; Lei nº 16.335, de 20 de janeiro de 2014; Lei nº 16.336, de 21 de janeiro de 2014; Lei nº 16.338, de 21 de janeiro de 2014; Lei nº 16.341, de 21 de janeiro de 2014; Lei nº 16.374, de 7 de maio de 2014; Lei nº 16.375, de 7 de maio de 2014; Lei nº 16.377, de 7 de maio de 2014; Lei nº 16.392, de 20 de maio de 2014; Lei nº 16.393, de 20 de maio de 2014; Lei nº 16.397, de 4 de junho de 2014; Lei nº 16.399, de 11 de junho de 2014; Lei nº 16.417, de 24 de junho de 2014; Lei nº 16.427, de 9 de julho de 2014; Lei nº 16.429, de 22 de julho de 2014; Lei nº 16.430, de 22 de julho de 2014; Lei nº 16.432, de 28 de julho de 2014; Lei nº 16.441, de 29 de julho de 2014; Lei nº 16.443, de 5 de agosto de 2014; Lei nº 16.444, de 5 de agosto de 2014; Lei nº 16.466, de 27 de agosto de 2014; Lei nº 16.471, de 23 de setembro de 2014; Lei nº 16.472, de 23 de setembro de 2014; Lei nº 16.479, de 28 de outubro de 2014; Lei nº 16.495, de 5 de dezembro de 2014; Lei nº 16.522, de 22 de dezembro de 2014; Lei nº 16.523, de 22 de dezembro de 2014; Lei nº 16.524, de 22 de dezembro de 2014; Lei nº 16.525, de 22 de dezembro de 2014; Lei nº 16.555, de 23 de dezembro de 2014; incluídas as Leis nºs 12.118, de 07 de janeiro de 2002, que “dispõe sobre a denominação de bens públicos e adota outras providências” e 15.973, de 14 de janeiro de 2013, que “altera o caput do art. 1º da Lei nº 12.118, de 2002, que dispõe sobre a denominação de bens públicos”.

Art. 3º As iniciativas de propostas de leis visando à denominação de bens públicos, quando tenham como finalidade homenagear pessoas de reconhecida idoneidade, serão instruídas com:

I – justificativa que consigne os relevantes serviços que, em vida, o homenageado tenha prestado ao Estado ou à comunidade com a qual conviveu;

II – Certidão de Óbito;

III – *Curriculum-vitae*; e

IV – declaração, negativa ou positiva, de denominação anterior, exarada pelo órgão ou entidade responsável pelo bem a que se referir o projeto de lei.

Art. 4º Fica proibido atribuir nome de pessoa viva e de pessoa falecida que tenha praticado ato de lesa-humanidade, tortura ou violação de direitos humanos, a bem público, de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou a pessoas jurídicas da Administração Indireta.

Parágrafo único. As proibições constantes desta Lei são aplicáveis às entidades que, a qualquer título, recebam subvenção ou auxílio dos cofres públicos estaduais.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as seguintes Leis:

I – Lei nº 308, de 24 de setembro de 1949;

II – Lei Promulgada nº 34, de 12 de janeiro de 1952;

III – Lei Promulgada nº 37, de 12 de janeiro de 1952;

IV – Lei Promulgada nº 43, de 16 de maio de 1952;

V – Lei Promulgada nº 44, de 16 de maio de 1952;

VI – Lei Promulgada nº 71, de 10 de novembro de 1952;

VII – Lei Promulgada nº 150, de 10 de maio de 1954;

VIII – Lei Promulgada nº 179, de 29 de novembro de 1954;

IX – Lei nº 1.337, de 12 de agosto de 1955;

X – Lei nº 1.601, de 14 de dezembro de 1956;

XI – Lei Promulgada nº 324, de 12 de novembro de 1957;

XII – Lei Promulgada nº 325, de 12 de novembro de 1957;

XIII – Lei nº 1.992, de 20 de abril de 1959;

XIV – Lei nº 2.029, de 9 de junho de 1959;

XV – Lei Promulgada nº 437, de 27 de agosto de 1959;

XVI – Lei Promulgada nº 580, de 21 de julho de 1960;

XVII – Lei nº 2.855, de 30 de setembro de 1961;

XVIII – Lei nº 2.952, de 23 de dezembro de 1961;

XIX – Lei Promulgada nº 812, de 3 de janeiro de 1962;

XX – Lei nº 3.016, de 06 de abril de 1962;

XXI – Lei nº 3.213, de 7 de junho de 1963;

XXII – Lei nº 3.253, de 5 de julho de 1963;

XXIII – Lei nº 3.299, de 31 de agosto de 1963;

XXIV – Lei nº 3.380, de 18 de dezembro de 1963;

XXV – Lei nº 3.347, de 22 de dezembro de 1963;

XXVI – Lei nº 3.473, de 10 de julho de 1964;

XXVII – Lei nº 3.477, de 24 de julho de 1964;

XXVIII – Lei nº 3.541, de 26 de outubro de 1964;

XXIX – Lei Promulgada nº 1.014, de 30 de dezembro de 1964;

XXX – Lei Promulgada nº 1.015, de 25 de fevereiro de 1965;

XXXI – Lei nº 3.643, de 8 de junho de 1965;

XXXII – Lei nº 3.644, de 8 de junho de 1965;

XXXIII – Lei nº 3.667, de 24 de junho de 1965;

XXXIV – Lei nº 3.683, de 8 de julho de 1965;

XXXV – Lei nº 3.706, de 4 de agosto de 1965;

XXXVI – Lei nº 3.724, de 18 de novembro de 1965;

XXXVII – Lei nº 3.735, de 19 de novembro de 1965;

XXXVIII – Lei nº 3.756, de 17 de dezembro de 1965;

XXXIX – Lei nº 3.761, de 17 de dezembro de 1965;

XL – Lei nº 3.794, de 2 de fevereiro de 1966;

XLI – Lei nº 3.801, de 17 de fevereiro de 1966;

XLII – Lei nº 3.823, de 4 de maio de 1966;

XLIII – Lei nº 3.873, de 1 de julho de 1966;

XLIV – Lei Promulgada nº 1.050, de 26 de agosto de 1966;

XLV – Lei nº 3.880, de 30 de agosto de 1966;

XLVI – Lei nº 3.906, de 26 de setembro de 1966;

XLVII – Lei nº 3.915, de 29 de setembro de 1966;

XLVIII – Lei nº 3.993, de 13 de junho de 1967;

XLIX – Lei nº 4.021, de 18 de agosto de 1967;

L – Lei nº 4.066, de 24 de outubro de 1967;

LI – Lei Promulgada nº 1.075, de 08 de janeiro de 1968;

LII – Lei Promulgada nº 1.077, de 16 de janeiro de 1968;

LIII – Lei Promulgada nº 1.078, de 23 de julho de 1968;

LIV – Lei nº 4.218, de 18 de setembro de 1968;

LV – Lei nº 4.293, de 7 de abril de 1969;

LVI – Lei nº 4.304, de 29 de abril de 1969;

LVII – Lei nº 4.328, de 18 de junho de 1969;

LVIII – Lei Promulgada nº 1.080, de 15 de julho de 1969;

LIX – Lei nº 4.389, de 7 de novembro de 1969;

LX – Lei nº 4.433, de 20 de maio de 1970;

LXI – Lei nº 4.446, de 02 de junho de 1970;

LXII – Lei Promulgada nº 1.083, de 5 de agosto de 1970;

LXIII – Lei Promulgada nº 1.085, de 2 de outubro de 1970;

LXIV – Lei nº 4.539, de 30 de novembro de 1970;

LXV – Lei nº 4.573, de 22 de junho de 1971;

LXVI – Lei nº 4.595, de 5 de agosto de 1971;

LXVII – Lei nº 4.639, de 15 de outubro de 1971;

LXVIII – Lei nº 4.642, de 21 de outubro de 1971;

LXIX – Lei nº 4.729, de 14 de junho de 1972;

LXX – Lei nº 4.730, de 14 de junho de 1972;

LXXI – Lei nº 4.758, de 30 de junho de 1972;

LXXII – Lei Promulgada nº 1.089, de 7 de agosto de 1972;

LXXIII – Lei nº 4.804, de 4 de dezembro de 1972;

LXXIV – Lei nº 4.805, de 4 de dezembro de 1972;

LXXV – Lei nº 4.875, de 28 de junho de 1973;

LXXVI – Lei nº 4.883, de 29 de junho de 1973;

LXXVII – Lei nº 4.884, de 29 de junho de 1973;

LXXVIII – Lei nº 4.931, de 16 de outubro de 1973;

LXXIX – Lei nº 4.934, de 22 de outubro de 1973;

LXXX – Lei Promulgada nº 1.093, de 7 de novembro de 1973;

LXXXI – Lei nº 4.965, de 26 de novembro de 1973;

LXXXII – Lei nº 5.011, de 10 de junho de 1974;

LXXXIII – Lei nº 5.044, de 28 de junho de 1974;

LXXXIV – Lei nº 5.046, de 2 de julho de 1974;

LXXXV – Lei Promulgada nº 1.094, de 22 de julho de 1974;

LXXXVI – Lei Promulgada nº 1.095, de 22 de julho de 1974;

LXXXVII – Lei nº 5.158, de 4 de novembro de 1975;

LXXXVIII – Lei nº 5.189, de 28 de novembro de 1975;

LXXXIX – Lei nº 5.273, de 22 de outubro de 1976;

XC – Lei nº 5.300, de 25 de maio de 1977;

XCI – Lei nº 5.302, de 26 de maio de 1977;

XCII – Lei nº 5.324, de 22 de junho de 1977;

XCIII – Lei nº 5.327, de 30 de junho de 1977;

XCIV – Lei nº 5.336, de 26 de agosto de 1977;

XCV – Lei nº 5.340, de 30 de agosto de 1977;

XCVI – Lei nº 5.346, de 2 de setembro de 1977;

XCVII – Lei nº 5.370, de 21 de novembro de 1977;

XCVIII – Lei nº 5.398, de 30 de novembro de 1977;

XCIX – Lei nº 5.399, de 30 de novembro de 1977;

C – Lei nº 5.414, de 27 de abril de 1978;

CI – Lei nº 5.420, de 29 de maio de 1978;

CII – Lei nº 5.421, de 29 de maio de 1978;

CIII – Lei nº 5.424, de 29 de maio de 1978;

CIV – Lei nº 5.435, de 13 de junho de 1978;

CV – Lei nº 5.436, de 13 de junho de 1978;

CVI – Lei nº 5.437, de 13 de junho de 1978;

CVII – Lei nº 5.447, de 19 de junho de 1978;

CVIII – Lei nº 5.448, de 19 de junho de 1978;

CIX – Lei nº 5.452, de 28 de junho de 1978;

CX – Lei nº 5.453, de 28 de junho de 1978;

CXI – Lei nº 5.454, de 28 de junho de 1978;

CXII – Lei nº 5.470, de 24 de agosto de 1978;

CXIII – Lei nº 5.491, de 12 de outubro de 1978;  
CXIV – Lei nº 5.493, de 12 de outubro de 1978;  
CXV – Lei nº 5.500, de 12 de outubro de 1978;  
CXVI – Lei nº 5.501, de 12 de outubro de 1978;  
CXVII – Lei nº 5.512, de 20 de fevereiro de 1979;  
CXVIII – Lei nº 5.515, de 28 de fevereiro de 1979;  
CXIX – Lei nº 5.523, de 28 de fevereiro de 1979;  
CXX – Lei nº 5.535, de 31 de maio de 1979;  
CXXI – Lei nº 5.537, de 31 de maio de 1979;  
CXXII – Lei nº 5.538, de 31 de maio de 1979;  
CXXIII – Lei nº 5.547, de 21 de junho de 1979;  
CXXIV – Lei nº 5.548, de 28 de junho de 1979;  
CXXV – Lei nº 5.550, de 28 de junho de 1979;  
CXXVI – Lei nº 5.568, de 3 de setembro de 1979;  
CXXVII – Lei nº 5.569, de 11 de setembro de 1979;  
CXXVIII – Lei nº 5.589, de 30 de setembro de 1979;  
CXXIX – Lei nº 5.590, de 30 de setembro de 1979;  
CXXX – Lei nº 5.599, de 18 de outubro de 1979;  
CXXXI – Lei nº 5.600, de 18 de outubro de 1979;  
CXXXII – Lei nº 5.601, de 25 de outubro de 1979;  
CXXXIII – Lei nº 5.602, de 25 de outubro de 1979;  
CXXXIV – Lei nº 5.603, de 25 de outubro de 1979;  
CXXXV – Lei nº 5.634, de 30 de novembro de 1979;  
CXXXVI – Lei nº 5.648, de 30 de novembro de 1979;  
CXXXVII – Lei nº 5.651, de 30 de novembro de 1979;  
CXXXVIII – Lei nº 5.657, de 30 de novembro de 1979;  
CXXXIX – Lei nº 5.680, de 8 de maio de 1980;  
CXL – Lei nº 5.686, de 14 de maio de 1980;  
CXLI – Lei nº 5.691, de 14 de maio de 1980;  
CXLII – Lei nº 5.692, de 21 de maio de 1980;  
CXLIII – Lei nº 5.693, de 21 de maio de 1980;  
CXLIV – Lei nº 5.694, de 27 de maio de 1980;  
CXLV – Lei nº 5.706, de 3 de junho de 1980;  
CXLVI – Lei nº 5.707, de 3 de junho de 1980;  
CXLVII – Lei nº 5.721, de 25 de junho de 1980;  
CXLVIII – Lei nº 5.722, de 25 de junho de 1980;  
CXLIX – Lei nº 5.723, de 25 de junho de 1980;  
CL – Lei nº 5.724, de 25 de junho de 1980;  
CLI – Lei nº 5.729, de 25 de junho de 1980;  
CLII – Lei nº 5.733, de 30 de junho de 1980;  
CLIII – Lei nº 5.736, de 30 de junho de 1980;  
CLIV – Lei nº 5.738, de 30 de junho de 1980;  
CLV – Lei nº 5.740, de 30 de junho de 1980;  
CLVI – Lei nº 5.748, de 20 de agosto de 1980;  
CLVII – Lei nº 5.749, de 20 de agosto de 1980;  
CLVIII – Lei nº 5.752, de 1º de setembro de 1980;  
CLIX – Lei nº 5.753, de 1º de setembro de 1980;  
CLX – Lei nº 5.754, de 1º de setembro de 1980;  
CLXI – Lei nº 5.757, de 1º de setembro de 1980;  
CLXII – Lei nº 5.758, de 1º de setembro de 1980;  
CLXIII – Lei nº 5.759, de 1º de setembro de 1980;  
CLXIV – Lei nº 5.765, de 23 de setembro de 1980;  
CLXV – Lei nº 5.768, de 23 de setembro de 1980;  
CLXVI – Lei nº 5.785, de 28 de outubro de 1980;  
CLXVII – Lei nº 5.794, de 22 de outubro de 1980;  
CLXVIII – Lei nº 5.824, de 27 de novembro de 1980;  
CLXIX – Lei nº 5.837, de 18 de dezembro de 1980;  
CLXX – Lei nº 5.838, de 18 de dezembro de 1980;  
CLXXI – Lei nº 5.843, de 22 de dezembro de 1980;  
CLXXII – Lei nº 5.868, de 7 de maio de 1981;  
CLXXIII – Lei nº 5.869, de 7 de maio de 1981;  
CLXXIV – Lei nº 5.870, de 7 de maio de 1981;  
CLXXV – Lei nº 5.873, de 7 de maio de 1981;  
CLXXVI – Lei nº 5.879, de 22 de maio de 1981;  
CLXXVII – Lei nº 5.883, de 8 de junho de 1981;  
CLXXVIII – Lei nº 5.884, de 8 de junho de 1981;  
CLXXIX – Lei nº 5.885, de 8 de junho de 1981;  
CLXXX – Lei nº 5.904, de 17 de junho de 1981;  
CLXXXI – Lei nº 5.905, de 17 de junho de 1981;  
CLXXXII – Lei nº 5.906, de 17 de junho de 1981;  
CLXXXIII – Lei nº 5.916, de 13 de julho de 1981;  
CLXXXIV – Lei nº 5.918, de 25 de agosto de 1981;  
CLXXXV – Lei nº 5.919, de 25 de agosto de 1981;  
CLXXXVI – Lei nº 5.920, de 25 de agosto de 1981;  
CLXXXVII – Lei nº 5.934, de 14 de setembro de 1981;  
CLXXXVIII – Lei nº 5.935, de 14 de setembro de 1981;  
CLXXXIX – Lei nº 5.936, de 14 de setembro de 1981;  
CXC – Lei nº 5.937, de 14 de setembro de 1981;  
CXCI – Lei nº 5.950, de 30 de setembro de 1981;  
CXCII – Lei nº 5.951, de 14 de outubro de 1981;  
CXCIII – Lei nº 5.953, de 23 de outubro de 1981;

CXCIV – Lei nº 5.955, de 30 de outubro de 1981;  
CXCV – Lei nº 5.956, de 30 de outubro de 1981;  
CXCVI – Lei nº 5.957, de 30 de outubro de 1981;  
CXCVII – Lei nº 5.958, de 30 de outubro de 1981;  
CXCVIII – Lei nº 5.959, de 30 de outubro de 1981;  
CXCIX – Lei nº 5.962, de 5 de novembro de 1981;  
CC – Lei nº 5.966, de 11 de novembro de 1981;  
CCI – Lei nº 5.967, de 11 de novembro de 1981;  
CCII – Lei nº 5.968, de 11 de novembro de 1981;  
CCIII – Lei nº 5.969, de 11 de novembro de 1981;  
CCIV – Lei nº 5.970, de 11 de novembro de 1981;  
CCV – Lei nº 5.971, de 11 de novembro de 1981;  
CCVI – Lei nº 5.993, de 15 de dezembro de 1981;  
CCVII – Lei nº 5.998, de 15 de dezembro de 1981;  
CCVIII – Lei nº 6.021, de 15 de dezembro de 1981;  
CCIX – Lei nº 6.022, de 15 de dezembro de 1981;  
CCX – Lei nº 6.026, de 17 de fevereiro de 1982;  
CCXI – Lei nº 6.028, de 17 de fevereiro de 1982;  
CCXII – Lei nº 6.045, de 17 de fevereiro de 1982;  
CCXIII – Lei nº 6.051, de 5 de maio de 1982;  
CCXIV – Lei nº 6.076, de 31 de maio de 1982;  
CCXV – Lei nº 6.083, de 30 de junho de 1982;  
CCXVI – Lei nº 6.086, de 8 de julho de 1982;  
CCXVII – Lei nº 6.096, de 8 de julho de 1982;  
CCXVIII – Lei nº 6.097, de 15 de julho de 1982;  
CCXIX – Lei nº 6.098, de 15 de julho de 1982;  
CCXX – Lei nº 6.099, de 15 de julho de 1982;  
CCXXI – Lei nº 6.113, de 25 de agosto de 1982;  
CCXXII – Lei nº 6.120, de 1º de setembro de 1982;  
CCXXIII – Lei nº 6.257, de 7 de setembro de 1983;  
CCXXIV – Lei nº 6.267, de 28 de setembro de 1983;  
CCXXV – Lei nº 6.291, de 14 de novembro de 1983;  
CCXXVI – Lei nº 6.321, de 21 de dezembro de 1983;  
CCXXVII – Lei nº 6.338, de 21 de maio de 1984;  
CCXXVIII – Lei nº 6.351, de 18 de junho de 1984;  
CCXXIX – Lei nº 6.352, de 18 de junho de 1984;  
CCXXX – Lei nº 6.361, de 28 de junho de 1984;  
CCXXXI – Lei nº 6.376, de 8 de julho de 1984;  
CCXXXII – Lei nº 6.393, de 12 de julho de 1984;  
CCXXXIII – Lei nº 6.402, de 17 de agosto de 1984;  
CCXXXIV – Lei nº 6.420, de 9 de outubro de 1984;  
CCXXXV – Lei nº 6.454, de 20 de novembro de 1984;  
CCXXXVI – Lei nº 6.460, de 20 de novembro de 1984;  
CCXXXVII – Lei nº 6.495, de 11 de dezembro de 1984;  
CCXXXVIII – Lei nº 6.496, de 11 de dezembro de 1984;  
CCXXXIX – Lei nº 6.506, de 11 de dezembro de 1984;  
CCXL – Lei nº 6.549, de 21 de junho de 1985;  
CCXLI – Lei nº 6.560, de 21 de junho de 1985;  
CCXLII – Lei nº 6.561, de 21 de junho de 1985;  
CCXLIII – Lei nº 6.562, de 21 de junho de 1985;  
CCXLIV – Lei nº 6.624, de 9 de setembro de 1985;  
CCXLV – Lei nº 6.631, de 17 de setembro de 1985;  
CCXLVI – Lei nº 6.650, de 3 de outubro de 1985;  
CCXLVII – Lei nº 6.676, de 31 de outubro de 1985;  
CCXLVIII – Lei nº 6.678, de 5 de novembro de 1985;  
CCXLIX – Lei nº 6.690, de 19 de novembro de 1985;  
CCL – Lei nº 6.691, de 19 de novembro de 1985;  
CCLI – Lei nº 6.692, de 19 de novembro de 1985;  
CCLII – Lei nº 6.693, de 19 de novembro de 1985;  
CCLIII – Lei nº 6.758, de 14 de maio de 1986;  
CCLIV – Lei nº 6.761, de 20 de maio de 1986;  
CCLV – Lei nº 6.797, de 17 de junho de 1986;  
CCLVI – Lei nº 6.853, de 5 de setembro de 1986;  
CCLVII – Lei nº 6.854, de 5 de setembro de 1986;  
CCLVIII – Lei nº 6.870, de 25 de setembro de 1986;  
CCLIX – Lei nº 6.912, de 29 de dezembro de 1986;  
CCLX – Lei nº 6.999, de 14 de julho de 1987;  
CCLXI – Lei nº 7.003, de 26 de agosto de 1987;  
CCLXII – Lei nº 7.073, de 10 de outubro de 1987;  
CCLXIII – Lei nº 7.180, de 30 de março de 1988;  
CCLXIV – Lei nº 7.182, de 30 de março de 1988;  
CCLXV – Lei nº 7.191, de 30 de março de 1988;  
CCLXVI – Lei nº 7.311, de 6 de junho de 1988;  
CCLXVII – Lei nº 7.312, de 6 de junho de 1988;  
CCLXVIII – Lei nº 7.406, de 5 de setembro de 1988;  
CCLXIX – Lei nº 7.576, de 12 de abril de 1989;  
CCLXX – Lei nº 7.593, de 14 de junho de 1989;  
CCLXXI – Lei nº 7.594, de 14 de junho de 1989;  
CCLXXII – Lei nº 7.700, de 25 de julho de 1989;  
CCLXXIII – Lei nº 7.860, de 20 de dezembro de 1989;  
CCLXXIV – Lei nº 7.955, de 28 de maio de 1990;

CCLXXV – Lei nº 7.957, de 28 de maio de 1990;  
CCLXXVI – Lei nº 8.033, de 18 de julho de 1990;  
CCLXXVII – Lei nº 8.068, de 17 de setembro de 1990;  
CCLXXVIII – Lei nº 8.069, de 17 de setembro de 1990;  
CCLXXIX – Lei nº 8.071, de 20 de setembro de 1990;  
CCLXXX – Lei nº 8.077, de 27 de setembro de 1990;  
CCLXXXI – Lei nº 8.143, de 19 de novembro de 1990;  
CCLXXXII – Lei nº 8.204, de 26 de dezembro de 1990;  
CCLXXXIII – Lei nº 8.214, de 3 de janeiro de 1991;  
CCLXXXIV – Lei nº 8.215, de 3 de janeiro de 1991;  
CCLXXXV – Lei nº 8.217, de 3 de janeiro de 1991;  
CCLXXXVI – Lei nº 8.219, de 3 de janeiro de 1991;  
CCLXXXVII – Lei nº 8.229, de 14 de janeiro de 1991;  
CCLXXXVIII – Lei nº 8.270, de 18 de junho de 1991;  
CCLXXXIX – Lei nº 8.292, de 8 de julho de 1991;  
CCXC – Lei nº 8.293, de 8 de julho de 1991;  
CCXCI – Lei nº 8.294, de 8 de julho de 1991;  
CCXCII – Lei nº 8.412, de 4 de dezembro de 1991;  
CCXCIII – Lei nº 8.413, de 4 de dezembro de 1991;  
CCXCIV – Lei nº 8.419, de 4 de dezembro de 1991;  
CCXCV – Lei nº 8.420, de 4 de dezembro de 1991;  
CCXCVI – Lei nº 8.421, de 4 de dezembro de 1991;  
CCXCVII – Lei nº 8.422, de 4 de dezembro de 1991;  
CCXCVIII – Lei nº 8.490, de 18 de dezembro de 1991;  
CCXCIX – Lei nº 8.491, de 18 de dezembro de 1991;  
CCC – Lei nº 8.492, de 18 de dezembro de 1991;  
CCCI – Lei nº 8.615, de 21 de maio de 1992;  
CCCII – Lei nº 8.619, de 22 de maio de 1992;  
CCCIII – Lei nº 8.690, de 30 de junho de 1992;  
CCCIV – Lei nº 8.763, de 30 de julho de 1992;  
CCCV – Lei nº 8.764, de 14 de agosto de 1992;  
CCCVI – Lei nº 8.796, de 29 de setembro de 1992;  
CCCVII – Lei nº 8.900, de 16 de dezembro de 1992;  
CCCVIII – Lei nº 8.908, de 22 de dezembro de 1992;  
CCCIX – Lei nº 8.955, de 7 de janeiro de 1993;  
CCCX – Lei nº 8.956, de 7 de janeiro de 1993;  
CCCXI – Lei nº 8.957, de 7 de janeiro de 1993;  
CCCXII – Lei nº 9.005, de 13 de abril de 1993;  
CCCXIII – Lei nº 9.006, de 13 de abril de 1993;  
CCCXIV – Lei nº 9.114, de 7 de junho de 1993;  
CCCXV – Lei nº 9.115, de 7 de junho de 1993;  
CCCXVI – Lei nº 9.175, de 23 de julho de 1993;  
CCCXVII – Lei nº 9.235, de 21 de setembro de 1993;  
CCCXVIII – Lei nº 9.236, de 21 de setembro de 1993;  
CCCXIX – Lei nº 9.347, de 14 de dezembro de 1993;  
CCCXX – Lei nº 9.348, de 14 de dezembro de 1993;  
CCCXXI – Lei nº 9.386, de 17 de dezembro de 1993;  
CCCXXII – Lei nº 9.387, de 17 de dezembro de 1993;  
CCCXXIII – Lei nº 9.421, de 7 de janeiro de 1994;  
CCCXXIV – Lei nº 9.422, de 7 de janeiro de 1994;  
CCCXXV – Lei nº 9.639, de 4 de julho de 1994;  
CCCXXVI – Lei nº 9.591, de 17 de maio de 1994;  
CCCXXVII – Lei nº 9.610, de 10 de junho de 1994;  
CCCXXVIII – Lei nº 9.611, de 10 de junho de 1994;  
CCCXXIX – Lei nº 9.635, de 4 de julho de 1994;  
CCCXXX – Lei nº 9.636, de 4 de julho de 1994;  
CCCXXXI – Lei nº 9.637, de 4 de julho de 1994;  
CCCXXXII – Lei nº 9.638, de 4 de julho de 1994;  
CCCXXXIII – Lei nº 9.663, de 26 de julho de 1994;  
CCCXXXIV – Lei nº 9.664, de 26 de julho de 1994;  
CCCXXXV – Lei nº 9.665, de 26 de julho de 1994;  
CCCXXXVI – Lei nº 9.666, de 26 de julho de 1994;  
CCCXXXVII – Lei nº 9.667, de 26 de julho de 1994;  
CCCXXXVIII – Lei nº 9.702, de 30 de setembro de 1994;  
CCCXXXIX – Lei nº 9.703, de 30 de setembro de 1994;  
CCCXL – Lei nº 9.745, de 24 de novembro de 1994;  
CCCXLI – Lei nº 9.765, de 12 de dezembro de 1994;  
CCCXLII – Lei nº 9.792, de 22 de dezembro de 1994;  
CCCXLIII – Lei nº 9.800, de 22 de dezembro de 1994;  
CCCXLIV – Lei nº 9.812, de 26 de dezembro de 1994;  
CCCXLV – Lei nº 9.813, de 26 de dezembro de 1994;  
CCCXLVI – Lei nº 9.814, de 26 de dezembro de 1994;  
CCCXLVII – Lei nº 9.870, de 17 de julho de 1995;  
CCCXLVIII – Lei nº 9.911, de 18 de setembro de 1995;  
CCCXLIX – Lei nº 9.912, de 18 de setembro de 1995;  
CCCL – Lei nº 9.939, de 9 de outubro de 1995;  
CCCLI – Lei nº 9.957, de 20 de novembro de 1995;  
CCCLII – Lei nº 10.021, de 26 de dezembro de 1995;  
CCCLIII – Lei nº 10.061, de 8 de janeiro de 1996;  
CCCLIV – Lei Promulgada nº 10.075, de 2 de abril de 1996;  
CCCLV – Lei nº 10.099, de 15 de maio de 1996;  
CCCLVI – Lei nº 10.108, de 30 de maio de 1996;  
CCCLVII – Lei nº 10.109, de 30 de maio de 1996;  
CCCLVIII – Lei nº 10.110, de 30 de maio de 1996;  
CCCLIX – Lei nº 10.139, de 2 de julho de 1996;  
CCCLX – Lei Promulgada nº 10.167, de 9 de julho de 1996;  
CCCLXI – Lei nº 10.261, de 20 de novembro de 1996;  
CCCLXII – Lei nº 10.359, de 10 de janeiro de 1997;  
CCCLXIII – Lei nº 10.360, de 10 de janeiro de 1997;  
CCCLXIV – Lei nº 10.435, de 10 de janeiro de 1997;  
CCCLXV – Lei nº 10.386, de 17 de abril de 1997;  
CCCLXVI – Lei nº 10.460, de 15 de julho de 1997;  
CCCLXVII – Lei nº 10.461, de 15 de julho de 1997;  
CCCLXVIII – Lei nº 10.529, de 30 de setembro de 1997;  
CCCLXIX – Lei nº 10.566, de 7 de novembro de 1997;  
CCCLXX – Lei nº 10.588, de 11 de novembro de 1997;  
CCCLXXI – Lei nº 10.608, de 27 de novembro de 1997;  
CCCLXXII – Lei nº 10.620, de 16 de dezembro de 1997;  
CCCLXXIII – Lei nº 10.670, de 7 de janeiro de 1998;  
CCCLXXIV – Lei nº 10.671, de 7 de janeiro de 1998;  
CCCLXXV – Lei nº 10.672, de 7 de janeiro de 1998;  
CCCLXXVI – Lei nº 10.673, de 7 de janeiro de 1998;  
CCCLXXVII – Lei nº 10.674, de 7 de janeiro de 1998;  
CCCLXXVIII – Lei nº 10.675, de 7 de janeiro de 1998;  
CCCLXXIX – Lei nº 10.714, de 13 de janeiro de 1998;  
CCCLXXX – Lei nº 10.715, de 13 de janeiro de 1998;  
CCCLXXXI – Lei nº 10.716, de 13 de janeiro de 1998;  
CCCLXXXII – Lei nº 10.717, de 13 de janeiro de 1998;  
CCCLXXXIII – Lei nº 10.718, de 13 de janeiro de 1998;  
CCCLXXXIV – Lei nº 10.742, de 15 de maio de 1998;  
CCCLXXXV – Lei nº 10.743, de 15 de maio de 1998;  
CCCLXXXVI – Lei nº 10.837, de 27 de julho de 1998;  
CCCLXXXVII – Lei nº 10.838, de 28 de julho de 1998;  
CCCLXXXVIII – Lei nº 10.839, de 28 de julho de 1998;  
CCCLXXXIX – Lei nº 10.906, de 24 de agosto de 1998;  
CCCXC – Lei nº 10.948, de 9 de novembro de 1998;  
CCCXCI – Lei nº 10.970, de 7 de dezembro de 1998;  
CCCXCII – Lei nº 10.983, de 15 de dezembro de 1998;  
CCCXCIII – Lei nº 11.001, de 17 de dezembro de 1998;  
CCCXCIV – Lei nº 11.064, de 28 de dezembro de 1998;  
CCCXCV – Lei nº 11.065, de 28 de dezembro de 1998;  
CCCXCVI – Lei nº 11.066, de 28 de dezembro de 1998;  
CCCXCVII – Lei nº 11.095, de 17 de maio de 1999;  
CCCXCVIII – Lei nº 11.113, de 3 de junho de 1999;  
CCCXCIX – Lei nº 11.121, de 28 de junho de 1999;  
CD – Lei nº 11.151, de 16 de julho de 1999;  
CDI – Lei nº 11.152, de 16 de julho de 1999;  
CDII – Lei nº 11.153, de 16 de julho de 1999;  
CDIII – Lei nº 11.224, de 20 de novembro de 1999;  
CDIV – Lei nº 11.323, de 28 de dezembro de 1999;  
CDV – Lei nº 11.334, de 4 de janeiro de 2000;  
CDVI – Lei nº 11.335, de 4 de janeiro de 2000;  
CDVII – Lei nº 11.338, de 8 de janeiro de 2000;  
CDVIII – Lei nº 11.341, de 12 de janeiro de 2000;  
CDIX – Lei nº 11.352, de 17 de janeiro de 2000;  
CDX – Lei nº 11.353, de 17 de janeiro de 2000;  
CDXI – Lei nº 11.354, de 17 de janeiro de 2000;  
CDXII – Lei nº 11.448, de 12 de junho de 2000;  
CDXIII – Lei nº 11.449, de 12 de junho de 2000;  
CDXIV – Lei Promulgada nº 11.515, de 28 de agosto de 2000;  
CDXV – Lei nº 11.521, de 12 de setembro de 2000;  
CDXVI – Lei nº 11.563, de 28 de setembro de 2000;  
CDXVII – Lei nº 11.590, de 18 de novembro de 2000;  
CDXVIII – Lei nº 11.591, de 18 de novembro de 2000;  
CDXIX – Lei nº 11.604, de 30 de novembro de 2000;  
CDXX – Lei nº 11.694, de 8 de janeiro de 2001;  
CDXXI – Lei nº 11.695, de 8 de janeiro de 2001;  
CDXXII – Lei nº 11.704, de 8 de janeiro de 2001;  
CDXXIII – Lei nº 11.755, de 21 de junho de 2001;  
CDXXIV – Lei nº 11.756, de 21 de junho de 2001;  
CDXXV – Lei nº 11.757, de 21 de junho de 2001;  
CDXXVI – Lei nº 11.763, de 28 de junho de 2001;  
CDXXVII – Lei nº 11.748, de 11 de junho de 2001;  
CDXXVIII – Lei nº 11.843, de 20 de julho de 2001;  
CDXXIX – Lei nº 11.844, de 20 de julho de 2001;  
CDXXX – Lei nº 11.854, de 25 de julho de 2001;  
CDXXXI – Lei nº 11.901, de 12 de setembro de 2001;  
CDXXXII – Lei nº 11.918, de 26 de setembro de 2001;  
CDXXXIII – Lei nº 11.934, de 11 de outubro de 2001;  
CDXXXIV – Lei nº 11.935, de 11 de outubro de 2001;  
CDXXXV – Lei nº 11.950, de 17 de outubro de 2001;  
CDXXXVI – Lei nº 12.006, de 28 de novembro de 2001;

CDXXXVII – Lei nº 12.015, de 14 de dezembro de 2001;  
CDXXXVIII – Lei nº 12.039, de 18 de dezembro de 2001;  
CDXXXIX – Lei nº 12.118, de 07 de janeiro de 2002;  
CDXL – Lei nº 12.121, de 10 de janeiro de 2002;  
CDXLI – Lei nº 12.275, de 10 de junho de 2002;  
CDXLII – Lei nº 12.293, de 22 de junho de 2002;  
CDXLIII – Lei nº 12.326, de 3 de julho de 2002;  
CDXLIV – Lei nº 12.353, de 11 de julho de 2002;  
CDXLV – Lei nº 12.379, de 19 de julho de 2002;  
CDXLVI – Lei nº 12.399, de 31 de outubro de 2002;  
CDXLVII – Lei nº 12.440, de 4 de dezembro de 2002;  
CDXLVIII – Lei nº 12.539, de 19 de dezembro de 2002;  
CDXLIX – Lei nº 12.540, de 19 de dezembro de 2002;  
CDL – Lei nº 12.543, de 20 de dezembro de 2002;  
CDLI – Lei nº 12.544, de 20 de dezembro de 2002;  
CDLII – Lei nº 12.545, de 20 de dezembro de 2002;  
CDLIII – Lei nº 12.546, de 20 de dezembro de 2002;  
CDLIV – Lei nº 12.547, de 20 de dezembro de 2002;  
CDLV – Lei nº 12.557, de 30 de dezembro de 2002;  
CDLVI – Lei nº 12.558, de 30 de dezembro de 2002;  
CDLVII – Lei nº 12.559, de 30 de dezembro de 2002;  
CDLVIII – Lei nº 12.575, de 20 de março de 2003;  
CDLIX – Lei nº 12.584, de 9 de junho de 2003;  
CDLX – Lei nº 12.585, de 9 de junho de 2003;  
CDLXI – Lei nº 12.586, de 9 de junho de 2003;  
CDLXII – Lei nº 12.595, de 04 de julho de 2003;  
CDLXIII – Lei nº 12.596, de 4 de julho de 2003;  
CDLXIV – Lei nº 12.597, de 4 de julho de 2003;  
CDLXV – Lei nº 12.598, de 4 de julho de 2003;  
CDLXVI – Lei nº 12.642, de 21 de julho de 2003;  
CDLXVII – Lei nº 12.643, de 21 de julho de 2003;  
CDLXVIII – Lei nº 12.772, de 1º de dezembro de 2003;  
CDLXIX – Lei nº 12.843, de 22 de dezembro de 2003;  
CDLXX – Lei nº 12.858, de 12 de janeiro de 2004;  
CDLXXI – Lei nº 12.859, de 12 de janeiro de 2004;  
CDLXXII – Lei nº 12.860, de 12 de janeiro de 2004;  
CDLXXIII – Lei nº 12.861, de 12 de janeiro de 2004;  
CDLXXIV – Lei nº 12.880, de 22 de janeiro de 2004;  
CDLXXV – Lei nº 12.881, de 22 de janeiro de 2004;  
CDLXXVI – Lei nº 12.993, de 9 de junho de 2004;  
CDLXXVII – Lei nº 13.018, de 25 de junho de 2004;  
CDLXXVIII – Lei nº 13.019, de 25 de junho de 2004;  
CDLXXIX – Lei nº 13.020, de 25 de junho de 2004;  
CDLXXX – Lei nº 13.021, de 25 de junho de 2004;  
CDLXXXI – Lei nº 13.065, de 8 de julho de 2004;  
CDLXXXII – Lei nº 13.069, de 20 de julho de 2004;  
CDLXXXIII – Lei nº 13.071, de 29 de julho de 2004;  
CDLXXXIV – Lei nº 13.072, de 29 de julho de 2004;  
CDLXXXV – Lei nº 13.093, de 4 de agosto de 2004;  
CDLXXXVI – Lei nº 13.107, de 18 de outubro de 2004;  
CDLXXXVII – Lei nº 13.190, de 10 de dezembro de 2004;  
CDLXXXVIII – Lei nº 13.193, de 10 de dezembro de 2004;  
CDLXXXIX – Lei nº 13.245, de 27 de dezembro de 2004;  
CDXC – Lei nº 13.246, de 27 de dezembro de 2004;  
CDXCI – Lei nº 13.247, de 27 de dezembro de 2004;  
CDXCII – Lei nº 13.304, de 20 de janeiro de 2005;  
CDXCIII – Lei nº 13.305, de 20 de janeiro de 2005;  
CDXCIV – Lei nº 13.306, de 20 de janeiro de 2005;  
CDXCV – Lei nº 13.307, de 20 de janeiro de 2005;  
CDXCVI – Lei nº 13.308, de 20 de janeiro de 2005;  
CDXCVII – Lei nº 13.309, de 20 de janeiro de 2005;  
CDXCVIII – Lei nº 13.310, de 20 de janeiro de 2005;  
CDXCIX – Lei nº 13.311, de 20 de janeiro de 2005;  
D – Lei nº 13.312, de 20 de janeiro de 2005;  
DI – Lei nº 13.313, de 20 de janeiro de 2005;  
DII – Lei nº 13.399, de 4 de julho de 2005;  
DIII – Lei nº 13.406, de 15 de julho de 2005;  
DIV – Lei nº 13.444, de 19 de julho de 2005;  
DV – Lei nº 13.445, de 19 de julho de 2005;  
DVI – Lei nº 13.446, de 19 de julho de 2005;  
DVII – Lei nº 13.452, de 25 de julho de 2005;  
DVIII – Lei nº 13.504, de 26 de setembro de 2005;  
DIX – Lei nº 13.511, de 28 de setembro de 2005;  
DX – Lei nº 13.512, de 28 de setembro de 2005;  
DXI – Lei nº 13.513, de 28 de setembro de 2005;  
DXII – Lei nº 13.514, de 28 de setembro de 2005;  
DXIII – Lei nº 13.519, de 4 de outubro de 2005;  
DXIV – Lei nº 13.520, de 4 de outubro de 2005;  
DXV – Lei nº 13.521, de 4 de outubro de 2005;  
DXVI – Lei nº 13.531, de 19 de outubro de 2005;  
DXVII – Lei nº 13.551, de 11 de novembro de 2005;

DXVIII – Lei nº 13.576, de 29 de novembro de 2005;  
DXIX – Lei nº 13.577, de 29 de novembro de 2005;  
DXX – Lei nº 13.578, de 29 de novembro de 2005;  
DXXI – Lei nº 13.579, de 29 de novembro de 2005;  
DXXII – Lei nº 13.580, de 29 de novembro de 2005;  
DXXIII – Lei nº 13.581, de 29 de novembro de 2005;  
DXXIV – Lei nº 13.637, de 22 de dezembro de 2005;  
DXXV – Lei nº 13.638, de 22 de dezembro de 2005;  
DXXVI – Lei nº 13.647, de 27 de dezembro de 2005;  
DXXVII – Lei nº 13.648, de 27 de dezembro de 2005;  
DXXVIII – Lei nº 13.670, de 28 de dezembro de 2005;  
DXXIX – Lei nº 13.685, de 10 de janeiro de 2006;  
DXXX – Lei nº 13.686, de 10 de janeiro de 2006;  
DXXXI – Lei nº 13.687, de 10 de janeiro de 2006;  
DXXXII – Lei nº 13.726, de 6 de abril de 2006;  
DXXXIII – Lei nº 13.727, de 6 de abril de 2006;  
DXXXIV – Lei nº 13.736, de 19 de abril de 2006;  
DXXXV – Lei nº 13.747, de 4 de maio de 2006;  
DXXXVI – Lei nº 13.754, de 18 de maio de 2006;  
DXXXVII – Lei nº 13.755, de 18 de maio de 2006;  
DXXXVIII – Lei nº 13.766, de 29 de maio de 2006;  
DXXXIX – Lei nº 13.767, de 29 de maio de 2006;  
DXL – Lei nº 13.768, de 29 de maio de 2006;  
DXLI – Lei nº 13.775, de 28 de junho de 2006;  
DXLII – Lei nº 13.776, de 28 de junho de 2006;  
DXLIII – Lei nº 13.803, de 25 de julho de 2006;  
DXLIV – Lei nº 13.804, de 25 de julho de 2006;  
DXLV – Lei nº 13.805, de 25 de julho de 2006;  
DXLVI – Lei nº 13.836, de 21 de agosto de 2006;  
DXLVII – Lei nº 13.837, de 21 de agosto de 2006;  
DXLVIII – Lei nº 13.838, de 21 de agosto de 2006;  
DXLIX – Lei nº 13.847, de 3 de outubro de 2006;  
DL – Lei nº 13.879, de 1º de dezembro de 2006;  
DLI – Lei nº 13.881, de 6 de dezembro de 2006;  
DLII – Lei nº 13.891, de 11 de dezembro de 2006;  
DLIII – Lei nº 13.909, de 20 de dezembro de 2006;  
DLIV – Lei nº 13.910, de 20 de dezembro de 2006;  
DLV – Lei nº 13.982, de 26 de janeiro de 2007;  
DLVI – Lei nº 13.983, de 26 de janeiro de 2007;  
DLVII – Lei nº 13.984, de 26 de janeiro de 2007;  
DLVIII – Lei nº 13.985, de 26 de janeiro de 2007;  
DLIX – Lei nº 13.986, de 26 de janeiro de 2007;  
DLX – Lei nº 13.987, de 26 de janeiro de 2007;  
DLXI – Lei nº 13.988, de 26 de janeiro de 2007;  
DLXII – Lei nº 13.989, de 26 de janeiro de 2007;  
DLXIII – Lei nº 13.990, de 26 de janeiro de 2007;  
DLXIV – Lei nº 13.991, de 26 de janeiro de 2007;  
DLXV – Lei nº 13.998, de 16 de abril de 2007;  
DLXVI – Lei nº 14.004, de 10 de maio de 2007;  
DLXVII – Lei nº 14.015, de 17 de maio de 2007;  
DLXVIII – Lei nº 14.033, de 4 de julho de 2007;  
DLXIX – Lei nº 14.059, de 23 de julho de 2007;  
DLXX – Lei nº 14.079, de 6 de agosto de 2007;  
DLXXI – Lei nº 14.084, de 28 de agosto de 2007;  
DLXXII – Lei nº 14.097, de 17 de setembro de 2007;  
DLXXIII – Lei nº 14.122, de 1º de outubro de 2007;  
DLXXIV – Lei nº 14.123, de 1º de outubro de 2007;  
DLXXV – Lei nº 14.166, de 26 de outubro de 2007;  
DLXXVI – Lei nº 14.167, de 26 de outubro de 2007;  
DLXXVII – Lei nº 14.235, de 3 de dezembro de 2007;  
DLXXVIII – Lei nº 14.236, de 3 de dezembro de 2007;  
DLXXIX – Lei nº 14.237, de 3 de dezembro de 2007;  
DLXXX – Lei nº 14.251, de 19 de dezembro de 2007;  
DLXXXI – Lei nº 14.256, de 19 de dezembro de 2007;  
DLXXXII – Lei nº 14.324, de 15 de janeiro de 2008;  
DLXXXIII – Lei nº 14.333, de 18 de janeiro de 2008;  
DLXXXIV – Lei nº 14.334, de 18 de janeiro de 2008;  
DLXXXV – Lei nº 14.335, de 18 de janeiro de 2008;  
DLXXXVI – Lei nº 14.389, de 18 de março de 2008;  
DLXXXVII – Lei nº 14.407, de 10 de abril de 2008;  
DLXXXVIII – Lei nº 14.429, de 14 de maio de 2008;  
DLXXXIX – Lei nº 14.430, de 14 de maio de 2008;  
DXC – Lei nº 14.462, de 17 de junho de 2008;  
DXCI – Lei nº 14.495, de 7 de agosto de 2008;  
DXCII – Lei nº 14.508, de 20 de agosto de 2008;  
DXCIII – Lei nº 14.513, de 24 de setembro de 2008;  
DXCIV – Lei nº 14.567, de 8 de dezembro de 2008;  
DXCV – Lei nº 14.626, de 7 de janeiro de 2009;  
DXCVI – Lei nº 14.627, de 7 de janeiro de 2009;  
DXCVII – Lei nº 14.659, de 16 de janeiro de 2009;  
DXCVIII – Lei nº 14.676, de 17 de abril de 2009;



DXCIX – Lei nº 14.707, de 22 de maio de 2009;  
 DC – Lei nº 14.732, de 17 de junho de 2009;  
 DCI – Lei nº 14.733, de 17 de junho de 2009;  
 DCII – Lei nº 14.758, de 13 de julho de 2009;  
 DCIII – Lei nº 14.783, de 14 de julho de 2009;  
 DCIV – Lei nº 14.826, de 11 de agosto de 2009;  
 DCV – Lei nº 14.827, de 11 de agosto de 2009;  
 DCVI – Lei nº 14.838, de 8 de setembro de 2009;  
 DCVII – Lei nº 14.891, de 22 de outubro de 2009;  
 DCVIII – Lei nº 14.928, de 27 de outubro de 2009;  
 DCIX – Lei nº 14.929, de 27 de outubro de 2009;  
 DCX – Lei nº 14.955, de 25 de novembro de 2009;  
 DCXI – Lei nº 14.956, de 25 de novembro de 2009;  
 DCXII – Lei nº 14.966, de 7 de dezembro de 2009;  
 DCXIII – Lei nº 14.974, de 9 de dezembro de 2009;  
 DCXIV – Lei nº 15.028, de 22 de dezembro de 2009;  
 DCXV – Lei nº 15.030, de 22 de dezembro de 2009;  
 DCXVI – Lei nº 15.121, de 19 de janeiro de 2010;  
 DCXVII – Lei nº 15.130, de 19 de janeiro de 2010;  
 DCXVIII – Lei nº 15.131, de 19 de janeiro de 2010;  
 DCXIX – Lei nº 15.141, de 15 de abril de 2010;  
 DCXX – Lei nº 15.180, de 18 de maio de 2010;  
 DCXXI – Lei nº 15.181, de 18 de maio de 2010;  
 DCXXII – Lei nº 15.187, de 1º de junho de 2010;  
 DCXXIII – Lei nº 15.188, de 1º de junho de 2010;  
 DCXXIV – Lei nº 15.191, de 11 de junho de 2010;  
 DCXXV – Lei nº 15.213, de 15 de junho de 2010;  
 DCXXVI – Lei nº 15.225, de 2 de julho de 2010;  
 DCXXVII – Lei nº 15.226, de 2 de julho de 2010;  
 DCXXVIII – Lei nº 15.259, de 18 de agosto de 2010;  
 DCXXIX – Lei nº 15.290, de 23 de agosto de 2010;  
 DCXXX – Lei nº 15.291, de 23 de agosto de 2010;  
 DCXXXI – Lei nº 15.345, de 7 de dezembro de 2010;  
 DCXXXII – Lei nº 15.357, de 10 de dezembro de 2010;  
 DCXXXIII – Lei nº 15.358, de 10 de dezembro de 2010;  
 DCXXXIV – Lei nº 15.359, de 10 de dezembro de 2010;  
 DCXXXV – Lei nº 15.360, de 10 de dezembro de 2010;  
 DCXXXVI – Lei nº 15.361, de 10 de dezembro de 2010;  
 DCXXXVII – Lei nº 15.362, de 10 de dezembro de 2010;  
 DCXXXVIII – Lei nº 15.366, de 16 de dezembro de 2010;  
 DCXXXIX – Lei nº 15.370, de 16 de dezembro de 2010;  
 DCXL – Lei nº 15.374, de 16 de dezembro de 2010;  
 DCXLI – Lei nº 15.383, de 21 de dezembro de 2010;  
 DCXLII – Lei nº 15.384, de 21 de dezembro de 2010;  
 DCXLIII – Lei nº 15.385, de 21 de dezembro de 2010;  
 DCXLIV – Lei nº 15.386, de 21 de dezembro de 2010;  
 DCXLV – Lei nº 15.387, de 21 de dezembro de 2010;  
 DCXLVI – Lei nº 15.388, de 21 de dezembro de 2010;  
 DCXLVII – Lei nº 15.443, de 17 de janeiro de 2011;  
 DCXLVIII – Lei nº 15.450, de 17 de janeiro de 2011;  
 DCXLIX – Lei nº 15.485, de 6 de junho de 2011;  
 DCL – Lei nº 15.492, de 20 de junho de 2011;  
 DCLI – Lei nº 15.639, de 23 de novembro de 2011;  
 DCLII – Lei nº 15.640, de 28 de novembro de 2011;  
 DCLIII – Lei nº 15.669, de 15 de dezembro de 2011;  
 DCLIV – Lei nº 15.732, de 4 de janeiro de 2012;  
 DCLV – Lei nº 15.733, de 4 de janeiro de 2012;  
 DCLVI – Lei nº 15.744, de 11 de janeiro de 2012;  
 DCLVII – Lei nº 15.747, de 27 de fevereiro de 2012;  
 DCLVIII – Lei nº 15.782, de 19 de março de 2012;

DCLIX – Lei nº 15.783, de 19 de março de 2012;  
 DCLX – Lei nº 15.784, de 19 de março de 2012;  
 DCLXI – Lei nº 15.821, de 16 de maio de 2012;  
 DCLXII – Lei nº 15.824, de 24 de maio de 2012;  
 DCLXIII – Lei nº 15.831, de 5 de junho de 2012;  
 DCLXIV – Lei nº 15.832, de 5 de junho de 2012;  
 DCLXV – Lei nº 15.848, de 5 de julho de 2012;  
 DCLXVI – Lei nº 15.854, de 18 de julho de 2012;  
 DCLXVII – Lei nº 15.859, de 2 de agosto de 2012;  
 DCLXVIII – Lei nº 15.898, de 5 de outubro de 2012;  
 DCLXIX – Lei nº 15.904, de 20 de novembro de 2012;  
 DCLXX – Lei nº 15.905, de 20 de novembro de 2012;  
 DCLXXI – Lei nº 15.961, de 07 de janeiro de 2013;  
 DCLXXII – Lei nº 15.962, de 07 de janeiro de 2013;  
 DCLXXIII – Lei nº 15.973, de 14 de janeiro de 2013;  
 DCLXXIV – Lei nº 15.990, de 24 de abril de 2013;  
 DCLXXV – Lei nº 16.042, de 3 de julho de 2013;  
 DCLXXVI – Lei nº 16.105, de 5 de setembro de 2013;  
 DCLXXVII – Lei nº 16.115, de 11 de setembro de 2013;  
 DCLXXVIII – Lei nº 16.116, de 11 de setembro de 2013;  
 DCLXXIX – Lei nº 16.117, de 11 de setembro de 2013;  
 DCLXXX – Lei nº 16.118, de 11 de setembro de 2013;  
 DCLXXXI – Lei nº 16.119, de 11 de setembro de 2013;  
 DCLXXXII – Lei nº 16.212, de 12 de dezembro de 2013;  
 DCLXXXIII – Lei nº 16.216, de 19 de dezembro de 2013;  
 DCLXXXIV – Lei nº 16.330, de 20 de janeiro de 2014;  
 DCLXXXV – Lei nº 16.335, de 20 de janeiro de 2014;  
 DCLXXXVI – Lei nº 16.336, de 21 de janeiro de 2014;  
 DCLXXXVII – Lei nº 16.338, de 21 de janeiro de 2014;  
 DCLXXXVIII – Lei nº 16.341, de 21 de janeiro de 2014;  
 DCLXXXIX – Lei nº 16.374, de 7 de maio de 2014;  
 DCXC – Lei nº 16.375, de 7 de maio de 2014;  
 DCXCI – Lei nº 16.377, de 7 de maio de 2014;  
 DCXCII – Lei nº 16.392, de 20 de maio de 2014;  
 DCXCIII – Lei nº 16.393, de 20 de maio de 2014;  
 DCXCIV – Lei nº 16.397, de 4 de junho de 2014;  
 DCXCV – Lei nº 16.399, de 11 de junho de 2014;  
 DCXCVI – Lei nº 16.417, de 24 de junho de 2014;  
 DCXCVII – Lei nº 16.427, de 9 de julho de 2014;  
 DCXCVIII – Lei nº 16.429, de 22 de julho de 2014;  
 DCXCIX – Lei nº 16.430, de 22 de julho de 2014;  
 DCC – Lei nº 16.432, de 28 de julho de 2014;  
 DCCI – Lei nº 16.441, de 29 de julho de 2014;  
 DCCII – Lei nº 16.443, de 5 de agosto de 2014;  
 DCCIII – Lei nº 16.444, de 5 de agosto de 2014;  
 DCCIV – Lei nº 16.466, de 27 de agosto de 2014;  
 DCCV – Lei nº 16.471, de 23 de setembro de 2014;  
 DCCVI – Lei nº 16.472, de 23 de setembro de 2014;  
 DCCVII – Lei nº 16.479, de 28 de outubro de 2014;  
 DCCVIII – Lei nº 16.495, de 5 de dezembro de 2014;  
 DCCIX – Lei nº 16.522, de 22 de dezembro de 2014;  
 DCCX – Lei nº 16.523, de 22 de dezembro de 2014;  
 DCCXI – Lei nº 16.524, de 22 de dezembro de 2014;  
 DCCXII – Lei nº 16.525, de 22 de dezembro de 2014;  
 DCCXIII – Lei nº 16.555, de 23 de dezembro de 2014.  
 Sala das Sessões,  
 Gelson Merisio - Presidente  
 Deputado Aldo Schneider - Vice-Presidente  
 Deputado Pe. Pedro Baldissera - 2º Secretário  
 Deputada Dirce Heiderscheidt - 3º Secretário

## ANEXO I

## BENS PÚBLICOS – INTRAMUNICÍPIOS

AGROLÂNDIA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Raimundo Zwicker o Ginásio de Esportes localizado na sede desse município.	6.351, de 1984
2	Denomina Victor Will o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica São João.	14.826, de 2009
3	Denomina Alfredo Hadlich o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Pedro Américo.	14.827, de 2009
AGRÔNOMICA		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Prefeito Arnoldo Cani o miniginásio coberto da Escola de Educação Básica Maria Regina de Oliveira.	13.190, de 2004
ÁGUA DOCE		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Professor Jaldyr Faustino da Silva o Colégio Técnico desse município.	4.446, de 1970
ÁGUAS DE CHAPECÓ		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Rosina Scheffer Hermes a Escola Isolada de Gramados.	5.950, de 1981
2	Denomina Escola de Ensino Fundamental Alberto Mohr a unidade de ensino situada na Linha Maidana.	15.121, de 2010
ÁGUAS FRIAS		LEI ORIGINAL Nº
1	Denomina Sabino Maximino Zago o Complexo Esportivo-Educacional situado junto à Escola Básica Sete de Setembro.	10.099, de 1996

<b>ÁGUAS MORNAS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina José Adão Lehmkuhl o Ginásio Normal criado pelo Decreto nº 7.690, de 26.2.1969.	4.328, de 1969
2	Denomina Escola Básica Conselheiro Manoel Philippi a Escola Básica Professora Margarida Anunciação de Carvalho.	5.535, de 1979
<b>ALFREDO WAGNER</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina João Sequinel Neto o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Silva Jardim.	13.775, de 2006
<b>ALTO BELA VISTA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Professor Emílio Jacob Carlos Schönel a Escola Isolada sita na localidade de Entre Rios.	10.460, de 1997
<b>ANCHIETA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Atilio Garlet a Escola Isolada Estadual de Linha São Roque.	6.631, de 1985
<b>ANGELINA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Francisco Goedert a ponte sobre o Rio São João, no Distrito de Barra Clara.	3.906, de 1966
2	Denomina Hélio dos Anjos Ortiz a Unidade Sanitária do Departamento de Saúde Pública.	5.722, de 1980
<b>ANITA GARIBALDI</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Augusto Gracietti o trecho da Rodovia Estadual SC-456 que liga o Município de Anita Garibaldi ao Estado do Rio Grande do Sul.	14.928, de 2009
<b>ANTÔNIO CARLOS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina João Adão Reitz a Rodovia SC-408, que liga Antônio Carlos à BR-101.	6.690, de 1985
<b>ARAQUARI</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Amparo Coelho a Escola Isolada sediada na localidade de Porto Grande.	5.870, de 1981
2	Denomina Prefeito Aci Ferreira de Oliveira o Pronto Atendimento da Saúde.	13.512, de 2005
<b>ARARANGUÁ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Afonso Ghizzo a Rodovia que liga a Cidade de Araranguá às praias de Morro dos Conventos e Arroio do Silva.	5.843, de 1980
2	Denomina Escola Reunida Professora Julieta Aguiar Bertoncini a atual Escola Reunida Dr. Eroni de Souza Gomes, no Bairro Mato Alto.	6.402, de 1984
3	Ficam convalidados os efeitos do Decreto nº 29.820, de 29 de julho de 1986, que Denomina de Afonso Ghizzo o Hospital Regional de Araranguá.	10.983, de 1998
4	Denomina Professora Célia Belizária de Souza o Centro Cultural da Escola de Educação Básica desse município.	13.513, de 2005
5	Denomina Agnaldo Fernandes Marcos o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Dolvina Leite de Medeiros, no Bairro Urussanguinha.	13.766, de 2006
6	Denomina Fontoura da Rosa o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Eremeta Souza, no Distrito de Hercílio Luz.	13.776, de 2006
<b>ARMAZÉM</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Monsenhor Francisco Giesberts o Colégio Ministro Jarbas Passarinho.	5.523, de 1979
<b>ARVOREDO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Elias Francisco Finatto a Rodovia SC-459 no trecho SCT 283.	13.577, de 2005
<b>ATALANTA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Joaquim Chiquette o Ginásio de Esportes contíguo à Escola de Educação Básica Dr. Frederico Rolla.	16.375, de 2014
<b>BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Antônio Lourenço Borges o Ginásio de Esportes do Município.	11.756, de 2001
<b>BALNEÁRIO BARRA DO SUL</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Aci Ferreira de Oliveira a Rodovia SC-415, trecho entroncamento BR-280.	16.042, de 2013
<b>BALNEÁRIO CAMBORIÚ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Parque Cyro Gevaerd o imóvel pertencente a Santa Catarina Turismo S/A (SANTUR), localizado no Km 137 da BR-101.	10.109, de 1996
2	Denomina Tenente-Coronel Sid Freitas da Silva o Batalhão de Polícia Militar desse município.	12.861, de 2004
3	Denomina Higino João Pio a Escola Estadual, no Bairro das Nações.	16.427, de 2014
4	Denomina Prefeito Gilberto Américo Meirinho, o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Presidente João Goulart.	16.443, de 2014
<b>BARRA BONITA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina David Luiz Sarzi o trecho da Rodovia Estadual SC-492 que liga o Município de Barra Bonita à BR-163.	15.821, de 2012
<b>BARRA VELHA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Conselheiro Astrogildo Odon de Aguiar o Grupo Escolar situado na sede do Município.	3.643, de 1965
2	Denomina Catulino Onofre Rosa a Escola Isolada sediada na localidade de Porto de Itaperiú.	5.906, de 1981
3	Denomina Vereador João Luzia Duarte Ribeiro o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Davi Pedro Espíndola.	13.767, de 2006
4	Denomina Sub-Tenente Jucemar Cesconetto o Quartel do Corpo de Bombeiros Militar desse município.	15.213, de 2010
<b>BIGUAÇU</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Escolas Reunidas Maria Amélia Cardoso as Escolas Reunidas Visconde de Santa Tereza, de Armação da Piedade, distrito de Ganchos.	2.855, de 1961
2	Denomina David Crispim Corrêa o Grupo Escolar do distrito de Sorocaba do Sul.	1.083, de 1970
<b>BLUMENAU</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Engenheiro Udo Deeke a ponte sobre o Ribeirão Garcia, no prosseguimento da Rua 7 de Setembro.	3.683, de 1965

2	Denomina Desembargador Guilherme Abry o Fórum da comarca de Blumenau.	4.642, de 1971
3	Denomina Dr. Max Tavares D'Amaral a Escola Básica da localidade de Casa Populares, Itoupava Norte.	4.883, de 1973
4	Denomina Professor Lothar Kriech a Escola Básica na Rua Frei Estanislau Achaetz.	4.884, de 1973
5	Denomina Luiz Altenburg Sênior a Ala Administrativa do Conjunto Educacional Pedro II.	5.414, de 1978
6	Denomina Hercílio Deeke o Centro Social Urbano, no Bairro do Garcia.	5.436, de 1978
7	Denomina Governador Irineu Bornhausen o Ginásio de Esportes da Escola Básica Victor Herig.	5.437, de 1978
8	Denomina Hermann Hering o Centro Interescolar de 2º Grau.	5.515, de 1979
9	Denomina Theóphilo Bernardo Zadrozny o Centro Interescolar de 1º Grau.	5.515, de 1979
10	Denomina Arno Bernardes o Centro Social Urbano do Bairro de Fortaleza.	5.601, de 1979
11	Denomina Frieda Zadosni a creche contígua ao Centro Social Urbano Hercílio Deeke, no Bairro Garcia.	5.904, de 1981
12	Denomina Doutor Abelardo Vianna o Centro de Saúde localizado na Rua Itajaí.	11.066, de 1998
13	Denomina Professor Mário Manzke o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Cel. Pedro Christiano Feddersen.	12.547, de 2002
14	Denomina Major Raul Stahnke o 10º Batalhão de Polícia Militar.	13.998, de 2007
15	Denomina Major PM Claudio de Oliveira Nolasco a 3ª Companhia do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária.	15.383, de 2010
<b>BOM JESUS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Claudio Fernandes de Souza, o Ginásio de Esportes desse município.	12.379, de 2002
<b>BOMBINHAS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Vereador João Joaquim da Silva (João da Luz) o ginásio esportivo contígua ao Colégio Estadual Prefeito Leopoldo José Guerreiro, localizado no Bairro de Zimbros.	10.674, de 1998
2	Denomina Apolônio Adolfo da Silva o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica de Bombas.	13.837, de 2006
3	Denomina Maria Rita Flor a Escola Estadual de Educação Básica.	13.838, de 2006
<b>BRAÇO DO NORTE</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Desembargador Ferreira Bastos o Fórum da cidade.	5.515, de 1979
2	Denomina Natalia Becker Della Giustina o prédio da Guarnição Especial da Polícia Militar do Estado, no bairro Santa Augusta.	15.345, de 2010
<b>BRAÇO DO TROMBUDO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Vereador Paulo Vermoehlen o Ginásio de Esportes anexo ao Colégio Estadual Adolfo Boering.	10.743, de 1998
<b>BRUNÓPOLIS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Nadir Becker o Colégio Estadual Engenheiro Annes Gualberto, nesse Município.	11.341, de 2000
<b>BRUSQUE</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Governador Ivo Silveira o Grupo Escolar de Águas Claras.	1.077, de 1968
2	Denomina Dr. Pedro Alexandrino Pereira de Mello o Fórum da Comarca.	5.044, de 1974
3	Denomina Arthur Schasser o Centro Interescolar de 1º Grau.	5.515, de 1979
4	Denomina Yvonne Olinger Appel a Escola de Ensino Médio do Bairro Cedrinho.	13.247, de 2004
5	Denomina Professora Marli Comandoli Tormena o ginásio de esportes da Escola de Educação Básica Dom João Becker.	13.991, de 2007
<b>CAÇADOR</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Salgado Filho o Grupo Escolar desse município.	37, de 1952
2	Denomina Nelson Eugênio Busato o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Irmão Léo.	12.586, de 2003
3	Denomina Jornalista Raul Tomazoni o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Dom Orlando Dottí.	13.805, de 2006
4	Denomina Jorge Thomé o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica Paulo Schiefeler.	14.758, de 2009
5	Denomina Ney Douglas Bello o Ginásio Estadual de Esportes, no Bairro Bello.	15.357, de 2010
<b>CAMBORIÚ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Escola Isolada Rodolfo Ramiro Matias a atual Escola Isolada Estadual Rio Canoas, de Morretes.	6.999, de 1987
2	Denomina Antônio Lopes Gonçalves Bastos o trecho da SC-102 compreendido entre o Rio Pequeno (Rua Rio Amazonas) e o Bairro de Nova Esperança (BR-101).	14.033, de 2007
<b>CAMPO ALEGRE</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Prefeito Leopoldo Grosskopf a Rodovia SC-301-T que liga o Centro do Município de Campo Alegre ao Distrito de Bateias de Baixo.	14.256, de 2007
<b>CAMPO BELO DO SUL</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Engenheiro Sérgio Rogério Beims o trecho da Rodovia SC-458 compreendido entre a BR-116 e Campo Belo do Sul.	6.321, de 1983
<b>CAMPO ERÊ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Escola Básica São Donato a Escola Básica da localidade de São Donato.	6.549, de 1985
2	Denomina Escola Isolada Estadual São Roque a Escola Isolada da localidade de Linha São Roque.	6.561, de 1985
<b>CAMPOS NOVOS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Henrique Rupp Junior o Centro Interescolar de 1º Grau do Município.	5.515, de 1979
2	Denomina Grupo Escolar Coronel Gasparino Zorzi o atual Grupo Escolar Ribeiro Couto.	5.648, de 1979
3	Denomina Colégio Paulo Blasi o Colégio de Campos Novos.	6.506, de 1984

4	Denomina Escola Isolada Estadual Professor Roque Alves Carneiro do Distrito de Vargem a Escola Isolada Estadual Colônia Laranjeiras.	8.215, de 1991
5	Denomina José Carlos Pisani a Rodovia SC-455, no trecho que liga a BR-470 ao Distrito de Ibicuí.	14.084, de 2007
6	Denomina Domingos Rigo o Ginásio de Esportes da Escola de Ensino Fundamental Rafael Dal Pai.	15.492, de 2011
<b>CANELINHA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Deputado Valério Gomes a ponte sobre o Rio Tijucas, na localidade de Porto do Moura.	3.667, de 1965
<b>CANOINHAS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Adolfo Postol o Grupo Escolar na vila de Paula Pereira.	179, de 1954
2	Denomina Irmã Maria Felicitas o Grupo Escolar, no Bairro Alto das Palmeiras.	4.730, de 1972
3	Denomina Júlia B. Zaniollo o Grupo Escolar do bairro de Água Verde.	5.599, de 1979
4	Denomina Centro Comunitário Benedito Therézio de Carvalho Júnior o Centro Comunitário do Conjunto Habitacional Benedito Therézio de Carvalho Júnior.	5.651, de 1979
5	Denomina Jacob Bernardo Fuck Jr. o Conjunto Habitacional Popular.	5.765, de 1980
6	Denomina Haroldo Prust o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Rodolfo Zipperer.	14.059, de 2007
7	Denomina João Paulo o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Gertrudes Müller.	14.430, de 2008
8	Denomina Frido Armindo Bomm o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica Domingos Magarinos, da localidade de Tamanduá.	14.659, de 2009
9	Denomina Professor Eloi Bona o Ginásio da Escola de Educação Básica Santa Cruz.	15.188, de 2010
10	Denomina Edison Luiz Hoffmann a sede da Associação Catarinense de Deficientes (ACD).	16.495, de 2014
<b>CAPÃO ALTO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Atilio Luiz da Silva o Ginásio de Esportes do Colégio Estadual Emiliano Ramos.	11.449, de 2000
<b>CAPIVARI DE BAIXO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Henrique Francisco de Aguiar o Quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Capivari de Baixo - 2º/1º/4º/1º BBM.	13.910, de 2006
<b>CATANDUVAS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Deputado Oscar Rodrigues da Nova as Escolas Reunidas na localidade de Vera Cruz.	3.541, de 1964
2	Denomina Ginásio Alfredo Fedrizzi o Ginásio Normal de Campina da Alegria, criado pelo Decreto SE-8-9-65/3.150.	3.735, de 1965
<b>CAXAMBU DO SUL</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Adolfo Huntmann o ginásio de esportes da Escola de Ensino Fundamental Adele Faccin Zanuzzo, código UE-53961, na localidade de Linha Dom José.	13.670, de 2005
<b>CELSO RAMOS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Cid Caesar de Almeida Pedrosa o Ginásio de Esportes próximo ao Colégio Estadual José Cesário Brasil.	10.670, de 1998
<b>CERRO NEGRO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Aristeu Pucci o Ginásio de Esportes anexo à Escola Otília Oliceia Ungaretti.	13.519, de 2005
<b>CHAPECÓ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Engenheiro Serafim Enoss Bertaso a Rodovia SC-480, Chapecó-Goio-Erê.	5.424, de 1978
2	Denomina Pedro Maciel o Centro Interescolar de 1º Grau de Chapecó.	5.515, de 1979
3	Denomina Dr. Selistre Campos a Escola Básica no Conjunto Habitacional Bela Vista.	5.523, de 1979
4	Denomina Francisco Norberto Bonhner o Centro Comunitário do Bairro Bela Vista.	5.634, de 1979
5	Denomina Jacó Ghisi a Escola Básica localizada no Bairro Efapi.	5.936, de 1981
6	Denomina Antônio Morandini a Escola Básica do Bairro Saic.	5.937, de 1981
7	Denomina Marcolina Rodrigues da Silva a atual Escola Básica Passo Bormann, da localidade de Passo Fundo.	6.045, de 1982
8	Denomina Lenoir Vargas Ferreira o Hospital Regional de Chapecó.	6.912, de 1986
9	Denomina Roberto Gustavo Hohn o Ginásio de Esportes anexo à Escola Básica Coronel Lara Ribas.	12.546, de 2002
10	Denomina Escola de Ensino Básico Bom Pastor a unidade de ensino, no Bairro Centro.	14.956, de 2009
11	Denomina Professora Carmem Antonia Balbinot Pelizza a Escola de Ensino Médio Integral.	15.898, de 2012
12	Denomina Centro Esportivo Vitorio Stormovski o espaço esportivo do Centro Social Ilma Rosa De Nês.	15.990, de 2013
<b>CONCÓRDIA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Grupo Escolar Professora Antonieta de Barros, na vila de Ipumirim.	150, de 1954
2	Denomina Desembargador Eugênio Trompowsky Taulois Filho o Fórum da Comarca.	4.965, de 1973
3	Denomina Centro Comunitário Fiorelo Sunti, no Bairro Sunti.	7.073, de 1987
4	Denomina Engenheiro Agrônomo Anselmo Antônio Hess o Centro de Treinamento da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina (EPAGRI).	8.690, de 1992
5	Denomina Deputado Neudy Massolini o trecho da Rodovia SC-461 que liga a Rodovia BR-153 à cidade de Concórdia.	8.957, de 1993
6	Denomina Rodovia Caetano Chiuçchetta o Contorno Viário Norte.	11.354, de 2000
7	Denomina Segundo Franciscan a ilha fluvial situada na comunidade de Linha Laudelino.	15.640, de 2011
<b>CORREIA PINTO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Ricardo Sell Wagner o Aeroporto Regional de Correia Pinto.	16.393, de 2014

<b>CORUPÁ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Willy Germano Gessner o Ginásio de Esportes do Município.	6.376, de 1984
<b>CRICIÚMA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Presidente Jonh Kennedy o Palácio do Estado de Criciúma.	3.477, de 1964
2	Denomina Ministro Luiz Gallotti o Fórum de Criciúma.	3.993, de 1967
3	Denomina Conjunto Educacional Sebastião Toledo dos Santos a escola situada no Bairro Comerciário.	4.805, de 1972
4	Denomina Luiz Lazzarin a Escola Básica do distrito de Rio Maina.	5.011, de 1974
5	Denomina Abílio Paulo o Centro Interescolar de 2º Grau.	5.515, de 1979
6	Denomina Ministro Jarbas Passarinho a Escola Básica no bairro Jardim Aeroporto.	5.523, de 1979
7	Denomina Gabriel Arns o Grupo Escolar localizado no antigo aeroporto da cidade.	5.537, de 1979
8	Denomina Centro Social Adolfo Lineburger o Centro Social Urbano, no bairro Próspera.	5.733, de 1980
9	Denomina Escolas Reunidas Professora Rosa Manente Meller a escola localizada no distrito de Rio Maina.	5.785, de 1980
10	Denomina Antônio Minotto as Escolas Reunidas São Roque, da localidade de São Roque.	5.957, de 1981
11	Denomina Antônio Mangilli a Escola Isolada Primeira Linha-Sangão, da localidade de Sangão.	5.958, de 1981
12	Denomina João Benedet de Fioravante a Escola Isolada Encruzilhada 4ª Linha.	5.969, de 1981
13	Denomina Umberto Cesa a Escola Isolada Capão Bonito, da localidade de Capão Bonito.	5.970, de 1981 Alterada pela Lei nº. 12.595, de 2003
14	Denomina Francisco João Lock a Escola Isolada Sanga do Coqueiro Baixo, da localidade de Santa Terezinha.	5.971, de 1981
15	Denomina Damásio Reis a Rodovia SC-446, que liga o centro de Criciúma à localidade da Mãe Luzia.	6.083, de 1982
16	Denomina João Milak a Escola Isolada de Linha Anta.	6.097, de 1982
17	Denomina Antônio Colombo a Escola Reunida Laranjinha.	6.098, de 1982
18	Denomina Augusto Pavei a Escola Isolada do Sertão, da localidade de São Domingos.	6.099, de 1982
19	Denomina Paulo Rizzieri a Escola Isolada de Morro do Albino.	6.120, de 1982
20	Denomina Rodovia Otávio Dassoler a via pública localizada no Bairro São Simão, integrante do anel viário de contorno norte do Município.	11.095, de 1999
21	Denomina Vereador Paulo Cesar da Silva o ginásio de esportes da Escola de Educação Básica Pedro da Ré, no bairro Mina do Mato.	13.307, de 2005
22	Denomina Ginásio de Esportes Professor Jair Ribeiro o ginásio de esportes da Escola de Educação Básica Sebastião Toledo dos Santos.	13.310, de 2005
23	Denomina Jorge Zanatta o trecho da Rodovia Estadual integrante do Contorno Planejado de Criciúma, no entroncamento da SC-443 (km 0,0) com a SC-444 (km 1,5) - Criciúma (km 5,5).	14.707, de 2009
24	Denomina Eliseu de Souza Junior a Delegacia Regional de Polícia.	15.386, de 2010
25	Denomina Lírio Rosso a Rodovia SC-446, trecho entroncamento com acesso à Comunidade de Nossa Senhora do Caravaggio, entroncamento Rodovia SC-443 em Mãe Luzia.	15.848, de 2012
<b>CURITIBANOS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Hélio Anjos Ortiz o Hospital Regional.	5.515, de 1979
2	Denomina Edmundo da Luz Pinto a Escola Básica do Conjunto Habitacional Cruzeiro do Sul.	5.523, de 1979
3	Denomina Hospital Regional Dr. Hélio Anjos Ortiz a unidade hospitalar do Estado, com sede nesse município.	5.838, de 1980
4	Denomina Centro Esportivo Vereador Guerino Agustini o Complexo Esportivo do Colégio Estadual Secundário Casimiro de Abreu.	9.005, de 1993
5	Denomina de Centro Esportivo Vereador Darci Moreira de Almeida o Complexo Esportivo da Escola Básica Antônio Francisco de Campos.	9.006, de 1993
6	Denomina Firmino Agostini Maciel a Quadra de Esportes da Escola de Educação Básica Marechal Eurico Gaspar Dutra.	14.333, de 2008
7	Denomina José Righes o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Solon Rosa.	15.733, de 2012
8	Denomina Professor Enori Pozzo o Centro de Educação Profissional do Município.	15.854, de 2012
<b>DIONÍSIO CERQUEIRA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Dr. Antônio Pichetti a Escola Prática Rural.	3.915, de 1966
<b>DONA EMMA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Prefeito Aléssio Gadotti a Rodovia SC-490, que dá acesso ao Município.	8.764, de 1992
<b>ERMO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Manoel Honorato Leonardo o ginásio de esportes anexo ao Colégio Estadual Pedro Simão.	11.224, de 1999
<b>ERVAL VELHO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Escola Básica Prefeito Agenor Piovezan a atual Escola Básica Erval Velho.	8.956, de 1993
<b>FAXINAL DOS GUEDES</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Dinamar Baldissera o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica Salustiano Antonio Cabreira.	16.117, de 2013
<b>FLORIANÓPOLIS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Colégio Estadual Hercílio Luz o Ginásio de ensino secundário criado no sub-distrito do Estreito.	324, de 1957

2	Denomina Governador Celso Ramos o Hospital dos Servidores Públicos do Estado.	3.794, de 1966
3	Denomina Governador Colombo Machado Salles o Ginásio de Esportes localizado em Capoeiras.	1.093, de 1973
4	Denomina Deyse Werner Salles a Escola Modelo sita na Avenida Ivo Silveira, no Sub-Distrito do Estreito.	1.094, de 1974
5	Denomina Engenheiro Colombo Machado Salles a ponte que liga a Ilha de Santa Catarina ao Continente.	1.095, de 1974
6	Denomina Ademar Gonzaga a Rodovia Estadual SC-93, com início na Avenida da Saudade, na localidade de Itacorubi e término da Lagoa da Conceição.	5.452, de 1978
7	Denomina Cruz e Sousa o Palácio dos Despachos do Governo do Estado de Santa Catarina, localizado na Praça XV de Novembro.	5.512, de 1979
8	Denomina Joana de Gusmão o Hospital Infantil de Florianópolis.	5.515, de 1979
9	Denomina Antônio Vicente Bulcão Vianna o Hospital de Apoio de Florianópolis.	5.515, de 1979
10	Denomina Embaixador Edmundo da Luz Pinto o prédio destinado à Casa da Cultura.	5.515, de 1979
11	Denomina Professor Anibal Nunes Pires o Colégio Estadual, no Subdistrito do Estreito.	5.691, de 1980
12	Denomina Monte Verde o Conjunto Habitacional localizado no bairro Saco Grande.	5.824, de 1980
13	Denomina Professor Henrique da Silva Fontes o Centro Integrado de Cultura, na Avenida Irineu Bornhausen, Bairro Agrônômica.	5.998, de 1981
14	Denomina Baldicero Filomeno a via pública Estadual que parte do encruso Santa Cruz do Erasmo, até a localidade de Caieira da Barra do Sul.	6.393, de 1984
15	Denomina Waldemar Joaquim da Silva Filho o trecho da Rodovia SC-401, compreendido entre o entroncamento com a SC-405, Ribeirão da Ilha e Tapera.	6.454, de 1984
16	Denomina Basílio Luiz da Cunha a Escola Isolada Estadual Tapera da Barra do Sul, no Distrito de Ribeirão da Ilha.	6.691, de 1985
17	Denomina Aparício Ramos Cordeiro o acesso Tapera SC-405, conhecido como contorno do aeroporto.	10.716, de 1998
18	Denomina Jornalista Maurício Sirotsky Sobrinho a Rodovia SC-402, que liga o trevo de Jurerê na Rodovia SC-401 à praia de mesmo nome.	7.312, de 1988
19	Denomina Deputado Diomício Freitas a Rodovia SC-401, no trecho compreendido entre o final da Avenida Jorge Lacerda e o Aeroporto Hercílio Luz.	7.406, de 1988
20	Denomina Ponte Governador Pedro Ivo Campos a terceira travessia Ilha-Continente.	8.229, de 1991
21	Denomina Rodovia João Gualberto Soares a SC-406, que parte da estrada antiga para Ingleses até atingir o entroncamento formado pela Rua Altamiro Barcelos Dutra, com estrada que demanda à Lagoa da Conceição, atravessando os Distritos de Ingleses do Rio Vermelho e Lagoa da Conceição.	8.293, de 1991
22	Denomina Henrique Berenhauser o Parque Estadual sito na Rodovia João Gualberto Soares, no Distrito de Rio Vermelho.	10.021, de 1995
23	Denomina Jornalista Manoel de Menezes a Rodovia Estadual SC-406, no trecho compreendido entre a Barra da Lagoa e o Retiro da Lagoa.	10.108, de 1996
24	Denomina Ademir Rosa o Teatro do Centro Integrado de Cultura – CIC.	10.566, de 1997
25	Denomina Marcelino Adolfo Aguiar o viaduto construído sobre a SC-401, que dá acesso ao bairro Saco Grande I, partindo da Vila Ivan Mattos.	10.715, de 1998
26	Denomina Parque Hélio do Amaral Lange o logradouro público conhecido como Saco da Lama, localizado no bairro de Coqueiros.	10.839, de 1998
27	Denomina João Pessoa Machado o Ginásio de Esportes da Academia da Polícia Civil, sito no distrito de Canasvieiras.	10.948, de 1998
28	Denomina Rodovia Governador Aderbal Ramos da Silva a Via Expressa Sul, no trecho compreendido entre o início do acesso da Prainha até o trevo da Seta que liga ao aeroporto e às praias do sul.	11.334, de 2000
29	Denomina Delegado Manoel Antônio Fogaça de Almeida a Academia da Polícia Civil localizada no Balneário de Canasvieiras.	11.448, de 2000
30	Denomina Deputada Antonieta de Barros o Túnel da Via Expressa Sul, que faz a ligação entre os bairros da Prainha e Saco dos Limões.	11.935, de 2001
31	Denomina Rodovia “Seu Chico” Francisco Thomaz dos Santos a Rodovia SC-406, situada na parte insular sul do Município.	11.950, de 2001
32	Denomina Perito Adilson Silveira Cathcart o Instituto de Criminalística do Estado de Santa Catarina, integrante da Diretoria de Polícia Técnico-Científica.	12.440, de 2002
33	Denomina Professora Marcia Regina Althoff Lapolli o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Padre Anchieta.	12.540, de 2002
34	Denomina José Carlos Daux a Rodovia SC-401 trecho trevo do Itacorubi interseção com a SC-404 – Canasvieiras.	13.304, de 2005 Alterada pela Lei nº. 13.726, de 2006
35	Denomina Professora Orlandina Olívia da Silva o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica Pero Vaz de Caminha.	13.504, de 2005
36	Denomina José dos Passos Vieira a Central Estadual de Armazenagem e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos da Secretaria de Estado da Saúde.	13.578, de 2005
37	Denomina Hilda Teodoro Vieira o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Hilda Teodoro Vieira.	13.637, de 2005
38	Denomina Armando Calil Bulos a Rodovia SC-403, acesso à Praia dos Ingleses, trecho da interseção com a SC-401, Canasvieiras.	13.638, de 2005 Alterada pela Lei 13.727, de 2006
39	Denomina Professor MSc. Osvaldo de Oliveira Maciel a Escola de Saúde Pública de Santa Catarina.	13.990, de 2007
40	Denomina Antonio Henrique Bulcão Vianna o hangar do Governo do Estado junto ao Aeroporto Internacional Hercílio Luz.	14.015, de 2007



41	Denomina Rodovia Francisco Magno Vieira o trecho da SC-405 compreendido entre o entroncamento com a SC-401, acesso ao Bairro Carianos, e o entroncamento com a Rodovia SC-406, acesso ao Bairro Morro das Pedras.	14.236, de 2007
42	Denomina Escola de Ensino Médio Jacó Anderle o estabelecimento de ensino da rede pública estadual situado na Rua Francisco Fausto Martins, no Bairro Vargem Grande.	14.783, de 2009
43	Denomina Coronel PM Paulo Ekke Moukarzel o Batalhão de Polícia Militar Rodoviária.	15.388, de 2010
44	Denomina Irmão Celso Maria o elevado sobre a Rodovia estadual José Carlos Daux SC-401, que liga as Rodovias João Paulo e Virgílio Várzea, localizado no Bairro Monte Verde.	15.443, de 2011
45	Denomina Vereador Oscar Manoel da Conceição a Escola Jovem do Sul da Ilha, localizada no Bairro Rio Tavares.	15.732, de 2012
46	Denomina Cintia Constantino o elevado edificado na SC-401, km 3,95, entroncamento com a estrada Manoel Leôncio de Souza Brito, na Comunidade de Vargem Pequena.	15.831, de 2012
47	Denomina Francisco Arcanjo Grillo o trecho da Rodovia SC-400, compreendido entre o trecho de entroncamento da Rodovia SC-402 (para Jurerê) e o Balneário Daniela.	16.119, de 2013
48	Denomina Zeide Boell D'Aquino o Instituto de Identificação do Estado de Santa Catarina, que compõe o Instituto Geral de Perícias da Secretaria de Estado da Segurança Pública.	16.216, de 2013
49	Denomina Renato José Hendges a Diretoria Estadual de Investigações Criminais, que compõe a estrutura da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina.	16.444, de 2014
<b>FORQUILHINHA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Osvaldo Savi a Escola Isolada Sanga do Café, da localidade de Sanga do Café.	5.955, de 1981
2	Denomina Natálio Vassoler o Grupo Escolar da localidade de Vila Franca.	5.956, de 1981 Alterada pela Lei nº. 7.860 de 1989
3	Denomina Ernesto Pazini a Escola Isolada Pique do Rio do Cedro, da localidade de Pique do Rio Cedro.	5.959, de 1981
4	Denomina Miguel Minatto a Escola Isolada Estadual de Sanga do Coqueiro, da localidade de Santa Rosa.	5.966, de 1981
5	Denomina Colégio Estadual Luís Tramontin a escola da localidade de Vila Isabel.	8.068, de 1990
6	Denomina Luis Tramontin o Ginásio de Esportes junto ao Colégio Estadual de mesmo nome.	11.338, de 2000
<b>FRAIBURGO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Carlos Pisani a Rodovia SC-456, trecho BR-470 a Fraiburgo.	5.884, de 1981
2	Denomina Airton Senna da Silva o trecho da Rodovia Estadual SC-453, acesso ao bairro São Miguel.	9.703, de 1994
3	Alterada a atual denominação da Escola de Educação Básica Sedes Sapientiae para Escola de Educação Básica Padre Biagio Simonetti.	12.772, de 2003
<b>FREI ROGÉRIO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Sakura a ponte sobre o Rio Marombas, localizada na Rodovia SC-451.	14.627, de 2009
<b>GASPAR</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Dr. Abelardo Viana o Prédio da Unidade Sanitária, localizado à Rua São José.	8.143, de 1990
2	Denomina Henrique Isensee o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica Arnaldo Agenor Zimmermann.	14.495, de 2008
3	Denomina Centro Poliesportivo Adolfo Soares o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Ivo D'Aquino.	16.525, de 2014
<b>GOVERNADOR CELSO RAMOS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Francisco Wollinger o trecho da Rodovia SC-410, que liga a BR-101 ao Município.	6.028, de 1982
2	Denomina Escola Isolada Professora Alaíde da Silva Mafra, situada na localidade de Areias do Meio.	7.955, de 1990 Alterada pela Lei 8.412, de 1991
3	Denomina Escola Isolada Professora Dalma da Luz Azevedo, situada na localidade de Calheiros.	7.957, de 1990 Alterada pela Lei 8.413, de 1991
4	Denomina Estrada Parque Brigadeiro Silva Paes o trecho da Rodovia Estadual Planejada SC-410, iniciando no Km 25,3, confluência com a Avenida Nézio João Miranda, passando pelas localidades de Costeira da Armação, acesso à Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, Praia do Antenor, Caieira e Área de Preservação Ambiental (APA) de Anhatomirim, contornando parte da orla do Município de Governador Celso Ramos e finalizando no Km 38,9.	15.259, de 2010
<b>GRÃO PARA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina João Batista Alberton o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Dr. Miguel de Patta.	12.399, de 2002
<b>GRAVATAL</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Nicolau Corrêa de Andrade o Curso Normal Regional anexo ao Grupo Escolar Geraldina Maria Tavares.	3.761, de 1965
<b>GUARAMIRIM</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Palácio de Esportes Prefeito Rodolfo Jahn o ginásio de esportes da cidade.	5.686, de 1980
2	Denomina Pedro Francisco Klein a quadra polivalente da Escola Básica São Pedro, na localidade de Guamiranga.	5.873, de 1981
3	Denomina Ponte do Agricultor, a ponte de concreto sobre o Rio Itapocu que interliga as localidades de Guamiranga e Bananal do Sul.	6.051, de 1982
<b>HERVAL D'OESTE</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Governador Ivo Silveira o Colégio Normal da cidade.	4.304, de 1969

2	Denomina Oscar dos Santos Mello o Centro de Eventos situado na Rua Rui Barbosa, bairro Vila Rica.	13.446, de 2005
<b>IBIAM</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina João Carlos Ceron o Ginásio de Esportes anexo à Escola Heriberto Hulse.	12.860, de 2004
<b>IBICARÉ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Governador Celso Ramos a ponte que o Plano de Metas do Governo construiu sobre o Rio do Peixe.	1.015, de 1965
<b>IBIRAMA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Governador Celso Ramos a ponte construída sobre o Rio Hercílio.	1.014, de 1964
2	Denomina Governador Ivo Silveira a ponte sobre o Rio Itajaí do Norte, que dá acesso ao distrito de Dalbérgia.	1.078, de 1968
3	Denomina Juiz Clóvis Ayres Gama o Fórum da Comarca.	4.639, de 1971
4	Denomina Cordula Eskelsen o Centro de Educação de Jovens e Adultos.	13.193, de 2004
5	Denomina Doutor Waldomiro Colautti o Hospital Miguel Couto.	15.485, de 2011
<b>ILHOTA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Pedro Teixeira de Mello a Escola Rural situada no Alto Baú.	3.823, de 1966
2	Denomina Padre Cláudio Jeremias Cadorim a ponte na Rodovia SCT-410, no trecho BR-470 – Ilhota – SCT-486, com extensão de 325 metros.	9.814, de 1994
<b>IMARUÍ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Prefeito Pedro Bittencourt o Colégio Estadual da Cidade.	6.257, de 1983
2	Denomina Portinho Bittencourt a Rodovia SC-437, que compreende o trecho que liga o Município de Imaruá à BR-101.	7.700, de 1989
<b>IMBITUBA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Manoel Felipe Cardoso o Grupo Escolar da Vila de Mirim.	1.085, de 1970
2	Denomina Dr. Hélio Anjos Ortiz o Posto de Saúde do Município.	5.493, de 1978
3	Denomina Padre Dr. Itamar Luiz da Costa o Centro Comunitário, do bairro Vila Nova Alvorada.	5.752, de 1980
4	Denomina Paulino Martins o Ginásio de Esportes sito no distrito de Vila Nova.	10.608, de 1997
<b>IMBUÍA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Valdemiro Luiz Capristano o Auditório da Escola de Educação Básica Frei Manoel Philippi.	13.521, de 2005
2	Denomina Prefeito Raul Goedert o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Frei Manoel Philippi.	13.891, de 2006
3	Denomina Raul Goedert a rodovia que faz a ligação entre o Município de Imbuia ao entroncamento com a Rodovia SC-350.	16.115, de 2013
<b>INDAIAL</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Ministro Victor Konder a ponte sobre o Rio Itajaí Açu, na sede do Município.	5.399, de 1977
2	Denomina Sérgio Luiz Peters o Ginásio de Esportes do Município.	5.515, de 1979
3	Denomina Colégio Estadual Frederico Hardt o atual Colégio Normal.	5.568, de 1979
4	Denomina Escola Isolada Estadual Professora Ursula Kroeger, no Bairro João Paulo II.	7.311, de 1988
5	Denomina Escola Isolada Professor Estanislau Schmidt a Escola Isolada Bagaçu Central, do Distrito de Apiúna.	7.576, de 1989
6	Denomina Dr. Heinz Schütz o prédio do Posto de Saúde da Cidade.	8.071, de 1990
7	Denomina Escola Estadual Augusta Moser a Escola Estadual Rio Morto, localizada Bairro Rio Morto.	8.900, de 1992
8	Denomina Rudibert Knop o Ginásio de Esportes do Bairro Warnow contíguo à Escola de Ensino Fundamental Gustavo Barroso.	15.191, de 2010
9	Denomina Elisabet Marcimiano o Ginásio de Esportes contíguo à Escola Estadual Prefeito Germano Brandes Jr.	15.374, de 2010
<b>IPUAÇU</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Adolpho Ambrósio Baccin o Ginásio de Esportes do Colégio Estadual Padre Antônio Vieira.	11.001, de 1998
<b>IPUMIRIM</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Vital Felipe Casarotto o Ginásio Normal criado pelo Decreto nº 3.035, de 13-8-1965.	4.021, de 1967
2	Denomina João Teixeira de Albuquerque a ponte construída sobre o Rio Engano.	5.370, de 1977
3	Denomina Governador Irineu Bornhausen a ponte sobre o Rio Jacutinga, localizada na Rodovia Ipumirim BR-283.	5.523, de 1979
4	Denomina Rodovia José Begoni o trecho da SC-485 que liga Ipumirim à BR-283.	5.523, de 1979
<b>IRATI</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Pedro Provin o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Princesa Isabel, localizado na Linha Sete de Setembro.	14.097, de 2007
2	Denomina Oscar Eugênio Grossl a Rodovia SC-460, que liga o perímetro urbano do Município de Irineópolis à BR-280.	14.166, de 2007
<b>ITÁ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Pedro Paludo a rodovia estadual que liga a cidade de Itá à SC-283.	11.604, de 2000
2	Denomina Walter Porn o Ginásio de Esportes da Escola Estadual de Educação Básica Neusa Marques de Linha União.	15.131, de 2010
<b>ITAIÓPOLIS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Prefeito Francisco Linzmeyer o Ginásio de Esportes do Município.	5.918, de 1981
2	Denomina Prefeito Teófilo Tavares a Rodovia SC-419, trecho BR-116 Itaiópolis – Alto Paraguaçu até o encontro com a Rodovia SC-477.	6.560, de 1985
3	Denomina Nataniel Rezende Ribas a Rodovia SC-477, que liga Papanduva ao distrito de Iraputã.	14.167, de 2007

4	Denomina João Heyse o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Paulo Cristiano Heyse.	15.187, de 2010
<b>ITAJÁ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Cria e Denomina Lucy Corrêa Hulse a Escola Profissional Feminina.	437, de 1959
2	Denomina Ginásio Presidente Nerêu de Oliveira Ramos o Ginásio Industrial.	2.952, de 1961
3	Denomina Desembargador Urbano Müller Salles o Fórum da Comarca.	4.595, de 1971
4	Denomina Dr. Ivo Stein Ferreira o Grupo Escolar, localizado no final da Rua Jorge Mattos (Casas Populares).	1.089, de 1972
5	Denomina Escola Estadual Martinho Gervásio a Escola Isolada Estadual, situada na localidade de Brilhante II.	4.934, de 1973
6	Denomina Escola Básica Aníbal Cesar o estabelecimento de da localidade de São Vicente.	5.327, de 1977
7	Denomina Gabriel João Collares o Ginásio de Esportes, situado no Bairro Vila Operário.	5.420, de 1978
8	Denomina Professora Maria Dutra Gomes a Escola Básica, na localidade de São Tarcísio.	5.523, de 1979
9	Denomina Alcino Marques Silveira Brandão o Centro Comunitário do Bairro Costa Cavalcanti.	5.680, de 1980
10	Denomina Dr. Rui Vieira Filho o Centro Comunitário do Núcleo Habitacional Vereador Nilson Lourenço dos Santos, localizado no bairro São Vicente.	6.853, de 1986
11	Denomina Atílio Máximo dos Santos a Escola Isolada I de Arraial dos Cunhas, situada na localidade de km-12, da antiga estrada Itajaí-Brusque.	6.854, de 1986
12	Denomina Profª Maria Nilza Ferreira Evaristo a Escola Básica de Espinheirinhos.	8.763, de 1992
13	Denomina Dr. Ademir Manoel Furtado o Complexo Regional Penitenciário da Foz do Itajaí.	14.955, de 2009
14	Denomina Escola de Ensino Médio Elfrida Cristino da Silva a escola localizada na Avenida Adolfo Konder.	16.524, de 2014
<b>ITAPIRANGA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Centro Poliesportivo Professor Nelson Hobold o Ginásio da Escola de Ensino Fundamental Porto Novo.	15.028, de 2009
2	Denomina Centro Poliesportivo Milton Hahn o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica São Vicente.	16.377, de 2014
<b>ITUPORANGA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Henrique Holetz o Ginásio de Esportes do Governo do Estado.	5.768, de 1980
2	Denomina Edifício Alexandre Haas a Delegacia Regional de Polícia.	10.075, de 1996
3	Denomina Governador Pedro Ivo Campos o Ginásio de Esportes localizado junto ao Colégio Estadual Roberto Moritz.	11.335, de 2000
4	Denomina Francisco Cardozo Bittencourt o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Fundamental Mont'Alverne.	13.020, de 2004
5	Denomina Alfredo Schuhmacher o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Fundamental João Carlos Thiesen, do bairro Vila Nova.	13.306, de 2005
6	Denomina Evaldo Rosa o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Vereador Paulo França, da localidade de Cerro Negro.	13.445, de 2005
<b>JABORÁ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Francisco Benjamin Gallotti o trecho da SC-463, acesso pavimentado de Jaborá à BR-282.	5.501, de 1978
2	Denomina Moacir Coradi o trecho da Rodovia SC-355, compreendido entre o Município de Jaborá e a BR-153.	16.118, de 2013
<b>JAGUARUNA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Humberto Ghizzo Bortoluzzi o aeroporto regional de Jaguaruna.	12.642, de 2003
2	Denomina Claudino Abel Botega a Rodovia SC-487, que liga o centro da cidade de Jaguaruna à Barra do Camacho.	14.891, de 2009
3	Denomina Lussa Librelato a Rodovia que liga a BR-101 ao Aeroporto Regional Sul Humberto Ghizzo Bortoluzzi.	16.392, de 2014
4	Denomina Arno Arnaldo Nápoli a Rodovia Estadual SC-442, no trecho compreendido entre o trevo de acesso à BR-101 no Município de Jaguaruna até a ponte sobre o Rio Sangão.	11.152, de 1999
<b>JARAGUÁ DO SUL</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Escola Básica Professor Heleodoro Borges o estabelecimento de ensino localizado na Rua Joinville.	4.875, de 1973
2	Denomina Artur Müller o Ginásio de Esportes da Cidade.	5.302, de 1977
3	Denomina Mário Krustzch o Centro Interescolar de 1º Grau.	5.515, de 1979
4	Denomina Dr. João Thomaz Marcondes de Mattos o Fórum da Comarca.	5.749, de 1980
5	Denomina Escola Isolada Ribeirão Grande do Norte, de Barra do Ribeiro Grande, a Escola Isolada Ângelo Moretti.	5.935, de 1981
6	Denomina Professora Valdete Inês Piazeria Zindars a atual Escola Básica Cruz e Souza.	6.624, de 1985
7	Denomina de Walter Breithaupt a ponte construída sobre o rio Itapocu, no centro da cidade, partindo da rua Coronel Procópio Gomes de Oliveira em demanda à localidade denominada Vila Baependí.	6.693, de 1985
8	Denomina Erich Gruetzmacher a atual Escola Básica Vila Rau.	10.461, de 1997
9	Denomina Darci Franke Welk o Colégio Estadual, no Bairro São Luiz.	11.065, de 1998
10	Denomina Mário Krutzsch o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJAS).	12.993, de 2004
11	Denomina Professor Lino Floriani a Escola Estadual de Ensino Médio.	13.847, de 2006
<b>JOAÇABA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Gonçalves Dias o Grupo Escolar do segundo subdistrito.	34, de 1952

2	Denomina Governador Celso Ramos o Colégio Normal Estadual.	3.706, de 1965
3	Denomina Governador Ivo Silveira o Ginásio de Esportes da Cidade.	1.075, de 1968
4	Denomina Luiz Dalcanalle o Centro Interescolar de 1º Grau.	5.515, de 1979
5	Denomina Dr. Antônio Nunes Varela o Fórum da Cidade.	5.515, de 1979
6	Denomina Iolanda Bordin Bonato o Hemocentro da Secretaria de Estado da Saúde.	9.635, de 1994
<b>JOINVILLE</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Faculdade de Engenharia de Joinville (FEJ) criada pela Lei nº 1.520, de 9 de outubro de 1956.	1.601, de 1956
2	Denomina Ginásio Estadual Governador Celso Ramos o estabelecimento de ensino secundário criado pela Lei nº 88, de 8 de julho de 1953.	812, de 1962
3	Denomina Dom Pio de Freitas o Grupo Escolar, no bairro Floresta.	3.253, de 1963
4	Denomina Monsenhor Sebastião Scarzello o Grupo Escolar, no bairro Guanabara.	3.644, de 1965
5	Denomina Governador Ivo Silveira, o Edifício do Fórum da Comarca.	1.080, de 1969
6	Denomina Henrique Meyer Filho o Centro Social Urbano.	5.515, de 1979
7	Denomina Dario Salles o Centro Interescolar de 2º Grau.	5.515, de 1979
8	Denomina Professor Gustavo Augusto Gonzaga a Escola Básica do Conjunto Habitacional Jardim Cohajo.	5.523, de 1979
9	Denomina Dr. Tufy Dippe a Escola Básica do Conjunto Habitacional Tupy.	5.523, de 1979
10	Denomina Governador Jorge Lacerda a Escola Básica do conjunto Habitacional Jorge Lacerda.	5.523, de 1979
11	Denomina Dr. Elpídio Barbosa a Escola Básica da Vila Costa e Silva.	5.523, de 1979
12	Denomina Deputado Ivan Rodrigues o Ginásio de Esportes, situado na Rua Max Colin.	5.547, de 1979
13	Denomina Vereador Guilherme Zuege a Escola Básica Rio Bonito, no Distrito de Pirabeiraba.	5.548, de 1979
14	Denomina Professor João Meerholz a Escola Isolada sediada na Estrada do Sul Km 18, próximo à divisa Joinville-Guaramirim, confluência da Estrada do Sul com a Estrada Blumenau.	5.723, de 1980
15	Denomina Costa e Silva o Centro Comunitário do Conjunto Habitacional do Bairro Costa e Silva.	5.754, de 1980
16	Denomina Hans Dieter Schmidt o Hospital Regional da Cidade.	5.962, de 1981
17	Denomina Dr. Tufy Dippe o Centro de Saúde Modelo da Cidade.	6.096, de 1982
18	Denomina Conjunto Habitacional Ademir Garcia o Núcleo Habitacional da COHAB, localizado no Bairro Jarivatuba.	6.291, de 1983
19	Denomina Professora Valesca May Engelmann a Escola Isolada da Estrada do Pirai.	9.870, de 1995
20	Denomina Archimedes Carvalho o Instituto Médico Legal da Cidade.	10.718, de 1998
21	Denomina Doutor Osvaldo Altino Dória a 13ª Coordenadoria Regional de Saúde.	10.970, de 1998
22	Denomina Doutor Jeser Amarante Faria o Hospital Infantil, localizado na Rua Araranguá, no Bairro América.	12.275, de 2002
23	Denomina Deputado Nagib Zattar a Escola Jovem, localizada no bairro Jardim Paraíso.	12.643, de 2003
24	Denomina Altair Honorato o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Dr. Jorge Lacerda.	12.881, de 2004
25	Denomina Vereador João Pessoa Machado o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica João Colin.	13.245, de 2004
26	Denomina Vereador Phelipp Baumer o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Osvaldo Aranha.	13.687, de 2006
27	Denomina Juscemar Cesconetto a Penitenciária Industrial, localizada no Município.	13.989, de 2007
28	Denomina Herculano Natali de Mello o Ginásio de Esportes, localizado no Bairro Aventureiro.	14.838, de 2009
29	Denomina Soldado Jackson dos Santos o Presídio Regional.	15.370, de 2010
30	Denomina CIDAP – Centro Integrado de Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca Luiz Carlos Perin.	16.374, de 2014

<b>LACERDÓPOLIS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Praça Luiz D'Agostini o logradouro público, situado em frente a Escola Básica Joaquim D'Agostini.	7.180, de 1988
<b>LAGES</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Nereu Ramos o edifício do Fórum da Cidade.	1.992, de 1959
2	Denomina Coronel Aristiliano Laureano Ramos o trecho da Rodovia SC-425 que, partindo da BR-282 – Distrito de Índios – passa pelos Distritos de Palmeiras e Otacílio Costa, até alcançar a BR-470.	5.398, de 1977
3	Denomina Renato Ramos da Silva o Centro Interescolar de 2º Grau.	5.515, de 1979
4	Denomina João Pedro Arruda o Ginásio de Esportes do Distrito de Correia Pinto.	5.515, de 1979
5	Denomina Frei Nicodemus a Escola Básica no Conjunto Habitacional Ipiranga.	5.523, de 1979
6	Denomina Estádio de Integração o estádio localizado no Bairro Pizani.	5.753, de 1980
7	Denomina Escola Básica Francisco Manfroi o estabelecimento escolar da rede estadual de ensino do 1º Grau, localizado no Bairro Santa Mônica, às margens da BR-116.	5.916, de 1981
8	Denomina Célio Belizário Ramos o Hemocentro da Cidade.	9.387, de 1993
9	Denomina Armindo Ranzolin o Ginásio de Esportes do Colégio Estadual São Judas Tadeu.	11.748, de 2001
10	Denomina Enefino Batista Ribeiro o trecho da Rodovia SC-438 entre o Rio Lavatudo/Divisa com o município.	12.353, de 2002
11	Denomina Jacó Anderle o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA).	13.685, de 2006
12	Denomina Jorge Luís Plauda o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Frei Nicodemus.	14.733, de 2009

13	Denomina Iara Aparecida de Ataíde o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica Frei Nicodemos.	16.399, de 2014
14	Denomina Professora Helena Terezinha Ribeiro Pinheiro a Arena Multiuso anexa à Escola de Educação Básica General José Pinto Sombra.	16.432, de 2014
<b>LAGUNA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Armando Calil Bulos o Grupo Escolar, na localidade de Quilômetro 37.	4.539, de 1970
2	Denomina Antônio Bessa o Centro Interescolar de 1º Grau.	5.515, de 1979
3	Denomina Padre Itamar Luiz da Costa a Escola Básica da localidade de Laranjeiras.	6.678, de 1985
4	Denomina Francisco Fernandes Pinho a Rodovia SC-436, que liga a BR-101 à Cidade.	8.619, de 1992
5	Denomina Coronel João Zaleski Júnior o 5º Pelotão da 3ª Companhia do 1º Batalhão de Bombeiro Militar, com sede no Município.	13.107, de 2004
6	Denomina Major PM José Elias dos Santos, a 9ª Guarnição Especial de Polícia Militar no Município.	15.385, de 2010
7	Denomina Miguel José Boabaid o Acesso Estadual Laguna, compreendido entre o Entroncamento SC-100 (para Laguna) ao Farol de Santa Marta.	16.466, de 2014
8	Denomina Heryberto Barzan a Rodovia SC-100, compreendida entre o Km 0 (quilômetro zero) e o Km 15,9 (quilômetro quinze vírgula nove).	16.479, de 2014
<b>LAURENTINO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Egídio Tambosi o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Tereza Cristina.	13.514, de 2005
<b>LAURO MÜLLER</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Engenheiro Ernani Lotram o Grupo Escolar construído na localidade de Guatá.	3.473, de 1964
2	Denomina Pedro Tomaz o Ginásio de Esportes do Colégio Estadual Engenheiro Ernani Cotrin do Distrito de Guatá.	10.675, de 1998
3	Denomina Daniel Goulart o Ginásio de Esportes da Escola de Ensino Fundamental Emília Mamede Soares.	12.585, de 2003
<b>LEBON RÉGIS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Elza Teles o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica Frei Caneca.	15.744, de 2012
2	Denomina Professor Walmor Carlin do Prado o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica Santa Terezinha.	15.783, de 2012
<b>LEOBERTO LEAL</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Paulino José de Souza o prédio da Delegacia de Polícia.	14.626, de 2009
<b>LONTRAS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Francisco Rauh o acesso asfáltico que liga a cidade à BR-470.	5.794, de 1980
2	Denomina Roland Kuhl o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Regente Feijó.	12.575, de 2003
<b>LUIZ ALVES</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Frederico Guilherme Schwanke o Ginásio de Esportes da Cidade.	5.421, de 1978
2	Denomina Rodovia Leonardo Martendal a Rodovia SC-413, que liga o Município à BR-101.	8.069, de 1990
<b>MAFRA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Desembargador Flávio Tavares da Cunha Mello o Fórum da Cidade.	5.491, de 1978
2	Denomina Escola Isolada Kimi Nagano a Escola São João da Barra.	7.182, de 1988
3	Denomina Vereador Evado Steidel o prédio do Grupo Escolar Saltinho do Canivete.	8.214, de 1991
4	Denomina Adelino Bona, o Ginásio de Esportes do Colégio Estadual Dr. Francisco Izabel.	10.742, de 1998
<b>MAJOR GERCINO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Expedicionário Pedro Laurindo Filho a ponte localizada na Estrada Major Gercino Leoberto Leal, sob o Rio Tijucas, no perímetro urbano do Município.	5.757, de 1980
<b>MAJOR VIEIRA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Escola Isolada Colônia Santo Antônio a escola da localidade de Cochos.	4.758, de 1972
2	Denomina São Roque a Escola Isolada Estadual da localidade de Agudos.	4.804, de 1972
<b>MARACAJÁ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina de Escola Isolada Natale Accordi a Escola Estadual, situada na localidade de Espigão da Toca.	5.869, de 1981
<b>MASSARANDUBA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Escolas Reunidas Professora Vidalina Xavier, a atual Escola Reunida Professor Antônio Paim Soares, com sede na localidade de Benjamim Constant.	6.113, de 1982
2	Denomina Rodovia Saul Silva o trecho da SC-474, que liga a cidade de Massaranduba à BR-101.	9.800, de 1994
3	Denomina Ticiano Miche Luzzi a Escola Isolada da localidade do Segundo Braço do Norte.	10.435, de 1997
4	Denomina Nair Scaburi Ranghetti o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Maria Konder Bornhausen.	16.417, de 2014
<b>MATOS COSTA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Prefeito Sebastião Carneiro o Ginásio de Esportes da Escola Estadual Dom Daniel Hostin.	12.597, de 2003
<b>MELEIRO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Danilo Piazza o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica de Meleiro.	13.311, de 2005
<b>MIRIM DOCE</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Basílio Bonin a quadra coberta da Escola de Educação Básica Bruno Heidrich.	13.313, de 2005

2	Denomina Horst Gerhard Purnhagen a Rodovia que liga a BR-470 ao Município de Mirim Doce.	15.130, de 2010
<b>MONTE CASTELO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Francisco Nicolau Fuck o Grupo Escolar de Residência Fuck.	3.756, de 1965
2	Denomina Dr. Hélio Anjos Ortiz o Posto de Saúde da Cidade.	5.454, de 1978
3	Denomina Vereador Marco Antonio Rauhen Ribas o Centro Poliesportivo - Ginásio de Esportes.	10.620, de 1997
<b>MORRO DA FUMAÇA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Eduardo Pedro Bergmann o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Vitorino Búrigo, Distrito de Estação Cocal.	13.018, de 2004
2	Denomina Manoel Joaquim Medeiros o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Princesa Isabel.	13.581, de 2005
<b>MORRO GRANDE</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Hilário Crepaldi o Ginásio de Esportes do Município.	10.672, de 1998
<b>NOVA TRENTO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Madre Paulina a Unidade Sanitária desse município.	7.594, de 1989
<b>NOVA VENEZA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Complexo Esportivo Professor Iodá José Bozzano o conjunto esportivo anexo ao Colégio Estadual Abílio César Borges.	9.347, de 1993
2	Denomina Rodovia Monsenhor Quinto Davide Baldessar o trecho da SC-443 entre Mãe Luzia e Vila Maria.	15.181, de 2010
<b>ORLEANS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Escola Isolada Maria Serafim Coan a Escola Isolada de Rio Belo, situada na localidade de Rio Belo.	5.724, de 1980
2	Denomina Dr. Emir Bortoluzzi Souza o Posto de Saúde do município.	6.650, de 1985
3	Denomina Escola Básica Martha Cláudio Machado o educandário público estadual, da localidade de Brusque do Sul.	8.796, de 1992
4	Denomina Gregório Brighenti o trecho da Rodovia SC-446, que abrange o perímetro urbano do Município.	10.714, de 1998 Alterada pela Lei nº. 11.113, de 1999
<b>OTACÍLIO COSTA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Gilberto Manoel Frutuoso o Ginásio de Esportes localizado no Bairro Novo Mundo.	13.736, de 2006
2	Denomina Cacilda Moser o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Elza Deeke.	13.768, de 2006
3	Denomina Vereador Rogério de Jesus Teixeira o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Nossa Senhora de Fátima.	14.513, de 2008
4	Denomina Ederson Constante de Andrade o Ginásio de Esportes da Escola Estadual Fazenda Olinkraft, no Bairro Igaras.	16.523, de 2014
<b>OURO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Irineu Bornhausen o Posto de Saúde situado na Rua Governador Jorge Lacerda.	5.603, de 1979
<b>OURO VERDE</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Jandir Antônio Catapan o entroncamento que liga o Município de Ouro Verde à SC-155.	13.879, de 2006
<b>PALHOÇA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Centro Comunitário de Ponta de Maruim o Centro Comunitário do Bairro Maruim.	5.693, de 1980
2	Denomina José Carlos Domingues Carneiro o prédio do Posto de Fiscalização da Fazenda, situado no Km 220 da BR-101.	8.033, de 1990
3	Denomina José Amaro da Silva a Escola Reunida da Pedra Branca, caminho da Fazenda, Passa Vinte.	9.591, de 1994
4	Denomina Samuel Hamon dos Santos Rosa a Rodovia SC-433, que faz a ligação da BR-101 à Praia do Sonho.	11.934, de 2001
<b>PALMA SOLA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Escola Básica Catharina Seger a Escola Básica Padre Antônio Vieira, de Novo Cerro Azul.	5.707, de 1980
2	Denomina Rodovia Luiz Caldato a SC-471, que inicia no entroncamento da SC-473, passando pela Fazenda Caldato até o Município de Palma Sola.	9.638, de 1994
3	Denomina Rodovia Catharina Seger a SC-471, no trecho compreendido entre o Município de Palma Sola até a divisa com o Estado do Paraná.	9.666, de 1994
4	Denomina Colégio Estadual Claudino Crestani o Colégio Estadual Professor Cândido Abdon Goulart.	9.745, de 1994
<b>PAPANDUVA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Emílio Malikoski a Escola Isolada Estadual, localizada na comunidade de Lageado dos Greim.	6.761, de 1986
2	Denomina Mário de Mello Lopes Fórum de Justiça da Comarca.	11.515, de 2000
<b>PASSO DE TORRES</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina José da Silva Batista o Ginásio de Esportes do Colégio Estadual Hildo Meneghetti.	10.906, de 1998
2	Denomina Prefeito João Luiz da Silva o trecho da Rodovia SC-450 compreendido entre a BR-101 e esse Município.	15.782, de 2012
<b>PAULO LOPES</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Ernestina Pereira Martins a Escola Estadual do Distrito de Sorocaba.	9.702, de 1994
<b>PENHA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Santa Adelaide o Centro de Treinamento de Pesca da Fundação Catarinense do Trabalho, na localidade de Armação de Itapocorói.	5.515, de 1979



2	Denomina Rodovia João Batista Sérgio Murad - Beto Carrero o acesso ao Município de Penha, do km 106 da BR-101, passando pelo Parque Beto Carrero World, até o entroncamento com a Rua Inácio Francisco de Souza.	15.387, de 2010
<b>PETROLÂNDIA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Horácio Coelho o Ginásio Normal de Petrolândia, criado pelo Decreto nº 3.985.	3.880, de 1966
2	Denomina Artur Francisco Weber o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Fundamental Prefeito Frederico Probst, da Comunidade de Rio Antinhas.	13.580, de 2005
<b>PIÇARRAS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Dr. Norberto Bachmann a Unidade Sanitária do Município.	5.515, de 1979
2	Denomina Aurélio Solano de Macedo o Ginásio de Esportes situado à Rua Antônio Martinho Teles, centro.	10.167, de 1996
<b>POMERODE</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia João Karsten o trajeto da SC-418, compreendido entre Pomerode e a BR-470.	5.324, de 1977
2	Denomina Amália Gertrudes da Silva Anders o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica José Bonifácio.	16.335, de 2014
<b>PONTE ALTA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Paulo José de Liz Santos - Paulinho o Ginásio de Esportes do Município.	6.496, de 1984
<b>PONTE SERRADA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rosina Pavan o Centro Poliesportivo anexo à Escola de Educação Básica Belermino Victor Dalla Vecchia, no Bairro Baía Alta.	15.384, de 2010
<b>PORTO UNIÃO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Coronel Cid Gonzaga o Ginásio Estadual do Município.	3.380, de 1963
2	Denomina Bernardo Stamm a Unidade Sanitária da Cidade.	5.447, de 1978
3	Denomina Ramiro Emerenciano o Centro Interescolar de 1º Grau.	5.515, de 1979
4	Denomina Cel. Joaquim Domit o Ginásio de Esportes de Porto União.	5.515, de 1979
5	Denomina Presidente Nilo Peçanha a Escola Básica na Rua Nilo Peçanha.	5.523, de 1979
6	Denomina Dr. Lauro Müller Soares o Ginásio de Esportes da cidade.	5.538, de 1979
7	Denomina João de Aquino o Centro Comunitário do Bairro de São Pedro.	5.657, de 1979
8	Denomina Professor Serafim Raul Caus o Ginásio de Esportes do Colégio Estadual Coronel Cid Gonzaga.	9.939, de 1995
9	Denomina Günter Adolf Siebeneicher o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Antônio Gonzaga.	12.558, de 2002
10	Denomina José Grobe o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Professor Clementino Britto, Distrito de Santa Cruz do Timbó.	12.880, de 2004
11	Denomina Alexandre Passos Puzyna a Rodovia SC-478, trecho Entroncamento SC-280 (Lança - km 0,0) - Santa Cruz do Timbó - Despraçado (km 35,2).	14.004, de 2007
12	Denomina Henrique Meyer o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Professor Germano Wagenfur.	14.732, de 2009
<b>POUSO REDONDO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Prefeito Arno Siewerdt a Escola de Educação Básica Arno Siewerdt.	15.824, de 2012
<b>PRESIDENTE GETÚLIO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Papa João XXIII o Grupo Escolar situado no distrito de Mirador.	3.347, de 1963
2	Denomina Andreas Heck o Ginásio de Esportes construído junto à Escola Básica Papa João XXIII, no Distrito de Mirador.	11.353, de 2000
<b>PRESIDENTE NEREU</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Ginásio de Esportes Estadual Geraldo Back o complexo esportivo anexo ao Colégio Estadual João Tolentino Júnior.	10.261, de 1996
<b>RIO DAS ANTAS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Avelino Antônio Sella a ponte sobre o Rio do Peixe.	5.046, de 1974
<b>RIO DO CAMPO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Governador Ivo Silveira o Ginásio Normal situado na sede do Município.	1.050, de 1966
2	Denomina Ginásio de Esportes Vereador José Haverroth o complexo esportivo da Escola Básica Maestro Heitor Villa Lobos, sito na localidade de Taiozinho.	10.359, de 1997
3	Denomina José Moratelli o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Dr. Fernando Ferreira de Mello.	13.520, de 2005
<b>RIO DO OESTE</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Deputado João Bértoli o Ginásio de Esportes do Município.	5.600, de 1979
2	Denomina Governador Irineu Bornhausen a ponte sobre o Rio Itajaí do Norte, no perímetro urbano da cidade.	5.602, de 1979
3	Denomina Padre Dante Possamai a Quadra de Esportes da Escola de Educação Básica Expedicionário Mário Nardelli.	12.858, de 2004
<b>RIO DO SUL</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Paula Cordeiro o atual Grupo Escolar 15 de Novembro.	3.213, de 1963
2	Denomina Deputado João Custódio da Luz o Grupo Escolar localizado no Bairro Boa Vista.	4.729, de 1972
3	Denomina Patrono Serafim Fronza a Escola anexa ao Pátio da Capela Nossa Senhora do Rosário, em Valada Taboão.	5.967, de 1981
4	Denomina Antonio Ledra a Unidade Básica de Saúde do Bairro Santana.	11.521, de 2000
5	Denomina Mario Ponticelli o Presídio Estadual de Rio do Sul.	13.988, de 2007
6	Denomina Coronel PM Antônio Moacir Pereira o 13º Batalhão de Polícia Militar, localizado no Município.	15.961, de 2013
7	Denomina Haroldo Neumann o Centro de Educação Profissional do Bairro Progresso.	16.555, de 2014
<b>RIO FORTUNA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Fica alterado o nome das Escolas Reunidas Professor Pedro Antônio Cândido, para Escolas Reunidas Pio XII.	580, de 1960

2	Denomina José Buss o Centro de Educação Profissional (CEDUP).	16.105, de 2013
<b>RIO NEGRINHO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Engenheiro Nery Waltrick a ponte sobre o Rio Negrinho.	3.724, de 1965
2	Denomina Palácio de Esportes José Brůsky Júnior o Ginásio de Esportes.	5.706, de 1980
3	Denomina Almir José Kalbusch a SC-422, entre Rio Negrinho e o distrito de Volta Grande.	14.123, de 2007
4	Denomina 1º Ten. Pedro Augusto Gimenes Coste o 2º Pelotão da 2ª Companhia do 9º Batalhão de Bombeiros Militar do Município.	15.962, de 2013
<b>RIO RUFINO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina João de Bona Sartor o Ginásio de Esportes do Colégio Estadual Professor Djalma Bento.	10.671, de 1998
2	Denomina Rodovia do Vime José Luiz Figueiredo (SUZUKI) a SC-427, que liga o Município de Rio Rufino à BR-282.	11.755, de 2001 Alterada pela Lei 13.021, de 2004
3	Denomina Rodovia Artur Pagani o trecho da SC-439 entre os Municípios de Rio Rufino e Urupema.	14.567, de 2008
4	Denomina Escola do Vime Antonio Amauri de Souza o Centro de Treinamento da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), localizado no Parque de Exposições Caetano Costa Sobrinho.	15.359, de 2010
<b>RODEIO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Prefeito Joaquim Rigo o Posto de Saúde do Município.	12.584, de 2003
<b>SALTINHO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Abílio Farias o Ginásio de Esportes da Escola de Ensino Fundamental São Donato, na comunidade de Linha São Donato.	11.843, de 2001
2	Denomina Elio Magedanz o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica Emília Boos Laus Schmidt.	11.844, de 2001
<b>SANTA CATARINA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Altera a denominação da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, Educação e Saúde para Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, Educação e Saúde.	308, de 1949
2	O Laboratório Geral do Estado, criado pela Lei nº 503, de 24 de julho de 1951, passa a denominar-se Laboratório de Química Agrícola e Industrial e se subordinará à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura.	1.337, de 1955
<b>SANTA CECÍLIA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Dr. Nilo Rio Bastos o Fórum da Comarca.	5.694, de 1980
2	Denomina Ginásio de Esportes Stefano Bonet a Quadra Esportiva da Escola Básica Alcides Carlos Bonet.	9.386, de 1993
<b>SANTA ROSA DO SUL</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Inácio Domingos Velho o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica João dos Santos Areão.	13.071, de 2004
<b>SANTO AMARO DA IMPERATRIZ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Maria Salum Elias o Ginásio de Esportes do Colégio Estadual Nereu Ramos.	10.838, de 1998
2	Denomina Companhia Tenente Coronel Wilmar Leopoldo Gerent a 4ª Companhia do 7º Batalhão de Polícia Militar, com sede nesse Município.	12.843, de 2003
<b>SÃO BENTO DO SUL</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Prefeito Carlos Zipperer Sobrinho a Escola Básica da Vila Centenário.	5.523, de 1979
2	Denomina Professora Osmarina Batista Betkiwiski a Escola Básica no Conjunto Habitacional 1º de Maio.	5.523, de 1979
3	Denomina Alfredo Dinner a Escola Básica no Conjunto Habitacional Pedreira.	5.523, de 1979
4	Denomina Escola Guilherme Gaedke, a Escola Isolada Estadual Ano Bom.	6.352, de 1984
5	Denomina Rodovia dos Móveis o trecho da SC-301 entre Frágosos, divisa com o Estado do Paraná, até o encontro com a SC-280, no Bairro de Oxford.	6.758, de 1986
6	Denomina Rodolfo Grossl o Ginásio de Esportes da Escola de Ensino Fundamental Engelberto Grossl, do Bairro Lençol.	13.399, de 2005
7	Denomina Rodovia Pedro Bayerl o trecho entre o entroncamento BR-280 e São Bento do Sul.	13.985, de 2007
8	Denomina Padre Afonso Robl o Centro de Educação Profissional (CEDUP).	16.522, de 2014
<b>SÃO BONIFÁCIO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Vereador Ruy Ewaldo Schauflier o Colégio Estadual São Tarcísio.	5.968, de 1981
2	Denomina Padre Sebastião Antônio Van Liehout a Rodovia SC-431, trecho compreendido entre a BR-282 e esse Município.	13.069, de 2004
<b>SÃO CRISTÓVÃO DO SUL</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina José Righes a Quadra de Esportes da Escola de Educação Básica Professor Argeu Furtado.	14.334, de 2008
<b>SÃO DOMINGOS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Alfredo Lammel o Ginásio de Esportes localizado nesse Município.	5.740, de 1980
2	Denomina Prefeito Arlindo Barbiero a Escola Básica São Domingos.	11.153, de 1999
3	Denomina Professora Neli Ottoni Lange a Escola de Ensino Fundamental Professora Maria Luiza Gama.	11.757, de 2001
<b>SÃO FRANCISCO DO SUL</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Grupo Escolar Dr. Luiz Gualbert o grupo escolar no bairro do Rocio Grande.	71, de 1952
2	Denomina Engenheiro Annes Gualberto o Grupo Escolar do bairro de Paulas.	4.293, de 1969
3	Denomina Desembargador Lucas Bhering o Fórum da Cidade.	5.448, de 1978
4	Denomina Professor Joaquim Antônio S. Thiago o Centro de Treinamento da Fundação Catarinense do Trabalho.	5.515, de 1979

5	Denomina Professor Francisco Anselmo Corrêa a escola isolada da localidade de Laranjeiras.	5.589, de 1979
6	Denomina Escola Estadual Vereadora Ruth Nóbrega Martinez a Escola Isolada do Miranda.	6.460, de 1984
7	Denomina Escola Isolada Silvério de Mira a Escola Isolada do Linguado.	6.562, de 1985
<b>SÃO JOÃO BATISTA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Deputado Joaquim Ramos a ponte sobre o Rio Tijucas.	3.801, de 1966
2	Denomina Ministro Luiz Gallotti o Fórum da Comarca.	4.433, de 1970
<b>SÃO JOÃO DO OESTE</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Fica alterada a atual denominação da Escola de Educação Básica Pe. Teodoro Treis, do Bairro Cristo Rei, para Escola de Educação Básica Cristo Rei	13.444, de 2005
<b>SÃO JOÃO DO SUL</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Professora Maria Solange Lopes de Borba a Escola de Educação Básica Ângelo Scarpa.	15.362, de 2010
<b>SÃO JOAQUIM</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Escola Básica Estadual João Inácio de Melo Escola Reunida Pascoal Deretti.	10.588, de 1997
2	Denomina Prudente Cândido da Silva Filho a Rodovia SC-438, no trecho compreendido entre o Rio Lavatudo - Km 44,88 e o Rio Mantiqueira - Km 98,813, localizada nesse Município.	11.854, de 2001
3	Denomina Hélvio Castelo Branco o Laboratório de Pesquisa da Batata Semente, da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI).	12.539, de 2002
4	Denomina Jarbas Amarante Ferreira a Rodovia SC-430 com início no Município de São Joaquim até o entroncamento com a rodovia municipal que vai ao Distrito de Boava.	12.559, de 2002
5	Denomina Manoel Dilor de Freitas o curso técnico de vitivinicultura e enologia da Escola de Educação Básica Manoel Cruz.	13.803, de 2006
6	Denomina Rogério Anselmo o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica São José.	15.290, de 2010
7	Denomina Martinho de Haro a unidade de ensino da rede pública estadual localizada na Rua Aristorides Stadler, Centro.	15.291, de 2010
8	Denomina Manoel Dilor de Freitas o Centro Administrativo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Joaquim.	15.360, de 2010
9	Denomina Cesar Martorano o trecho da Rodovia SC-430, de São Joaquim à divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.	15.747, de 2012
<b>SÃO JOSÉ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Juiz Mário de Carvalho Rocha o Fórum da comarca.	4.931, de 1973
2	Denomina Presidente Juscelino Kubitschek a atual Escola Básica de Barreiros.	5.273, de 1976
3	Denomina Nadir Valdo Macedo o Ginásio de Esportes situado à Rua Fúlvio Vieira da Rosa, em Barreiros.	5.569, de 1979
4	Denomina Cristiano Rosa Luz o Ginásio de Esportes do Bairro Bela Vista.	6.338, de 1984
5	Denomina Dr. Homero de Miranda Gomes o Hospital Regional de São José.	6.797, de 1986
6	Denomina Valdete Luci Martins Pôrto a Escola de Educação Básica Alto Forquilhas.	13.579, de 2005
<b>SÃO LOURENÇO DO OESTE</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Eng <sup>o</sup> . Felix Malburg o trecho da SC-468, compreendido entre esse Município e a BR-282.	5.470, de 1978
<b>SÃO LUDGERO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina São José o Centro de Treinamento Agropecuário da Fundação Catarinense do Trabalho.	5.515, de 1979
<b>SÃO MARTINHO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodolfo Feuser o Ginásio de Vargem do Cedro, criado pelo Decreto SE-20-02-69/7.676.	4.389, de 1969
2	Denomina Rodolfo Feuser a Escola Básica Estadual situada no Distrito de Vargem do Cedro.	5.435, de 1978
<b>SÃO MIGUEL D'OESTE</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Terezinha Gaio Basso o Hospital Regional do Município.	14.429, de 2008
2	Denomina Idegar Dalmagro o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Alberico Azevedo.	16.116, de 2013
<b>SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Padre Huberto Waterkemper o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Gama Rosa.	14.079, de 2007
2	Denomina Complexo Penitenciário do Estado a Penitenciária Estadual localizada no Município.	14.676, de 2009
<b>SIDERÓPOLIS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Governador Irineu Bornhausen o Centro Social Urbano.	5.993, de 1981
2	Denomina Represa Egídio Amboni a Barragem do Rio São Bento, na localidade de São Pedro.	11.918, de 2001
3	Denomina Carolina Feltrin Vendrame o Ginásio de Esportes da Escola Básica José do Patrocínio.	13.246, de 2004
<b>SOMBRIO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Prefeito José Tiscoski a ligação entre Sombrio e Praia das Gaivotas - SC-485.	9.114, de 1993
2	Denomina Escola Básica Antônio Stuart a Escola Estadual Professora Ibrantina Antunes Neves, localizada em Retiro da União.	10.360, de 1997 Alterada pela Lei 11.121, de 1999
3	Denomina Escola de Ensino Médio Macário Borba a Escola Jovem desse Município.	13.019, de 2004
4	Denomina João Macario Daniel o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Normélio Cunha, da comunidade de Guarita.	13.308, de 2005

<b>TAIÓ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Dr. Lauro Locks o Ginásio Normal situado em Mirim Doce.	3.873, de 1966
2	Denomina Leopoldo Jacobsen a Escola Básica Maria Leal Sauer.	5.883, de 1981
3	Denomina Otto Hosanga Escola Básica José Joaquim de Lima Xavier.	5.951, de 1981
4	Denomina Professor José Borgonha o Ginásio de Esportes do Colégio Estadual Otto Hosang.	11.352, de 2000
5	Denomina Hercílio Anderle a Escola de Ensino Fundamental localizada no Distrito de Passo Manso.	12.859, de 2004
6	Denomina Evaristo Berlanda o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Fundamental Hercílio Anderle, do Distrito de Passo Manso.	13.406, de 2005
7	Denomina Jacó Anderle o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Luiz Bértoli.	13.747, de 2006
8	Denomina Horst Gerhard Purnhagen o 2º Pelotão da 3ª Companhia do 5º Batalhão de Bombeiro Militar no Município.	16.441, de 2014
<b>TANGARÁ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Engenheiro Valdir Ruschel o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Professor João Jorge de Campos.	13.982, de 2007
<b>TIJUCAS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Leoberto Leal o edifício do Fórum da Cidade.	2.029, de 1959
2	Denomina João Bayer Filho o Ginásio de Esportes do município.	5.523, de 1979
3	Denomina Leda Regina de Souza o anfiteatro da Escola de Educação Básica Cruz e Sousa.	13.551, de 2005
<b>TIMBÉ DO SUL</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Liduino Dal Pont o Ginásio de Esportes situado nesse Município.	10.673, de 1998
2	Denomina Manoel José Rabelo a Delegacia de Polícia do Município.	13.648, de 2005
<b>TIMBÓ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Desembargador Arno Pedro Hoeschl o edifício do Poder Judiciário na Comarca.	5.346, de 1977
2	Denomina Richard Paul Júnior o Centro Social Urbano do Bairro de Quintino Bocaiúva.	5.500, de 1978
<b>TRÊS BARRAS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina João Pedro de Oliveira a Escola Isolada Estadual situada em Campininha, distrito desse Município.	5.550, de 1979
2	Denomina Rodovia Octávio Tabalipa a Rodovia SC-303 – Trecho BR-280.	5.920, de 1981
<b>TREZE DE MAIO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Ismael Thomaz Preve a Rodovia Estadual SC-441, que liga a BR-101 ao Município.	8.421, de 1991
<b>TROMBUDO CENTRAL</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Walter Bell o Ginásio de Esportes da Cidade.	5.868, de 1981
<b>TUBARÃO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Professora Teresa Martins Brito o grupo escolar do Baixo Capivari, 1º distrito do Município.	44, de 1952
2	Denomina Senador Francisco Benjamin Gallotti a Escola Normal do município de Tubarão.	3.016, de 1962
3	Denomina João XXIII o Grupo Escolar de Passagem.	3.299, de 1963
4	Denomina José Virgulino dos Santos o Centro Interescolar de 1º Grau.	5.515, de 1979
5	Denomina Orlando Francallacci a ponte sobre o rio que liga a Rua Chile ao acesso BR-101.	5.515, de 1979
6	Denomina Martinho Ghizzo a Escola Reunida localizada no Conjunto Habitacional Presidente Médici.	5.523, de 1979
7	Denomina Arno Hübbe a Escola Reunida localizada no Conjunto Habitacional Getúlio Vargas.	5.523, de 1979
8	Denomina Dite Freitas a Escola Jovem localizada no Município.	12.557, de 2002
9	Denomina Dite Freitas o Centro de Treinamento Agrícola de Tubarão (CETUBA).	12.596, de 2003
10	Denomina Ivane Fretta Moreira o contorno viário norte desse município.	16.330, de 2014
<b>TURVO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Dr. Vinícius Colaço de Oliveira o Fórum da Comarca.	5.748, de 1980
2	Denomina João Colodel o Colégio Estadual sito na Rua Nereu Ramos, 908.	10.529, de 1997
3	DCCXIV – Denomina Ginásio de Esportes Professora Virgínia Cechinel e Auditório Professora Lídia Medeiros Steckert o ginásio e o auditório da EEB Jorge Schütz.	13.309, de 2005
4	Denomina Evaldo Macalossi o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Morro Chato.	13.312, de 2005
<b>URUBICI</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Pedro Della Justina o prédio da Delegacia de Polícia da Comarca.	14.324, de 2008
<b>URUSSANGA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina um Colégio Estadual de Cônego Luiz Gilli.	325, de 1957
2	Denomina Desembargador João de Luna Freire o Fórum da Comarca.	5.837, de 1980
3	Denomina Professor Giovanni Zanata o estabelecimento escolar da rede estadual de ensino de 1ª Grau, localizado em Rio Caeté, nesse Município.	5.879, de 1981
4	Denomina Antônio Nunes de Souza a unidade sanitária do distrito de Cocal.	5.885, de 1981
5	Denomina João Lavina a Escola Isolada Belvedere, da localidade de Belvedere.	6.267, de 1983
6	Denomina João Borges a Escola Isolada situada no Distrito de Rio Salto.	9.813, de 1994
7	Denomina Ademir de Brida o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica Vicenzo de Villa.	14.929, de 2009
<b>VARGEM</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Benno Emílio Gotz o Ginásio de Esportes do Colégio Estadual Deputado Augusto Bresola.	10.837, de 1998
<b>VIDAL RAMOS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Francisco Pinho o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Cacilda Guimarães.	13.804, de 2006

2	Denomina Felix Constante Montibeller a quadra de esportes coberta, contígua à Escola de Ensino Fundamental João Alberto Schmidt.	15.141, de 2010
<b>VITOR MEIRELES</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Affonso Böing o trecho da Rodovia SC-421, compreendido entre esse Município e o entroncamento com a Rodovia SC-114.	15.639, de 2011
<b>XANXERÊ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Dr. Hélio Anjos Ortiz o Centro de Saúde da Cidade.	5.453, de 1978
2	Denomina Professor Iracy Tonello a Escola Básica Santa Ana.	5.590, de 1979
3	Denomina Ardoino A. Antonioli o Centro de Polícia Civil do Município.	13.511, de 2005
4	Denomina Ivo Fachin o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Romildo Czepanick.	13.686, de 2006
<b>XAXIM</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Dr. Altamiro Pereira da Cruz o Fórum da Comarca.	6.026, de 1982
2	Denomina Delegado Angelo Teston a Delegacia de Polícia da Comarca.	16.338, de 2014

**ANEXO II****BENS PÚBLICOS – INTERMUNICÍPIOS**

<b>ABDON BATISTA E CAMPOS NOVOS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Dejandir Dalpasquale o trecho da Rodovia SC-455, que liga o Município de Abdon Batista ao Distrito de Ibicuí, localizado no Município de Campos Novos.	15.905, de 2012
<b>ABELARDO LUZ E PASSOS MAIA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia dos Cavalheiros o trecho da SC-350, compreendido entre os Municípios de Abelardo Luz e Passos Maia.	15.358, de 2010
<b>ÁGUAS FRIAS E NOVA ERECHIM</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia da Integração Rui Rolim de Moura o trecho da SC-159, que liga o Município de Águas Frias a Nova Erechim.	15.904, de 2012
<b>ANGELINA E RANCHO QUEIMADO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Miguel Rodrigues de Souza a SC-407, que liga o Município de Angelina à Rancho Queimado.	8.492, de 1991
<b>ANITA GARIBALDI E CELSO RAMOS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Prefeito José Pereira Neves o trecho da SC-458, que liga os Municípios de Anita Garibaldi/Celso Ramos até a divisa do Rio Canoas.	10.717, de 1998
<b>ARABUTÃ, IPUMIRIM E LINDÓIA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Adílio Hilário Mutzemberg a Rodovia SC-465 trecho da SC-283, que liga Arabutã, Ipumirim e a Lindóia.	6.361, de 1984
<b>BANDEIRANTE E SÃO MIGUEL D'OESTE</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Padre Aurelio Canzi o trecho da SC-492 que liga os Municípios de Bandeirante e São Miguel d'Oeste.	14.407, de 2008
<b>BIGUAÇU E ANTÔNIO CARLOS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina João Adão Reitz a Rodovia SC-408, trecho entre os Municípios de Biguaçu e Antônio Carlos.	5.736, de 1980
<b>BLUMENAU, GUARAMIRIM E MASSARANDUBA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Guilherme Jensen, o trecho Blumenau – Guaramirim, compreendendo a atual SC-474 – Blumenau – Massaranduba e SC-413 – Massaranduba – Guaramirim.	5.158, de 1975
<b>BOM JARDIM DA SERRA E LAURO MULLER</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Governador Irineu Bornhausen a rodovia que liga os municípios de Bom Jardim da Serra e Lauro Müller.	4.066, de 1967
<b>BOM JARDIM DA SERRA E SÃO JOAQUIM</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Pedro de Alcântara Ribeiro o trecho Bom Jardim da Serra – Rio Mantiqueira da Rodovia SC-438, que liga os municípios de Bom Jardim da Serra e São Joaquim.	15.361, de 2010
<b>BRAÇO DO NORTE E GRÃO PARÁ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Osvaldo Westphal a SC-439, que liga os Municípios de Braço do Norte e Grão Pará.	8.491, de 1991
<b>BRAÇO DO NORTE, GRAVATAL, SÃO LUDGERO E ORLEANS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Daniel Bruning, a SC-438, que compreende o trecho da divisa dos Municípios Braço do Norte/Gravatal até a divisa dos Municípios São Ludgero/Orleans.	7.593, de 1989
<b>BRAÇO DO NORTE, RIO FORTUNA, SANTA ROSA DE LIMA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Deputado Frederico Kuerten, a SC-486, que liga Braço do Norte, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima.	9.115, de 1993
<b>BRUSQUE E BOTUVERÁ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Pedro Merisio a SC-486, que liga o Município de Brusque ao Município de Botuverá.	8.217, de 1991
<b>BRUSQUE E ITAJAÍ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Deputado Antônio Heil a rodovia que está sendo construída entre as comunas de Brusque e Itajaí.	4.573, de 1971
<b>BRUSQUE E SÃO JOÃO BATISTA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Deputado Gentil Batisti Archer a rodovia SC-411, que liga o Município de Brusque ao Município de São João Batista.	8.077, de 1990 Alterada pela Lei nº. 8.204, de 1990
<b>CAÇADOR, CALMON, MATOS COSTA E PORTO UNIÃO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia da Amizade, o trecho da SC-302, que liga Caçador, Calmon, Matos Costa e Porto União.	12.545, de 2002
<b>CAÇADOR E LEBON RÉGIS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Estadual Dr. Lourenço Faoro a Rodovia Estadual 31 de Março, trecho da SC-302, que liga Caçador - Lebon Régis - BR-116.	10.061, de 1996

<b>CAÇADOR, LEBON RÉGIS E CALMON</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Normando Tedesco a rodovia perimetral norte de Caçador, que liga os trechos da SC-302, que compreendem Caçador-Lebon Régis e Caçador-Calmon.	14.966, de 2009
<b>CAIBI, RIQUEZA E MONDAÍ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Artur Deiss o trecho da Rodovia SCT-283, que liga os Municípios de Caibi, Riqueza e Mondai.	13.755, de 2006
<b>CALMON E TIMBÓ GRANDE</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Hamilcas Carneiro o trecho da Rodovia SC-303, no Município de Calmon, que inicia no Km 17 da Rodovia SC-302, Caçador/Porto União, e vai até a intersecção com a Rodovia SC-478, no Município de Timbó Grande.	15.030, de 2009
<b>CAMPO ALEGRE E SÃO BENTO DO SUL</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Deputado Genésio Tureck, o trecho da SC-301, entre o trevo de Campo Alegre até o encontro com a BR-280, no Bairro Lençol, Município de São Bento do Sul.	13.072, de 2004
<b>CAMPO BELO DO SUL E ANITA GARIBALDI</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Izidoro Marin a SC-458, trecho que liga o Município de Campo Belo do Sul ao Município de Anita Garibaldi.	9.812, de 1994
<b>CAMPO ERÊ E ANCHIETA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Claudino Crestani o trecho da Rodovia SC-473, compreendido entre os Municípios de Campo Erê e Anchieta.	15.180, de 2010
<b>CAMPO ERÊ E SALTINHO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Capitulino Xavier de Oliveira o trecho da SC-469, ligando o Município de Campo Erê a Saltinho.	13.576, de 2005
<b>CAMPOS NOVOS E IBIAM</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Cid Caesar de Almeida Pedroso o trecho da SC-455, compreendido entre o Município de Campos Novos e Distrito de Ibiã, no Município de Tangará.	9.667, de 1994
<b>CAMPOS NOVOS E ZORTÉA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Elizio Francisco da Silva a ponte localizada na divisa dos Municípios de Campos Novos e Zortéa, na SC-458.	15.226, de 2010
<b>CANOINHAS E MAJOR VIEIRA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Aroldo Carneiro de Carvalho o trecho da Rodovia SC/BR-477, que liga as cidades de Canoinhas - Major Vieira, até a BR-116.	6.086, de 1982
<b>CAPINZAL E VIDEIRA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Engenheiro Linneu Luiz Bonato o trecho da Rodovia SC-303 compreendido entre as cidades de Capinzal e Videira.	5.515, de 1979
<b>CAPINZAL E ZORTÉA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Prefeito Irineu José Maestri a Rodovia SC-458, que liga o trecho de Capinzal - Zortéa - BR-470.	13.093, de 2004
<b>CELSO RAMOS E CAMPOS NOVOS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia dos Motoristas a rodovia planejada SC-284, no trecho Celso Ramos - Barragem Usina Hidrelétrica Campos Novos - entroncamento da BR-470.	14.122, de 2007
<b>CHAPECÓ E PALMITOS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Plínio Arlindo De Nes a rodovia que liga as cidades de Chapecó e Palmitos.	10.110, de 1996
<b>CONCÓRDIA E SEARA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Pedro Rogério Garcia, o trecho da BR-283 ligando a BR-153 a Concórdia e Seara.	5.523, de 1979 Alterada pela Lei nº. 13.881, de 2006
<b>CRICIÚMA E FORQUILHINHA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Manoel da Silva o trecho da SC-448 entre Mãe Luzia, Município de Criciúma, e a sede do Município de Forquilha.	9.175, de 1993
<b>CRICIÚMA E IÇARA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Deputado Aristides Bolan o trecho da SC-446 compreendido entre a Avenida Centenário, no Município de Criciúma, até o acesso da BR-101, no Município de Içara.	16.471, de 2014
<b>CRICIÚMA E MORRO DA FUMAÇA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Coronel Marcos Rovaris a Rodovia SC-443, que faz ligação entre os Municípios de Criciúma e Morro da Fumaça.	5.934, de 1981
2	Denomina Rodovia Deputado Aristides Bolan a SC-443, que liga os Municípios de Criciúma e Morro da Fumaça.	8.294, de 1991
<b>CRICIÚMA E NOVA VENEZA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia José Spilere a SC-448, que liga o distrito de Rio Maina, via Caravaggio, e o Município de Nova Veneza.	5.905, de 1981
<b>CRICIÚMA E SIDERÓPOLIS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Sebastião Toledo dos Santos a estrada estadual que liga os Municípios de Criciúma e Siderópolis.	5.738, de 1980
<b>CRICIÚMA, URUSSANGA E ORLEANS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Engenheiro Annes Gualberto, o trecho da SC-55, que liga as cidades de Criciúma, Urussanga e Orleans.	4.218, de 1968
<b>CURITIBANOS E FREI ROGÉRIO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia da Paz Cabo José Luiz de Andrade a SC-451, trecho Curitiba/Frei Rogério.	12.544, de 2002
<b>CURITIBANOS E LEBON RÉGIS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Luiz Dacol Neto a SC-457, que liga Curitiba a Lebon Régis.	9.422, de 1994
<b>CURITIBANOS E SÃO JOSÉ DO CERRITO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Vereador José Ortiz de Souza a SC-457, que liga o Município de Curitiba ao Município de São José do Cerrito.	8.490, de 1991

<b>DALBÉRGIA E JOSÉ BOITEUX</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Pedro Moser a Rodovia SC-491, trecho compreendido entre a localidade de Dalbérgia e o Município de José Boiteux.	13.065, de 2004
<b>ERMO E JACINTO MACHADO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Prefeito Mário Gomes Colares o trecho da Rodovia SC-483, que liga a cidade de Ermo à Jacinto Machado.	13.754, de 2006
<b>ERMO E TURVO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Alfredo Gustavo Brillinger a SC-285, trecho entroncamento SC-448 (Ermo) com SC-108 (Turvo).	14.235, de 2007
<b>FAXINAL DOS GUEDES E IPUMIRIM</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia da Imigração o trecho da Rodovia SC-154, compreendido entre o entroncamento BR-282 (para Faxinal dos Guedes) - Ipumirim (entroncamento SC-743).	16.341, de 2014
<b>FORQUILHINHA E MARACAJÁ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Jacob Westrup o trecho da SC-446, situado entre os Municípios de Forquilha e Maracajá.	9.348, de 1993
<b>FREI ROGÉRIO E FRAIBURGO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Generino Fontana a Rodovia SC-451 - trecho Frei Rogério/Liberata.	13.984, de 2007
<b>GARUVA E ITAPOÁ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Governador Pedro Ivo Campos o trecho da Rodovia SC-416, compreendido entre o Município de Garuva, a partir da Rodovia SC-417 até o centro urbano do Município de Itapoá.	15.859, de 2012
<b>GASPAR E LUIZ ALVES</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Helder Florentino Wan-Dall a Rodovia SC-414, trecho compreendido entre os Municípios de Gaspar e Luiz Alves.	12.543, de 2002
<b>GOVERNADOR CELSO RAMOS E BIGUAÇU</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Antônio de Souza a Rodovia SC-410, no trecho compreendido entre o km 25,283, com início na localidade de Armação da Piedade, no Município de Governador Celso Ramos, ao km 34,983, no entroncamento desta com a BR-101, no km 179,7, na localidade de Cachoeiras, no Município de Biguaçu.	13.987, de 2007
<b>GRÃO PARÁ E URUBICI</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Pedro Fridolin Kunhen o trecho da Rodovia SC-439, que faz a ligação dos Municípios de Grão Pará e Urubici.	12.121, de 2002
<b>GRAVATAL E SÃO MARTINHO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Sílvio João de Oliveira a Rodovia SC-431, que liga os Municípios de Gravatal e São Martinho.	8.422, de 1991
<b>GUARAMIRIM E JOINVILLE</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodolfo Jahn a Rodovia SC-413, no trecho que liga a BR-280, em Guaramirim, até a BR-101, em Joinville.	9.664, de 1994
<b>GUARAMIRIM E SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Maria Correia a interseção entre as Rodovias SC-108 (trecho Guaramirim - entroncamento SC-415) e a SC-415 (trecho São João do Itaperiú - entroncamento SC-108).	16.336, de 2014
<b>GUATAMBU E CAXAMBU DO SUL</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodesindo Pavan o trecho da Rodovia SC-469, compreendido entre os Municípios de Guatambu e Caxambu do Sul.	15.366, de 2010
<b>GUATAMBU E CHAPECÓ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Balseiros do Rio Uruguai o trecho da Rodovia SC-283 que liga a cidade de Guatambu à Chapecó.	13.983, de 2007
<b>IBICARÉ E TREZE TÍLIAS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia dos Pioneiros o trecho asfaltado entre os Municípios de Ibicaré e Treze Tílias (SC-454).	6.676, de 1985
<b>IBIRAMA E PRESIDENTE GETÚLIO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Manoel Marchetti a Rodovia SC-421, trecho que liga BR-470, no Município de Ibirama à sede do Município de Presidente Getúlio.	5.758, de 1980
<b>ITUPORANGA E ALFREDO WAGNER</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Madre Paulina a SC-302, no trecho compreendido entre a cidade de Ituporanga e o entroncamento da BR-282 até Município de Alfredo Wagner.	8.615, de 1992
<b>JABORÁ E OURO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Prefeito Ivo Luiz Bazzo a SC-467, trecho: entroncamento acesso a Jaborá - Ouro e acesso a Jaborá, trecho: entroncamento SC-467 - Jaborá.	16.429, de 2014
<b>JARAGUÁ DO SUL E CORUPÁ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Prefeito Engelbert Oechsler a Rodovia SC-301, no segmento que liga os Municípios de Jaraguá do Sul - Corupá.	5.953, de 1981
<b>JARAGUÁ DO SUL E GUARAMIRIM</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Waldemar Grubba o trecho da estrada asfaltada que, partindo da cidade de Jaraguá do Sul, passando por Guaramirim, alcança a BR-101.	5.300, de 1977
<b>JARAGUÁ DO SUL E SCHROEDER</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia João Lúcio da Costa a rodovia que liga a BR-280, em Jaraguá do Sul, até o Município de Schroeder.	9.665, de 1994
<b>JOAÇABA E HERVAL D'OESTE</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Ponte Engenheiro Emílio Baumgart a hoje denominada 3ª ponte, sobre o Rio do Peixe, ligando a cidade de Joaçaba à Herval D'Oeste.	9.636, de 1994
2	Denomina Atilio Pagnoncelli a Passarela Pública sobre o Rio do Peixe, ligando a cidade de Joaçaba à Herval D'Oeste.	9.637, de 1994
<b>JOINVILLE E SÃO FRANCISCO DO SUL</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Vereador José de Borba a travessia marítima entre a Praia da Vigorelli e a Vila da Glória, localizada entre os Municípios de Joinville e São Francisco do Sul.	15.784, de 2012

<b>LAGES, BOM JARDIM DA SERRA, PAINEL E SÃO JOAQUIM</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina, para fins de identificação turística, cultural e esportiva, "Rota da Truta" o circuito regional integrado pelas Rodovias: SC-438, no trecho compreendido entre os Municípios de Lages e Bom Jardim da Serra, neste até o limite superior da Serra do Rio do Rastro, passando pelos Municípios de Painel e São Joaquim.	12.006, de 2001
<b>LAURENTINO, RIO DO OESTE, TAIÓ E SANTA CECÍLIA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Luiz Bertoli e Sênior a SC-302, que liga os Municípios de Laurentino, Rio do Oeste, Taió e Santa Cecília.	5.759, de 1980
<b>LAURO MÜLLER E TREVISO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Luiz Tadeu Librelato o trecho da Rodovia SC-447 que liga os Municípios de Lauro Müller e Treviso.	13.909, de 2006
<b>LEOBERTO LEAL E IMBUÍ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Norberto Henrique Alves o trecho da SC-428, situado entre os Municípios de Leoberto Leal e Imbuí.	9.611, de 1994
<b>LUIZ ALVES E ILHOTA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina e são criados nas vilas de Luiz Alves e Ilhota, sedes dos distritos do mesmo nome, Município de Itajaí, os grupos escolares João Gaya e Marcos Konder, respectivamente.	43, de 1952
<b>LUIZ ALVES E MASSARANDUBA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Dom João Batista Costa a Rodovia SC-413, no trecho compreendido entre as cidades de Luiz Alves e Massaranduba.	10.386, de 1997
<b>LUZERNA, ÁGUA-DOCE E HERCILIÓPOLIS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Coronel Manoel Inácio de Araújo Pimpão (Coronel Duca Pimpão) a Rodovia SC-452, trecho Luzerna, Água-Doce, Herciliópolis e BR-153.	12.039, de 2001
<b>MACIEIRA E CAÇADOR</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Prefeito Rui Luiz Salamoni a SC-455, no trecho que liga o Município de Macieira à Rodovia SC-451, Caçador.	13.647, de 2005
<b>MAFRA E CANOINHAS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Estrada Miguel Procopiak o trecho da SC-280 de 54 Km, compreendido entre a localidade de Faxinal (Km 11 - BR 116), no Município de Mafra, até a Ponte do Rio Canoinhas, no Município de Canoinhas.	5.721, de 1980
<b>MARAVILHA E SÃO MIGUEL DA BOA VISTA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Juarez Domingos Vicari o trecho da Rodovia SC-492 entre os Municípios de Maravilha e São Miguel da Boa Vista.	15.225, de 2010
<b>MASSARANDUBA E BARRA VELHA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Henrique Wulf a ponte construída sobre o Rio Guarani Açú pelo DER/SC, na Rodovia SC-474, trecho que liga Massaranduba à Barra Velha.	8.908, de 1992
<b>MASSARANDUBA E LUIZ ALVES</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Ponte Alfredo Keunecke a ponte existente na localidade de São José, situada na Rodovia SC-413, que liga o Município de Massaranduba a Luiz Alves.	8.419, de 1991
<b>MELEIRO E ARARANGUÁ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Prefeito Edevar Pelegrini a SC-449, no trecho que liga os Municípios de Meleiro e Araranguá.	9.663, de 1994
<b>MELEIRO E MORRO GRANDE</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Angelo Dal Pont o trecho da Rodovia SC-483, compreendido entre os Municípios de Meleiro e Morro Grande.	11.151, de 1999
<b>MELEIRO E NOVA VENEZA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Libero Ugioni o trecho da SC-443, que liga o Município de Meleiro à Comunidade de São Francisco, no Município de Nova Veneza.	15.832, de 2012
<b>MELEIRO E TURVO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Oracídio Olivo o trecho da SC-448, situado entre os Municípios de Meleiro e Turvo.	9.639, de 1994
<b>MORRO DA FUMAÇA E COCAL DO SUL</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Estadual João de Rochi o trecho da SC-442, que liga os Municípios de Morro da Fumaça e Cocal do Sul.	14.335, de 2008
<b>MORRO DA FUMAÇA E IÇARA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Olívio Cechinel a Rodovia SC-489, no trecho compreendido entre a cidade de Morro da Fumaça/BR-101/Via Esplanada do Município de Içara.	11.064, de 1998
<b>MORRO DA FUMAÇA E URUSSANGA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Genésio Mazon a ligação entre os Municípios de Morro da Fumaça e Urussanga - SC-445.	9.610, de 1994
<b>NOVA ERECHIM E ÁGUAS FRIAS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia dos Imigrantes o trecho da SC-479, que liga a cidade de Nova Erechim à cidade de Águas Frias.	13.986, de 2007
<b>ORLEANS E LAURO MÜLLER</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Flávio Righetto o segmento rodoviário da SC-438, que liga as Cidades de Orleans e Lauro Müller.	6.022, de 1981
<b>ORLEANS, MARACAJÁ, URUSSANGA, FORQUILHINHA E CRICIÚMA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Maximiliano Gaidzinski a SC-446, que liga os Municípios de Orleans e Maracajá, passando pelos Distritos de Cocal, no Município de Urussanga, e Forquilha, no Município de Criciúma.	7.003, de 1987
<b>ORLEANS, PEDRAS GRANDES E TUBARÃO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Hugo Sant'Anna o trecho da Rodovia SC-382, que liga o Município de Orleans à divisa Pedras Grandes-Tubarão; e Rodovia Norberto Brunato o trecho da Rodovia SC-382, que liga a divisa de Pedras Grandes-Tubarão à BR-101.	13.836, de 2006
<b>PALMITOS E CAIBI</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Darci Lazzaretti a Rodovia SC-283, trecho Palmitos ao trevo da BR-158 e do trevo da BR-158 a Caibi.	14.974, de 2009



<b>PENHA E BALNEARIO PIÇARRAS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Paulo Stuart Wright a rodovia que liga a BR-101 à Avenida Nereu Ramos, no Município de Penha, e que faz a divisa dos Municípios de Penha e Balneário Piçarras.	15.450, de 2011
<b>POMERODE E JARAGUÁ DO SUL</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Hermann Weege o trecho da Rodovia SC-416, compreendido entre o Município de Pomerode e a divisa com o Município de Jaraguá do Sul no Alto da Serra e de Wolfgang Weege o trecho da SC-416, compreendido entre esse ponto e a cidade de Jaraguá do Sul	8.270, de 1991
<b>POMERODE E TIMBO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Ralf Knaesel a SC-416, que liga as cidades de Pomerode e Timbó.	9.792, de 1994
<b>PRAIA GRANDE E JACINTO MACHADO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Prefeito Alcides Angelo Saretto o trecho da SC-108 compreendido entre os Municípios de Praia Grande e Jacinto Machado.	16.212, de 2013
<b>PRESIDENTE GETULIO E WITMARSUM</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Immo Zema o trecho da Rodovia SC-421, que interliga os Municípios de Presidente Getúlio e Witmarsum.	9.421, de 1994
<b>PRESIDENTE NEREU E LONTRAS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Prefeito Érico Knappmann a SC-429, que liga os Municípios de Presidente Nereu e Lontras.	11.591, de 2000
<b>RANCHO QUEIMADO E ANITÁPOLIS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Prefeito Antonio David o trecho da SC-108 compreendido entre o Município de Rancho Queimado, a partir da BR-282, e o centro urbano de Anitápolis.	15.669, de 2011
<b>RIO DO SUL E ITUPORANGA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Ministro Victor Konder o trecho entre Rio do Sul e Ituporanga, da a SC-302.	5.729, de 1980
<b>RIO RUFINO E URUPEMA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Nasareno Domiciano da Rosa o trecho compreendido entre o Município de Rio Rufino e o Município de Urupema (entroncamento SC-370).	16.472, de 2014
<b>RODEIO E TIMBO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Procurador de Justiça Euclides Prade o trecho da SC-416 compreendido entre os Municípios de Rodeio e Timbó.	6.495, de 1984
<b>SANGÃO E MORRO DA FUMAÇA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Gregório Espíndola a Rodovia SC-443 no trecho que liga os Municípios de Sangão e Morro da Fumaça.	12.015, de 2001
<b>SÃO BENTO DO SUL E CORUPÁ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Carlos Zipperer Sobrinho o trecho da BR-280, entre o Município de São Bento do Sul, no Bairro Serra Alta, e a cidade de Corupá.	9.235, de 1993
<b>SAO JOAO BATISTA E MAJOR GERCINO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Walter Vicente Gomes o trecho da Rodovia SC-408, que liga os Municípios de São João Batista e Major Gercino.	13.452, de 2005
<b>SAO JOAO DO SUL E PRAIA GRANDE</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Prefeito Ari Pedro Borges a Rodovia SC-450, trecho BR-101 - São João do Sul - Praia Grande - Divisa SC/RS.	11.901, de 2001
<b>SAO LOURENÇO DO OESTE E CAMPO ERÊ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Ulisses Viganó a SC-473, no trecho compreendido entre a cidade de São Lourenço do Oeste e a cidade de Campo Erê.	8.955, de 1993
<b>SAO MARTINHO E IMARUI</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Beata Albertina Berkenbrock o trecho da SC-407 compreendido entre a sede do Município de São Martinho e a Localidade de São Luiz, no Município de Imaruí.	14.237, de 2007
<b>SAO MARTINHO, PESCARIA BRAVA E IMARUI</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Pedro Bittencourt o trecho compreendido entre o entroncamento da SC-436 (para São Martinho) - Pescaria Brava ao entroncamento BR-101, no Município de Imaruí.	16.430, de 2014
<b>SEARA E CHAPECÓ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Thomaz Morandini o trecho da Rodovia SC-283 compreendido entre os Municípios de Seara e Chapecó.	16.397, de 2014
<b>SEARA E CONCÓRDIA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Deputado João Estivalet Pires a ponte sobre o Rio Uvã, na BR-283, no trecho Seara-Concórdia.	5.523, de 1979
<b>SEARA E ITÁ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Carlos Amando Paludo o trecho da SC-466 entre Seara e Itá.	5.523, de 1979
<b>SEARA, XAVANTINA E XANXERÊ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Vereador João Carlin o trecho da Rodovia SC-466, do entroncamento com a BR-283, em Seara, passando por Xavantina, até Xanxerê.	9.957, de 1995
<b>SIDERÓPOLIS E TREVISÓ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia João Sônego o trecho da SC-447, que faz ligação Siderópolis/Trevisó.	9.912, de 1995
<b>SOMBRIÓ E JACINTO MACHADO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Prefeito José Tiscoski a SC-485, trecho entre os Municípios de Sombrió e Jacinto Machado.	11.323, de 1999
<b>SUL BRASIL E MODELO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Sul Brasil o trecho da SC-479 que liga o Município de Sul Brasil à SC-469, no Município de Modelo.	14.251, de 2007
<b>TAIO E SALETE</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Hartwig Ern a ponte sobre o Rio Itajaí do Oeste, localizada no perímetro urbano de Taió, na estrada que liga esse Município ao de Salete.	6.076, de 1982
2	Denomina Rodovia Prefeito Affonso Rohden o trecho da SC-422, que liga os Municípios de Taió e Salete.	11.763, de 2001

<b>TAIÓ E SANTA TEREZINHA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Deputado João Bertoli a Rodovia SC-423, que liga os Municípios de Taió a Santa Terezinha.	11.704, de 2001
<b>TIJUCAS E NOVA TRENTO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Deputado Walter Vicente Gomes a Rodovia SC-411, que está sendo construída entre as comunas de Tijucas e Nova Trento.	5.189, de 1975
<b>TIMBÓ E RIO DOS CEDROS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Tercílio Marchetti o trecho asfaltado entre os Municípios de Timbó e Rio dos Cedros (SC-417).	6.692, de 1985
<b>TIMBÓ GRANDE E SANTA CECÍLIA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Moisés Dias a SC-478, no trecho que liga o Município de Timbó Grande à divisa com o Município de Santa Cecília; e Rodovia Nelson Bonet, no trecho entre a divisa do Município de Santa Cecília e a BR-116.	9.765, de 1994 Alterada pela Lei nº. 14.508, de 2008
<b>TRÊS BARRAS E CANOINHAS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Doutor Osvaldo de Oliveira a SC-303 – Trecho Três Barras – Canoinhas.	5.919, de 1981
<b>TREZE TÍLIAS E ÁGUA DOCE</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Frei Belmiro Brondani a rodovia que liga os Municípios de Treze Tílias e Água Doce, passando por Linha Caçadorzinho e Zona Nova.	11.694, de 2001
<b>TROMBUDO CENTRAL E BRAÇO DO TROMBUDO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Frank Geraldo Rinnert o trecho da SC-426, que faz a ligação das sedes urbanas dos Municípios de Trombudo Central e Braço do Trombudo.	12.326, de 2002
<b>TUBARÃO E GRAVATAL</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Hercílio Zappellini o trecho da SC-438, que liga os Municípios de Tubarão e Gravatal.	8.420, de 1991
<b>TURVO E TIMBÉ DO SUL</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Iduino Mondardo o trecho da SC-285, que faz a ligação entre as cidades de Turvo e Timbé do Sul, numa distância de 19 km.	13.305, de 2005
<b>TURVO, MELEIRO E FORQUILHINHA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Antônio Walmor Canela a Rodovia SC-448, trecho que liga os Municípios de Turvo, Meleiro e o Distrito de Forquilha, Município de Criciúma.	6.021, de 1981
<b>URUBICI E BOM RETIRO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Pedro Bernardo Warmling a SC-430, partindo do Município de Urubici e atingindo a localidade de Santa Clara, no Município de Bom Retiro.	7.191, de 1988
<b>URUBICI E RIO RUFINO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Prefeito Noé da Costa Ribeiro a SC-439, trecho que liga os Municípios de Urubici/Rio Rufino.	12.598, de 2003
<b>URUBICI E SÃO JOAQUIM</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Manuel Corrêa Neto a SC-430, que liga o Município de Urubici a São Joaquim.	9.236, de 1993
<b>URUPEMA E PAINEL</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia das Araucárias a SC-439, que liga os Municípios de Urupema e Paniel.	11.695, de 2001
<b>URUSSANGA E SIDERÓPOLIS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Dionísio Pilotto a Rodovia SC-445, no trecho compreendido entre Urussanga e Siderópolis.	11.563, de 2000
<b>URUSSANGA, PEDRAS GRANDES, MORRO DA FUMAÇA, IÇARA E NOVA VENEZA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Vales da Uva Goethe a região compreendida entre os Municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Içara e Nova Veneza.	14.389, de 2008
<b>VIDEIRA E CAÇADOR</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Saul Brandalise a Rodovia SC-303, no trecho compreendido entre as Cidades de Videira e Caçador.	10.139, de 1996
<b>VIDEIRA E TANGARÁ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Engº Aldair Bernardoni Ganz a ponte sobre o Rio das Pedras, na Rodovia SC-303, trecho Videira – Tangará.	5.336, de 1977
<b>VIDEIRA, ARROIO TRINTA E SALTO VELOSO</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Waldemar Kleinubing a SC-453, que liga os Municípios de Videira, Arroio Trinta e Salto Veloso.	8.292, de 1991
<b>VIDEIRA, FRAIBURGO E LEBON RÉGIS</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Sete de Setembro o trajeto da SC-452 compreendido entre Videira, Fraiburgo e Lebon Régis.	5.340, de 1977
2	Denomina Rodovia da Maçã a SC-453, no trecho compreendido entre os Municípios de Videira, Fraiburgo e Lebon Régis.	6.870, de 1986
<b>WITMARSUM E VITOR MEIRELES</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Prefeito Pedro Fossa a Rodovia SC-421, trecho compreendido entre os Municípios de Witmarsum e Vitor Meireles.	12.293, de 2002
<b>XANXERÊ E ABELARDO LUZ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Rodovia Rovilho Bortoluzzi a ligação entre os Municípios de Xanxerê/Abelardo Luz até a divisa dos Estados de Santa Catarina e Paraná, registrada como SC-467.	9.911, de 1995
<b>XANXERÊ, CHAPECÓ, JOAÇABA E ABELARDO LUZ</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Wilson Pedro Kleinübing o contorno viário de Xanxerê, trecho que circunvolve o Município e dá acesso aos Municípios de Chapecó, Joaçaba e Abelardo Luz.	11.590, de 2000
<b>XANXERÊ, SÃO DOMINGOS, GALVÃO E SÃO LOURENÇO DO OESTE</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Leopoldo Scheffer a rodovia que parte da localidade de Bom Jesus, no Município de Xanxerê, passando por São Domingos, Galvão e São Lourenço do Oeste.	6.420, de 1984
<b>XAXIM, LAJEADO GRANDE E MAREMA</b>		<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1	Denomina Aury Luiz Bodanese a Rodovia SC-459, trecho compreendido entre os Municípios de Xaxim, Lajeado Grande e Marema.	13.531, de 2005

\*\*\* X X X \*\*\*